PODER LEGISLATIVO



Assembleia Begislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI

Nº: 836/2019

AUTORES: DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA

EMENTA:

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO D.º PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL.

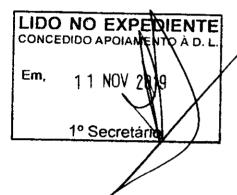
000876/5

PROTOCOLO Nº: 6106/2019





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ PROJETO DE LEI Nº 636 /2019



Concede o Título de Utilidade Pública a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, com sede no Município de Campina Grande do Sul

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, com sede no Município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de novembro de 2019

LUIZ FERNANDO GUERRA
Deputado Estadual





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

A ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE é a entidade mantenedora do CRIADOURO CONSERVACIONISTA ONÇA PINTADA, que tem como objetivo sustenta-lo e amplia-lo dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo IBAMA, colaborando com a preservação e perpetuação da fauna e da flora silvestres do país.

O Criadouro ocupa uma área de 132 hectares, possuindo mais de 150 recintos que abrigam mais de 2.200 animais de 190 espécies. Esta população silvestre é mantida para Programas de Recomposição e Manejo, com desenvolvimento de técnicas de criação e pesquisas em nossa área de atuação.

A história em defesa do meio-ambiente e de apoio à pesquisa científica, com finalidade educacional, começou em janeiro de 1995, quando adquiriu uma área rural originalmente utilizada para pecuária com 60 hectares; que apresentava grande degradação com áreas de erosão, assoreamento de mananciais e perda da cobertura vegetal devido à lotação de animais na atividade comercial.

Em 2002 a propriedade recebeu 12 exemplares de Cotias provenientes do Museu de História Natural do Capão da Imbuia – da Prefeitura Municipal de Curitiba – como parte de um programa de repovoamento dos bosques protegidos com esta espécie.

Devido ao sucesso obtido, buscou-se autorização junto ao IBAMA para aproveitamento da área para receber, proteger e reproduzir outras espécies da fauna brasileira ameaçada. Assim, no ano de 2003 foi fornecida a Licença de Operação de um Criadouro Conservacionista pelo IBAMA, quando receberam o primeiro exemplar de Onça Pintada (chamada Juca), proveniente de um zoológico público fechado devido à falta de condições adequadas de manutenção. Depois do Juca foram muitos animais de outras espécies, na maioria provenientes do tráfico, posse ilegal ou resgate de Fauna. Desde então o Criadouro tem crescido continuamente e em 2009 foi criada a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, entidade para a qual requer-se, através da presente proposição, a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Programas de Conservação

Atualmente o Criadouro Onça Pintada participa de vários Programas de Conservação nacionais e internacionais de reprodução de espécies ameacadas.

- · Blastocerus dichotomus (Cervo do Pantanal)
- Speothos venaticus (Cachorro Vinagre)
- Aburria jacutinga (Jacutinga)
- · Amazona brasiliensis (Papagaio da cara roxa)
- · Amazona vinacea (Papagaio do peito roxo)
- Mazama bororo (Veado-bororo)
- Gubernatrix cristata (Cardeal Amarelo)
- Harpia harpyja (Harpia)
- Crax fasciolata (Mutum de Penacho)
- Tayassu pecari (Queixada)

Entre outros.

Certificados

O Criadouro Conservacionista Onça Pintada recebeu o selo "Amigo da Fauna", uma marca de incentivo às organizações e empresas que praticam e consolidam medidas inovadoras de conservação da fauna silvestre. Em 2015 a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre conquistou o "22º Prêmio Expressão de Ecologia", com o Projeto Criadouro Onça Pintada, na categoria Conservação da Vida Silvestre. Certificado pelo Ministério do Meio Ambiente como a maior premiação ambiental do Sul, o Prêmio Expressão de Ecologia é o mais completo mapa da evolução empresarial na busca da sustentabilidade nas duas últimas décadas. A premiação conta com o apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e dos três órgãos ambientais públicos do Sul — SEMA/IAP (PR), Fatma (SC) e Fepam (RS) -, que têm representantes no grupo de jurados.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECLARAÇÃO

Em atenção ao cumprimento do requisito contido no Inciso III do Artigo 2º da Lei Estadual sob o nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná, **DECLARO**, nos termos da Lei que tenho conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade a ser beneficiada com o Título de Utilidade Pública, denominada de ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.950.890/0001-56, com sede no Município de Campina Grande do Sul, mantenedora do Criadouro Conservacionista Onça Pintada.

Curitiba, 11 de novembro de 2019

LUIZ FERNANDO GUERRA
Deputado Estadual



Campina Grande do Sul, 07 de novembro de 2019.

Prezados sendores

Segue a documentação referente ao projeto de lei para tornar lo Criadouro de utilidade pública estadual.

- 1- Estatuto Social
- 2- CNPJ
- 3- Carcidáb de regularidade junto a receita federal
- 4- Declaração au presidente atestando o não recebimento de verbas públicas
- 5- Relacono de atividades
- 6- Projet l'oguarett partiripação do Criadouro com a exportação da Onça pintada "Isis".
- 7- Projeto de la ritronació de Mutum pinima no nordeste do Estado do Paraná
- 8- Projeto de reintrodução de catetos e queixadas no Parque das Lauráceas
- 9- Ata de ele journe direction
- 10-Declaração em escuencique os corgos da directoria e demais associados não são remunerados.

Luciano do Valle Saboia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

/	RIALEG	6
	\ <u></u>	
17 ($\bigcup \int_{\Omega}$	P
√ ag.		7
	7	

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.950.890/0001-56 MATRIZ		NSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/05/2009
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PES	SQUISA E CONSERVACAO DA VIDA	SILVESTRE	
TÍTULO DO ESTABELECIMEN	NTO (NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS
	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL es associativas não especificadas ant	iteriormente	
código e descrição das Não informada	ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA N 399-9 - Associação Pr			
LOGRADOURO EST DO POCINHO		NÚMERO COMPLEMENTO	
CEP 83.430-000	BAIRRO/DISTRITO ARACATUBA	MUNICÍPIO CAMPINA GRANDE DO SUL	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@CRIADOU	JROONCAPINTADA.ORG.BR	(41) 3029-8810	
ENTE FEDERATIVO RESPON:	SÁVEL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL /05/2009
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADA	ASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL			TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/11/2019 às 15:01:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

101 1-10-113 A1 1-22 17- 115-2-1-115

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I NATUREZA JURÍDICA, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1°. A Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com foro no município de Campina Grande do Sul e sede na Estrada do Pocinho, nº 500, Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.



CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Artigo 2°. A Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre tem por finalidade:

- a. Criar, apoiar e desenvolver programas e projetos de pesquisa relacionados à fauna silvestre tais como: translocação, reprodução, reintrodução, monitoramento de animais, entre outros;
- b. Apoiar as Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa na consecução de seus objetivos finalísticos, o ensino, a pesquisa e a extensão, nos estudos que levam por consideração o meio físico e biótico.
- c. Planejar e executar projetos com interesses científicos e conservacionista em ambientes naturais ameaçados, visando o autosustento interagindo com a comunidade local;
- d. Promover estudos e pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Parágrafo Primeiro - São objetivos específicos da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre:

- a. Apoiar e executar pesquisas científicas para a definição de estratégias de conservação e manejo, bem como para a avaliação da eficiência das mesmas, além de auxiliar a condução de diretrizes para ações de políticas públicas.
- b. Criar e gerenciar unidades de conservação visando à proteção de ecossistemas naturais, das belezas cênicas, do patrimônio cultural e da diversidade biológica, com ênfase nas espécies ameaçadas de extinção;
- c. Colaborar, através dos meios adequados, com instituições públicas e privadas, visando o desenvolvimento do meio ambiente, econômico e social, a serem estabelecidas com entidades de ensino e pesquisa, ou quaisquer interessados.
- d. Apoiar o Criadouro Conservacionista Onça Pintada na consecução de seus objetivos finalísticos, a manutenção de animais silvestres em



- condições adequadas de cativeiro, o desenvolvimento de estudos e pesquisa sobre sua biologia e reprodução;
- e. Colaborar na organização de cursos de pós-graduação em entidades de ensino e pesquisa que requisitem seus serviços;
- f. Promover a divulgação de conhecimentos nas áreas mencionadas acima e correlatas por meio de publicações técnicas, periódicos, monografias e outras formas que se fizerem adequadas;
- g. Oferecer apoio institucional às entidades de ensino e pesquisa e a pesquisadores, na transferência ou difusão de conhecimento técnico em suas áreas de atuação;

Parágrafo Segundo – Para cumprir seu propósito a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Parágrafo Terceiro – A Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre convergirá seus esforços e ações para a formação e manutenção de inquestionável reputação ético-profissional sempre observando e pautando-se pelos a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Parágrafo Quarto – A Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre não distribui, entre os seus associados, conselheiros, diretores ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

Artigo 3°. A Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre é constituída por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

- a. Associados Efetivos:
- b. Associados Honoríficos; e,
- c. Associados Colaboradores.

Parágrafo Primeiro – Associados Efetivos são pessoas físicas constituídas em ata na Assembléia de fundação da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, e que poderão ser incluídos nesta categoria, substituídos ou retirados, por decisão do Conselho Deliberativo, de acordo com o estabelecido neste estatuto.

Parágrafo Segundo – Associados Honoríficos são as pessoas físicas ou jurídicas que, por serviços relevantes prestados à sociedade ou a associação, forem aceitos pelo Conselho Deliberativo, mediante proposta devidamente justificada da Diretoria, os quais terão direito a voz, sem direito a voto, nas reuniões e Assembléias Gerais.







Parágrafo Terceiro – Associados Colaboradores são aqueles convidados a participar do quadro social pela Diretoria, com direito a voz, sem direito a voto, que se propuserem a contribuir nos projetos, ou com o pagamento de mensalidades para a associação.

Artigo 4°. Poderão associar-se a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre pessoas físicas ou jurídicas, desde que possuam ilibada reputação ético-profissional nas áreas em que atuam.

Parágrafo Primeiro - Qualquer dos associados terá o direito de retirar-se da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias encaminhado a Diretoria.

Artigo 5°. São direitos dos Associados Efetivos, desde que estejam adimplentes para com suas obrigações sociais:

- a. Votar e ser votado para os cargos eletivos da administração;
- b. Deliberar as propostas e assuntos da pauta da Assembléia Geral;
- c. Tomar parte nas Assembléias Gerais e demais atividades associativas;
- d. Propor a criação e tomar parte em comissões ou grupos de trabalho;
- e. Propor, discutir e defender qualquer matéria de interesse da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre; e,
- f. Usar a palavra nas Assembléias Gerais.

Parágrafo Único — Os direitos previstos neste Estatuto somente poderão ser exercidos pelo associado que estiver adimplente com as obrigações previstas neste Estatuto ou em outro Ato Normativo emanado ou referendado pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 6°. São direitos dos Associados Honoríficos e Colaboradores, desde que estejam adimplentes para com suas obrigações sociais:

- a. Apresentar propostas para votação em Assembléia Geral;
- b. Participar das atividades associativas:
- c. Usar da palavra nas Assembléias Gerais.

Artigo 7°. São deveres dos associados:

- a. Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e regimentais:
- b. Acatar as decisões tomadas em Assembléia Geral, assim como aquelas determinadas pelo Conselho Deliberativo e Diretoria, desde que não confrontem com as disposições deste Estatuto ou do Regimento Interno;
- c. Participar das Assembléias Gerais;
- d. Prestigiar Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, zelando pelo seu conceito e difundindo seus objetivos;
- e. Não tomar decisões de assuntos pertinentes a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, nem falar em seu nome, sem prévia e expressa autorização da Diretoria.

Artigo 8°. No exercício de seus direitos, o associado somente poderá fazer-se representar por outro associado mediante outorga de procuração com poderes bastantes, ficando uma cópia arquivada no sede Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre.



Artigo 9°. O associado que violar as disposições deste Estatuto, seus deveres sociais ou atuar de forma prejudicial aos interesses Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre será excluído da organização, mediante processo administrativo em que seja garantida ampla defesa, perdendo imediatamente a condição de associado, por decisão da Diretoria com direito a recurso para a Assembléia Geral,

Artigo 10°. Na hipótese de falecimento, ausência, incapacidade, retirada ou exclusão de qualquer de seus associados, a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre não se dissolverá, continuando suas atividades com os associados remanescentes.

Artigo 11°. A critério do Conselho Deliberativo, justificado por aspectos conjunturais, podem ser criadas novas categorias de associados.

Artigo 12° - A participação na instituição, indivisível em relação à entidade, deverá observar todos os requisitos legais.

Parágrafo Único - O desligamento de qualquer associado não acarretará nenhum tipo de ônus para a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, sendo consideradas todas as contribuições, mensalidades e taxa de adesão como doação aos ativos financeiros da associação.

Parágrafo Segundo - O associado, mesmo ocupando cargo eletivo, que em qualquer operação tiver interesse contrário aos objetivos da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, não poderá participar das deliberações que sobre tal operação versarem, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

Artigo 13° - Fica expressamente vedado ao associado membro do Conselho Fiscal exercer cumulativamente cargos no Conselho Deliberativo ou de Diretoria.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

Artigo 14°. O patrimônio será constituído por bens e valores que venham a ser adicionados, por meio de:

- a. Mensalidades de seus associados que venham a se incorporar à Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, após sua fundação;
- b. Doações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas naturais, com o fim específico de incorporar ao patrimônio; e,
- c. A parte do superávit proveniente de suas atividades que, a critério do Conselho Deliberativo, deva ser incorporado ao patrimônio.

Parágrafo Primeiro - Caberá ao Conselho Deliberativo a aceitação de doações com encargos.



Parágrafo Segundo - Caberá ao Assembléia Geral aprovar a alienação de bens imóveis que venham a ser incorporados ao patrimônio para aquisição de outros mais rendosos ou convenientes, ou ainda, para cobrir déficit eventual.

CAPÍTULO V DAS RECEITAS

Artigo 15°. Constituem receitas da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre:

- a. Os resultantes do exercício das suas atividades:
- b. As provenientes de seus bens patrimoniais;
- c. Os valores recebidos de auxílios e contribuições ou resultantes de convênios, contratos ou outras espécies de ajustes celebrados;
- d. As contribuições periódicas ou eventuais, de pessoas físicas ou jurídicas nacionais e internacionais;
- e. As dotações e as subvenções recebidas diretamente da União, dos Estados e dos Municípios ou por intermédio de órgãos públicos da administração direta ou indireta.

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 16 A Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre é dirigida por:

- a. Assembléia Geral:
- b. Conselho Deliberativo:
- c. Diretoria: e.
- d. Conselho Fiscal.

Parágrafo Único: A Instituição não remunera, sob qualquer forma, os cargos do Conselho Deliberativo, da sua Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus associados, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

CAPÍTULO VII DA ASSEMBLÉIA

Artigo 17°. A Assembléia Geral é a reunião de todos associados e constitui o órgão máximo da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, cabendo-lhe exercer todas as funções que lhe forem comedidas por Lei e por este Estatuto.

Artigo 18°. Compete à Assembléia Geral:

- a. Eleger os membros do Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal;
- b. Destituir os membros do Conselho Deliberativo, Diretoria e o Conselho Fiscal:





- d. Decidir sobre a extinção da Instituição;
- e. Decidir sobre a alienação, hipoteca ou permuta de bens imóveis;
- f. Decidir sobre a substituição ou retirada de algum associado em sede de recurso;
- g. Aprovar o Regimento Interno;
- h. Deliberar anualmente sobre a prestação de contas da Diretoria.

Parágrafo Primeiro — O Conselho Deliberativo poderá decidir sobre as matérias constantes das alíneas "c", "g" e "h" deste artigo, ad referendum da Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo: Alteração do estatuto social com o objetivo de mudança de endereço da sede poderá ser definida e realizada diretamente pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 19°. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pelo Presidente da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, por sua própria determinação ou por determinação de qualquer Associado Efetivo, ou por 1/5 (um quinto) dos associados, por meio de edital afixado na sede da Instituição e correspondência eletrônica, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, contados da data de sua realização.

Parágrafo Único – O ato convocatório mencionará a Ordem do Dia e será enviado aos associados em tempo hábil para análise e representação, sendo vedada deliberação sobre assunto estranho aos interesses da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre.

Artigo 20°. Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a maioria de associados e, em segunda convocação, com qualquer número, se este estatuto não definir quórum especial.

Artigo 21°. A Assembléia Geral Ordinária se realizará na primeira quinzena de abril de cada ano, para tomar conhecimento e deliberar sobre o relatório anual da Diretoria; homologação da prestação de contas e do balanço previamente aprovado pelo Conselho Fiscal.

Artigo 22°. A Assembléia Geral Extraordinária se realizará a qualquer tempo, quando convocada pela Diretoria, pelo Conselho Deliberativo, pelo Conselho Fiscal ou por requerimento de um quinto dos Associados Efetivos adimplentes para com as obrigações sociais, e deliberará sobre:

- a. A eleição dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
- Destituição dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
- c. O Julgamento de destituição ou cassação de membro dos Conselhos;
- d. Reforma parcial ou total do Estatuto;
- e. A dissolução da entidade e destinação do seu patrimônio; e,
- f. A autorização para alienação de bens imóveis, após parecer favorável do Conselho Fiscal.
- g. Demais motivos que não sejam objeto de Assembléia Ordinária.

Artigo 23°. É permitido o voto por procuração com poderes especiais.





Artigo 24°. A Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, na execução de suas atividades, adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 25°, O Conselho Deliberativo é o órgão que traça as políticas e diretrizes da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre com as seguintes atribuições:

- a. Fixa orientação geral dos negócios da Entidade;
- b. Fiscaliza a gestão dos diretores;
- c. Examina a qualquer tempo os livros e papéis da Entidade e solicita informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração em quaisquer outros atos;
- d. Convoca Assembléia Geral:
- e. Indica e destitui os auditores, quando for o caso:
- f. Nomeia os membros da Diretoria;
- g. Estabelece as mensalidades dos associados e estabelece regras gerais para as remunerações de atividades administrativas.

Artigo 26°. O Conselho Deliberativo será composto de cinco membros, pelo Diretor Presidente e os demais entre associados efetivos eleitos por maioria simples entre membros da Assembléia Geral Ordinária, observados o disposto do Artigo 22° e seu Parágrafo Único, com mandato de três anos podendo ser reeleito.

Parágrafo Primeiro- O Presidente do Conselho Deliberativo será o Diretor presidente.

Artigo 27°. O Conselho Deliberativo se reunirá, de forma ordinária, trimestralmente e, de forma extraordinária, quando:

- a. For convocado por dois ou mais Conselheiros do Conselho Deliberativo:
- b. For convocado pela Diretoria; e.
- c. For convocado por qualquer associado efetivo em grau de recurso, contra ato da Diretoria ou por denúncia de transgressão estatuária.

Artigo 28° – As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavrados no livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas, ao final dos trabalhos, pelos membros do Conselho presente.

Parágrafo Primeiro - Na ausência do Presidente do Conselho, a reunião será presidida por membro eleito por aclamação dos presentes.

Parágrafo Segundo - Por denúncia ou afastamento de mais de três membros do Conselho, deverá o Presidente ou na falta deste, os membros restantes, convocar Assembléia Geral para devido preenchimento.

- Lan

Parágrafo Terceiro - Os eleitos exercerão o cargo pelo período restante ao mandato dos renunciantes ou afastados.

Parágrafo Quarto - Poderá ser destituído do cargo o membro do Conselho que, sem justificativa, faltar a duas reuniões ordinárias consecutivas, ou a 1/3 das extraordinárias, por ano de mandato.

Artigo 29°. No desempenho de suas funções, cabe ao Conselho Deliberativo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a. Estabelecer em Instruções ou Regimento Interno, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abusos cometidos contra disposições da Lei, de Estatuto ou das regras de relacionamento com a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre Entidade, que venham a ser expedidas de suas reuniões;
- b. Determinar as taxas ou outras formas de contribuições destinadas ao cumprimento dos objetivos sociais;
- c. Estabelecer a norma para o funcionamento da Entidade;
- d. Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- e. Adquirir, alienar ou onerar bens móveis da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre; e.
- f. Deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regime Interno.

Artigo 30°. Ainda que esgotado o prazo de mandato, o Conselho Deliberativo em exercício continuará praticando validamente todos os atos do referido Conselho até a posse dos novos Conselheiros.

CAPÍTULO IX DA DIRETORIA

Artigo 31°. A Associação de Preservação da Vida Silvestre será administrada por uma Diretoria, composta por três associados efetivos, nomeados pelo Conselho Deliberativo, com mandato de três anos, admitida a reeleição, os quais exercerão os seguintes cargos:

- I. Diretor Presidente:
- II. Diretor Administrativo e Financeiro;
- III. Diretor Técnico.

Parágrafo Primeiro - Caberá ao Conselho Deliberativo a nomeação da Diretoria pela maioria de votos dos presentes em reunião realizada com essa finalidade ou, em assembléia juntamente com as eleições dos Conselheiros.

Parágrafo Segundo- Os Diretores tomarão posse, mediante termo lavrado no Livro Ata, perante o Presidente do Conselho Deliberativo que os nomeou.

Parágrafo Terceiro- Ainda que esgotado o prazo do mandato, os Diretores em exercício continuarão a praticar validamente todos os atos de administração até a posse dos Diretores.







Artigo 32°. A diretoria reunir-se-á ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que o Diretor Presidente convocar e ou exigirem os interesses da associação, independente do número.

Artigo 33°. São atribuições da Diretoria, além das que lhe couber por força da Lei ou deste Estatuto:

- a. Executar todos os atos necessários para o funcionamento da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, de acordo com o explicitado nos artigos referentes à competência de cada um de seus membros:
- b. Deliberar sobre os trabalhos a serem executados e, quando for o caso, a serem submetidos ao Conselho Deliberativo;
- c. Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidade e fixando quantidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias para a sua efetivação;
- d. Estimar previamente a rentabilidade das operações e projetos bem como sua viabilidade:
- e. Contratar técnicos e determinar cargos e funções, quando necessário;
- f. Contrair obrigações, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários.

Artigo 34". A Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre será administrada pelos Diretores a quem competirá sua representação ativa e passiva judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos e operações referentes aos objetivos sociais.

Parágrafo Primeiro - O uso do nome da associação caberá individualmente e isoladamente a qualquer diretor, na prática de todos os atos e na representação da Entidade, em assuntos de caráter administrativo.

Parágrafo Segundo- Assinarão, preferencialmente e, não obrigatoriamente, conforme a natureza do assunto, ou nas ausências e independentemente do cargo, em conjunto de dois na prática dos sequintes atos:

- a. Assinatura de contratos de qualquer natureza;
- b. Movimentação financeira:
- c. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis pertencentes à Entidade na forma determinada por este Estatuto;
- d. Constituir hipotecas; e.
- e. Nomear procuradores com amplos poderes outorgando mandatos.

Artigo 35°. Em caso de cassação do mandato dos membros da Diretoria, pelo Conselho Deliberativo, ouvida a Assembléia Geral, todos os cassados serão solidariamente responsáveis pelos danos e prejuízos ocasionais ou provocados, e deverão apresentar contas, em 30 (trinta) dias, de toda atividade desenvolvida em sua gestão, ao Conselho Deliberativo, em relatório circunstanciado respondendo suas ações pelos prejuízos ou malversações registradas e apuradas.



Parágrafo Único – O Conselho Deliberativo assumirá a Diretoria, até nova nomeação, podendo mover ação civil ou criminal contra Diretores cassados, sem prejuízo das providências estatuárias cabíveis.



Artigo 36°. Cabe a Diretoria cumprir e fazer cumprir os encargos a esta confiado, inclusive o que preceituar o Regimento Interno da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre.

Artigo 37° – Compete ao Diretor Presidente:

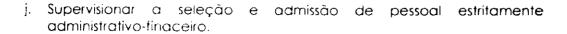
- a. Representar a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre em juízo ou fora dele;
- b. Convocar as reuniões da Diretoria e, extraordinariamente o Conselho Deliberativo:
- c. Praticar atos necessários à administração da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, e em conjunto com o Diretor específico, organizar os serviços, admitindo e dispensando empregados:
- d. Propor à Diretoria a admissão de pessoal técnico;
- e. Movimentar, juntamente com o Diretor Administrativo-Financeiro, depósitos bancários, assinar convênios e contratos, e saldar compromissos:
- f. Indicar, dentre os demais membros da Diretoria ou com autorização desta, terceira pessoa que o substituirá em caso de ausência ou impedimento temporário;
- g. Coordenar as atividades da entidade e zelar pelo cumprimento do Estatuto, das decisões do Conselho Deliberativo e das resoluções da Assembléia Geral;
- h. Traçar a política geral e de desenvolvimento da Entidade:
- i. Organizar e/ou modificar a estrutura administrativa financeira e operacional da entidade, em conjunto com o Conselho Deliberativo; e,
- i. Executar os planos da Entidade.

Artigo 38°. Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- a. Substituir o Diretor Presidente no seu impedimento;
- b. Administrar os recursos financeiros, custos e despesas aprovadas pela Diretoria:
- c. Movimentar contas bancárias, assinando cheques e recibos, juntamente com outros Diretores;
- d. Ter sob sua responsabilidade os bens e valores da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre;
- e. Assinar com outro Diretor, documentos que por sua natureza, assim o exijam;
- f. Ter sob responsabilidade os livros contábeis e sociais, documentos, contratos, convênios e demais materiais relativos às atividades da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, de acordo com a legislação em vigor;
- g. Coordenar a comunicação em geral da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre;
- h. Preparar os relatórios de atividades a serem apreciadas pela Diretoria e encaminhados pelo Diretor Presidente ao Conselho Deliberativo;
- i. Dirigir e fiscalizar a contabilidade, preparar os planos relativos ao exercício seguinte, proceder à prestação de contas e os relatórios contábeis e financeiros anuais da Associação; e,









Artigo 39". Compete ao Diretor Técnico:

- a) Assinar em conjunto com o Diretor Presidente ou com um dos Diretores, quando for o caso:
- b) Apresentar à Diretoria "relatório de andamento" das pesquisas e serviços aprovados e em execução pela Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre;
- c) Manter controle de todas as pesquisas e serviços, assegurando qualidade e pontualidade de execução:
- d) Avaliar os pesquisadores e executores de serviços e apresentar sua avaliação à Diretoria, levando em conta a capacidade do técnico em captar e executar adequadamente as pesquisas e serviços da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre;
- e) Assinar, juntamente com o Diretor Presidente, ou com outro Diretor, contratos, convênios ou acordos que impliquem na realização de pesquisas e serviços dentro de prazos e planos;
- f) Estimular os pesquisadores a publicarem os resultados de seus trabalhos em veículos especializados de sua área ou afins;
- g) Supervisionar a seleção e admissão de pessoal estritamente técnico para a execução das pesquisas e projetos.

CAPÍTULO X DO CONSELHO FISCAL

- Artigo 40°. O conselho Fiscal é o órgão fiscalizador e consultivo da Assembléia Geral e será composto por três membros titulares, com mandato de três anos, admitida a reeleição.
- Artigo 41°. O conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez a cada seis meses e extraordinariamente sempre que necessário.
- Artigo 42°. Em caso de renúncia coletiva do Conselho Fiscal este será assumido pelo Conselho Deliberativo, que convocará Assembléia Geral Extraordinária, em 30 (trinta) dias, para eleição do novo Conselho Fiscal que cumprirá o restante do mandato do renunciante.
- Artigo 43°. A Assembléia Geral perante a qual foi instalado o Conselho Fiscal deverá eleger seus componentes e fixar suas atribuições.
- Artigo 44°. São da exclusiva e intransferivel competência do Conselho Fiscal:
 - a. Requisitar e analisar documentos relativos a operações econômicofinanceiras realizadas pelo Instituto;
 - b. Emitir pareceres sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais, aprovando-os ou não, e os encaminhando à Assembléia Geral;
 - c. Acompanhar o trabalho de auditores externos independentes;

-



- d. Convocar extraordinariamente a Assembléia Geral;
- e. Eleger, dentre seus membros, o seu Presidente;
- f. Emitir parecer sobre propostas de aquisição e alienação de bens imóveis designados pela Diretoria.

CAPÍTULO XI DO EXERCÍCIO SOCIAL E FINANCEIRO

Artigo 45°. O exercício social e financeiro da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre coincidirá com o ano civil.

Artigo 46°. Até a data estabelecida pelo Regimento Interno, o Diretor Presidente apresentará ao Conselho Deliberativo, o plano para cada exercício, referente da administração da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre.

Parágrafo Primeiro - O conselho Deliberativo terá o prazo de 30 (trinta) dias para deliberar sobre a proposta a que se refere este artigo.

Artigo 47°. A prestação de contas será apresentada pelo Diretor Presidente ao Conselho Deliberativo de acordo com o estabelecido pelo Regimento Interno da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre.

CAPÍTULO XII DAS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 48°. Ao fim de cada exercício social e financeiro, até 31 de março de cada ano, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração da Entidade, as demonstrações financeiras, que exprimam com clareza a situação do patrimônio da Entidade e as mutações ocorridas no exercício.

CAPÍTULO XIII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 49°. A prestação de contas deverá obrigatoriamente seguir as seguintes normas:

- a. A observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria previsto no regulamento da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;



: A prestação de contras de todos os recursos e bens de origem pública im eticados pieid. Associação de Pesquisa e Conservação da Vida risterimo portagrafo unico do artigo 70 da,

Artia, listo e priperavit proveniente das atividades da Associação de Pesquisa con ativity açulo da vida inivestre em cada exercicio budera ser incorporado por atriniónico so para constituição de fundos de reserva

CAPITULO XIV **Da liquidação**

Artigo en la Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre sera Infoldada (1.35, asos previstos em Lei

Artiqui 50 i i impete a Assempléia Geral estabelecer o modo de liquidação. Biéder i liquidante e o conselho Fiscal que devera tuncionar no periodo de activaciças

Assignment of a strengths of the post to develop resented to some postronous obtains the section of the enterior of contract constitution seas objectives.

Artigo 54° ; no caso de dissolução da Associação de Pesquisa e Conservação do Vida Silvestre. O seu património líquido, proveniente de verbas públicas sera transferido a outra pessoa jundica qualificada nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Artig., \$51 Na hipotese de perda da qualificação como OSCIF, pelos motivos previstos na Lei nº 9,740 de 23 de março de 1999 o acervo patrimonial aisponivei adquirido com recursos públicos durante o período em que perdirio, aquela itualificação será transferido a outra pessoa juridica audificada nos termos da citada lei, preferencialmente que tenham o mesmo objeto social.

CAPITULO XV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo Se un casas omissos na presente Estatuto serdo primeiramente resolvidos pera Diretoria e submetidas do Conselho Deliberativo, observando as res em vidor aplicaveis a especie.

Artigo (5) la kegimento interno complementa e suplementa o Estatuto, regulamentando e disciplinarido a organização da Associação de Pesquisa e laborada no prazo maximo de 18 meses.

Artigo per la retorma de alteração do Regimento Interno são de exclusiva alçada do Carisella, Deliberativa e aprovadas pela Assembleia Geral. Artigo pro other or course to the force organizacional de metoria portera cer provisionale electrico poder como le como de aemine de minera este dais membros.

Lu Tario do Valle Sabora

Diretor Presidente

Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre

Jeborah Mariana Jacob Dias de Pina DAB/GO nº 23642

Acres of K

THE STATE OF THE S

.





Verificação de pendências para Certidão Liberatória

Enti	dad
Dat	2

10.950.890/0001-56 12/11/2019 14:29:28

tesultado

Foram encontradas as seguintes pendências para emissão da Certidão Liberatória:

É necessário estar cadastrado no TCE-PR para utilizar esse serviço.





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE PESQUISA E CONSERVACAO DA VIDA SILVESTRE

CNPJ: 10.950.890/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 17:24:03 do dia 28/10/2019 <hora e data de Brasília>. Válida até 25/04/2020.

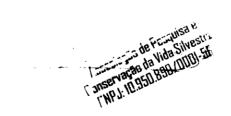
Código de controle da certidão: **D556.56EB.A1D3.A547** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



DECLARAÇÃO

Eu, Luciano de Varie Sapola, RG nº 1.317.693 e CPF nº 354.305.409-00, presidente da Associação de Pesquise e Conservação da Vida Silvestre, CNPJ nº 10.950.890/0001-56, declaro, sob as penas da lei, que não recebemos verbas públicas até a presente data. público. Declaro ainda, estar ciente que a faisidade dessa declaração configura crime, previsto no art. 299 do Código Pena! brasileiro, e resultará na perda da qualificação como OSCIP da entidad e su pracitada.

Campina Grande do Sul, 28 de outubro de 2019



LUCIANO DO VALLE SABOIA

Diretor Presidents



DECLARAÇÃO

Eu, Luciano do Valle Saboia, RG n° 1.317.693 e CPF n° 354.305.409-00, presidente da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, CNPJ n° 10.950.890/0001-56, declaro, sob as penas da lei, que os cargos de diretoria desta associação não são remunerados. Declaro ainda, que a instituição presta serviços de relevante interesse público.





CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os associados mantenedores da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, convocados para assembleia geral extraordinária a realizar-se no dia vinte e dois de abril de dois mil e dezoito, as dezenove horas na rua Roberto Barrozo, 1381, Bom Retiro, Curitiba, Paraná.

A primeira convocação sera realizada as dezenove horas e a segunda convocação às dezenove horas e trinta e minutos.

A assembleia geral extraordinária é convocada com a finalidade de se deliberar as matérias previstas no artigo 22 do Estatuto Social e discutir a seguinte ordem do dia:

- Eleição da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal para o novo mandato (3 anos); 1)
- 2) Enquadramento dos associados nas categorias dispostas no Estatuto Social.

Sem mais considerações para o momento

Atenciosamente.

Curitiba, 09 de abril de 2018

Luciano do Valle Saboia

Presidente em exercício 1

Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre 10.950.890/0001-56

No dia vinte e dois do mês de abril de 2018, às dezenove horas, na Rua Roberto Barroz 1381. Bom Retiro, Curitiba, Paraná, reuniram-se em Assembleia Geral, as pessoas abaix assinadas para enquadrar novos membros da associação nas categorias dispostas no estatuto e eleição e posse da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal para o novo mandato, da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, respeitando o que rege o Estatuto social no capitulo nove e artigo trigésimo primeiro, como também a Ata de Constituição da referida Associação. Nesta oportunidade foi reeleito a presidência, por aclamação, o Senhor Euciano do Valle Sabóia, brasileiro, médico, casado, inscrito no RG sob o n° 1.317.693 SSP/PR e CPF n° 354.305.409-00, residente e domiciliado na Rua Cel. João Guilherme Guimarães, nº 1169, Bom Retiro, Curitiba, CEP: 80.520-280, Paraná, que agradeceu o voto de confiança dos presentes para o próximo triênio e convidou a mim Mauro Antonietto, brasileiro, casado, arquiteto, inscrito no RG nº 1.611.412-0 SSP/PR e CPF nº 519.618.909-25, residente e domiciliado na AV. Padre Natal Pigatto, nº 680, Caixa Postal 1117 - Campo Largo, Paraná, para secretariar a sessão, o que aceitei. Foi lida a ordem do dia para a qual fora convocada esta Assembleia Geral, que tem os seguintes objetivos: 1) Enquadrar novos membros nas categorias dispostas no estatuto e 2) Eleger e Empossar o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria para os próximos três anos, 2018 a 2021. Como primeira ordem do dia, os associados efetivos da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre, podendo fazer parte como conselheiros: a) Priscilla Vicente Lista, medica, portadora do RG nº 2.690.000 SSP/SC, inscrita no CPF/MF nº 051.845.949-73, residente e domiciliada a rua Ângelo Manenti, nº 519, casa 06, Jardim Paulista, Campina Grande do Sul PR; b) Sergio Murilo Korobinski, advogado, portador da RG nº 79.711.080 SSP/PR, inscrito no CPF/MF n° 052.867.819-18, residente e domiciliado à rua Ângelo Manenti, nº 519, casa 06, Jardim Paulista, Campina Grande do Sul – PR, c) Leticia Carani Delabio, médica, portadora de RG 28.216.435-2 SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº 220.479.768-55, residente e domiciliada à rua Coronel Amazonas Marcondes, 1115 – Bloco B1 - 603 - Cabral, Curitiba - PR, d) Rita de Cássia Saboia, dentista, portadora de RG 4.112.977-8 SSP/PR, inscrita no CPF/MF n°512.251.239-68, residente e domiciliada à rua Eng Roberto Guilherme Pereira Leite, 312 - Vista Alegre Curitiba- Pr. A seguir, o Senhor

Presidente da mesa determinou que procedesse a eleição do Conselho Deliberativo, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Entidade. Apos a apresentação dos candidatos, realizou-se votação secreta e foi eleita por unanimidade, e aclamação, a seguinte composição: Conselho Deliberativo composto pelos seguintes associados efetivos: O Diretor Presidente eleito Sr. Luciano do Valle Sabóia, brasileiro, médico, casado, inscrito no RG nº 1.317.693 SSP/PR e CPF nº 354.305.409-00, residente e domiciliado na Rua Cel. João Guilherme Guimarães, nº 1169, Bom Retiro, Curitiba, CEP: 80.520-280 Paraná; a Srta Ana Paulina Federmann, brasileira, farmacêutica, solteira, inscrita no RG sob o nº 6.026.632-8 SSP/PR e CPF de n° 028.523.449-80, residente e domiciliada na Rua Guilherme Pugsley, n° 1.705, CEP 80.620-000. Agua Verde, Curitiba, Paraná; a Sra. Cristiane Langue Saboia, brasileira médica, casada, inscrita no RG sob o nº 3.029.937-0 SSP/PR e CPF nº 598.461.439-15, residente e domiciliada na Rua Cel. João Guilherme Guimarães, nº 1.169, Bom Retiro, Curitiba, CEP: 80.520-280. Parana; o Sr. Jorge Luiz de Oliveira Pinto, brasileiro, contador, casado, inscrito no RG sob o nº 4.300.358-5 SSP/PR e CPF nº 598.872.739-53, residente e domiciliado na Rua Jacob Ferrarine. 464, no bairro Jardim Graciosa, no município de Campina Grande do Sul, Parana, e o Sr. Sergio Murilo Korobinski, advogado, portador da RG nº 79711080 SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 052.867.819-18, residente e domiciliado a rua Ângelo Manenti, nº 519. casa 06, Jardim Paulista, Campina Grande do Sul. Para o Conselho Fiscal teve a eleição dos seguintes associados efetivos: a Sra. Eliane Eidt Antonietto, brasileira, casada, Administradora, inscrita no RG n⁹ 9.052.446-1 SSP/PR e CPF n⁹ 604.213.981-91, residente e domiciliada na Av. Padre Natal Pigatto, nº 680, Campo Largo, Parana; a Sra. Priscilla Vicente Lista, médica, portadora do RG nº 2690000 SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº 051845949-73. residente e domiciliada à rua Ângelo Manenti, nº 519, casa 06, Jardim Paulista, Campina Grande do Sul - PR; e Rita de Cássia Saboia, dentista, portadora de RG 4.112.977-8 SSP/PR, inscrita no CPF/MF n°512.251.239-68, residente e domiciliada à rua Eng Roberto Guilherme Pereira Leite, 312 - Vista Alegre Curitiba- Pr. Após o Conselho Diretor reelegeu por unanimidade os seguintes associados efetivos para composição da Diretoria: a) Diretor Presidente o Sr. Luciano do Valle Sabóia, brasileiro, médico, casado, inscrito no RG nº 131./69-3 SSP/PR e CPF n° 354.305.409-00, residente e domiciliado na Rua Cel. João Guilherme Guimarães, 1169 - Bom Retiro, Curitiba, Paraná, CEP: 80.520- 280; b) Diretor Administrativo Financeiro o Sr. Mauro Antonietto, arquiteto, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 1.611.412-0 SSP/PR e CPF de nº 519.618.909-25, residente e domiciliado no Av. Padre





Natal Pigatto, nº 680, Campo Largo, area rural; e c) Diretor Técnico Sr Pedro Scherer Neto, brasileiro, solteiro, engenheiro agronomo, inscrito no RG nº 560.508 SSP-PR e CPF de nº 159.099.569-49, residente e domiciliado na Rua Euclides da Cunha, nº 1209, apto nº 802, Bigorrilho, Curitiba, CEP 80.730-360 - PR. Prosseguindo, a posse dos eleitos inicia em 08/05/2018. Como quarta ordem do dia, iniciou- se o debate para o novo enquadramento dos associados, o presidente da mesa colocou a proposta e apos votação passaram a Sra. Melissa da Cunha Medina, brasileira, biologa, solteira, inscrita no RG de nº 6.841.350-8 SSP-PR e CPF n 025.185.659-30, residente e domiciliada na Rua São Januário, º 566, Jardim Botánico, Curitiba, CEP 80.210-300, Parana, e a Sra. Ana Paula Galerani, medica, brasileira, solteira, inscrita no RG nº 3.030.724-0 SSP/PR e CPF nº 028.754.249-12, residente e domiciliada na Rua Aroldo Euclides Souza, nº139, Mossungue, Curitiba, Paraná, a configurarem como associados colaboradores e não mais como associados efetivos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Associação encerrou os trabalhos, e eu, que servi de Secretario lavrei a presente ATA que lida e achada conforme vai por mim assinada, pelo Presidente da mesa, contendo, tambem, a assinatura dos associados efetivos presentes em anexo.

Registro de Pessoas Jurídicas

Vanessa Pontarola Maito Agente Delegada



∈nça**Pint**ada

esta Si

SSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILV TRE CNPJ: 10.950.890/0001-56

Curitiba, 2 ... pril de .)18.

io da Dirc⊃ria, a ta la presencas Assembléia Geral Extraordinária para Ele sócio nas Ton (1.13) D. (berativo e Conselho Fiscal da A.P.C.V.S., enquadramer 22 de abril as copostas no estatuto e alteração do Estatuto Social, realiz . e .

ASSOCIADOS PRESENTES:

A55U	CIADOS	1,602,41				
dane Lange Saboia auro Antonietto ne Eidt Antonietto Paulina Federmann Luiz de Oliveira Pinto icia Caram Delabio edro Scherer Neto iscilla Vicente Lista la de Cassia Saboia		Mila de l	Marie Tolland	State about		
·	 As	Luc	esqui a + Conso tiano do Valle S e resident	er. e	Vida Si.	est
		Mail	UTEUT.	(116 B)		
		NOEM NOEM NOEM NOEM NOEM NOEM NOEM NOEM	ino do Valle Sabola diane Lange Sabola auro Antonietto ne Eidt Antonietto Paulina Federmann Luiz de Oliveira Pinto icin Carani Delabio idro Scherer Neto iscilla Vicente Lista ia de Cassia Sabola io Murilo Korobinski Associação de Pe	NOI.II. TO do Vaile Saboia diane Lange Saboia auro Antonietto Paulina Federmann Luiz de Oliveira Pinto icia Caram Delabio edio Scherer Neto iscilla Vicente Lista a de Cassia Saboia io Murilo Korobinski Associação de Pesqui a Consoc Luciano do Valle S	NOF.II. The do Valle Sabola frame Lange Sabola auro Antonietto ne Eidt Antonietto Paulina Federmann Luiz de Oliveira Pinto ich Carani Delabio edio Scherer Neto escalla Vicente Lista au de Cassia Sabola io Murilo Korobinski Associação de Pesqui ai Consers Luciano do Valle Satirio de Cassidente	NOF.II. Indicate Saboia Indicate Lange Saboia auro Antonietto Paulina Federmann Luiz de Oliveira Pinto icia Carani Delabio icia Scinerer Neto iscilla Vicente Lista ia de Cassia Saboia io Murilo Korobinski Associação de Pesqui ii Conserv Luciano do Valle Sab

Estimator po Porter (~ 1000). Aracatuto, \sim Jain pina Charling ($\sim 40-40-2r-1$ The Department of the State Reference (1982) 18. Acres

Associação de Pesquisa - Conser

Mauro antoniett. Semilario

Telefone (4.1. to 19.85), to www.chadourbore.abintada.org.br

:						:	<u></u>			9	0 48 - 47	010211736	Total
<u> </u>	: :	- S	;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;;	\$			1000001	01 282 10	01 925 65	20.216.51	10,802	1. COD 41	09' 20 6'25c
Carry Carry (Carry)	-· - <u>-</u> -							 			1 (1)	3.0 Zet	133,997,12
	:. :.		101/03		E7 L24	007	 ::	— — (8)	601	00 :- 1	3	26 / p1	1,705,00
÷;		<u> </u>	<u> </u>	00	0	100 100 100 100 100 100 100 100 100 100	001111	00 31.	01/67	0/. 23.1	9.	0.55	1.297,70
Leite e 	en			-	7.86	06,56	132,04	95.37	00%	9:538	333.40	424,00	5.429,48
<u>-</u>	.,					·	#1. 22. 1.	<u></u>		03.55.1	Control	1 880.3	83.632,88
[[9/4] 25 - [4/6]	S	5	81 . 82	£,	. 58,70	(0.0.0)	50.1%			00 Jos	\$177.15	746,32	6.320,67
sci / v dui			:	25- 22- 2	1697	1 6 6 7	17,144,71	16 36 34	Class in	6 > 10,113	48.86 i 54	76/980/17	390.867,66
\$000 mm	9		99,5		96 6 7 1	70.030	16.63.91	16,88,91	1 : 70.1 8.4	(*,350,73	13.12.1	22.332,58	177.465,38
May a relata	000 500	00 = 15 = 2	06790302	3,5 0.00	37,400,00	00 058 0	31,205.00	40.20.00	36.829.00	(3.206.00	32,796,00	40,660,00°	415.222,00
Material para obra	\$1,358.00	85,378,33	00,597,60	Se C B; 00	82,918,00	49,562.00	57 128,00	73.939,000	45.464.00	50,860,00	33,582,00	79.829,00	742.143,33
Coordenacão da obra	19 %(C,00	6,749,00	00/00/0-5	11,503,00	17,880,00	12.500.00	00,069,11	00.000.00	13.570,00	(0.230,00	12.900.00	10.000,00	127.320,00
Fotal	163.270,73	204.62.535	204.467,94	189.446,90	210.882,25	195.340,04	158 58,07	211.798,84	173.377,15	172.337,20	210.346,17	249.454,18	2.343.308,82
										Pag	Corial Corial	A TEST AND A STATE OF THE STATE	DE HIND THE FERNINGS OF THE SERVICE





PROJETO EXPERIMENTAL DE UTILIZAÇÃO DOS TAIASSUÍDEOS COMO MARCADORES ECOLÓGICOS NO PARQUE ESTADUAL DAS LAURÁCEAS.

Curitiba, 30/10/2019.

O projeto iniciou no dia 10 de maio de 2019, com objetivo de estabelecer programas de reintrodução de fauna silvestre nativa. Os animais das espécies *Tayassu Pecari* (Link, 1975) e o *Pecari tajacu* (Linnaeus, 1758) foram transportados até o PARQUE ESTADUAL DAS LAURÁCEAS (PEL) e divididos em dois grupos de 30 indivíduos de cada espécie com a mesma proporção para machos e fêmeas, cada grupo em recintos diferentes.

Atualmente o manejo e monitoramento está sendo feito somente com *P. tajacu*, devido aos acidentes ocorridos entre os dias 12 e 23 de julho de 2018 com os possíveis predadores *P. concolor* e *P. onca* existentes nesta região que invadiram esses recintos e vieram atacar os *T. pecari*.

Os catetos, *Pecari tajacu*, fazem parte da diversificada fauna de mamíferos neotropicais e no Brasil estão presentes em praticamente todos os biomas. Ainda que poucos estudados, sabe-se que possuem importante função ecológica no equilíbrio e composição de cadeias alimentares, contribuindo substancialmente para a manutenção de seus predadores e que embora não sejam considerados essencialmente dispersores, podem disseminar algumas espécies vegetais pelas fezes (NERI, 2004).

Os *P. tajacu*, estão no recinto mais próximo a sede Caratuval, desde que foram transportados para o PEL, alguns destes animais já conseguiram procriar e gerar indivíduos saudáveis. Atualmente encontram-se aproximadamente 40 indivíduos no local incluindo filhotes.

No dia 1 de setembro de 2019, doze catetos foram capturados para a marcação com brincos, e no dia 5 de setembro de 2019 os portões foram abertos para realizar a soltura. Utilizamos a técnica soft release ou soltura branda, esse procedimento envolve a fase de pré-condicionamento e de monitoramento pós-soltura. Este método normalmente é aplicado quando o animal precisa de ajuda para adaptar-se a natureza, e passou a ser indicada também em translocação como medida de redução de conflito. Nestes casos, a soltura branda consiste na manutenção do animal translocado em áreas cercadas no local de soltura, aumentando a probabilidade de que o mesmo estabeleça fidelidade ao território. (A

No pré-condicionamento, diariamente os catetos são alimentados a base de milho uma vez por dia, normalmente no período da manhã e quando a distribuição do alimento é terminada, liga-se a cerca elétrica para segurança dos animais.

Após a soltura, no período da manhã os portões são abertos e o milho é distribuído ao redor do recinto, para uma adaptação gradual dos catetos ao ambiente. No período da tarde os portões são fechados e a cerca elétrica ligada. Isto ocorrerá até que todos os catetos saiam do interior do recinto.

Para um melhor monitoramento nas primeiras semanas câmeras trap foram instaladas nas trilhas da Anta e na Trilha do cemitério. Até o dia 10 de setembro de 2019



nasceram mais 3 catetos e as mães com o seu bando retornaram ao recinto, 8 foram os que retornaram, provavelmente isto ocorra para a proteção dos filhotes. Após duas semanas da soltura, nenhum cateto se encontra no interior do recinto, os portões foram fechados permanentemente e a cerca elétrica ligada. Alimentação externa ainda ocorre e em média 12 porcos retornam ao recinto para a alimentação, a distribuição do milho acontecerá até nenhum cateto retornar. Treze câmeras trap foram instaladas em mais trilhas próximas ao recinto para melhor monitoramento da espécie.

No dia 25/09/2019 foram encontradas 3 fezes de felinos, as fezes continham restos de *P. tajacu*, não podemos confirmar se correspondem realmente aos porcos que estavam no recinto, pois não foram encontrados nenhum brinco de marcação.

As armadilhas fotográficas são instaladas em diversos pontos do parque para que possamos verificar os locais de ocorrência dos porcos. A instalação das armadilhas são feitas uma vez na semana, quando completam os 7 dias elas são retiradas para análise. Até o final do mês de setembro os catetos circularam ao redor do recinto e na trilha do cemitério.

No mês de novembro os porcos aumentaram sua área de ocupação, foram vistos na trilha da Anta e na sede Caratuval, a aproximadamente 3 km do recinto e também na trilha do morro do Gerêmias, direção oposta a sede, a aproximadamente a 5 km do recinto. Conforme os dias foram passando, os catetos diminuíram o retorno ao recinto para alimentação e o horário é alternado, as vezes voltam às 10:30 ou às 16:30. Os porcos são vistos em grupos de no mínimo 4 até 8 indivíduos.

Além dos catetos, foram vistos nas armadilhas fotográficas: Queixadas, Anta, Irara, gato Mourisco, Gato do mato, Esquilo, Macaco, Onça Parda, Jaguatirica entre outros animais (imagens em anexo).

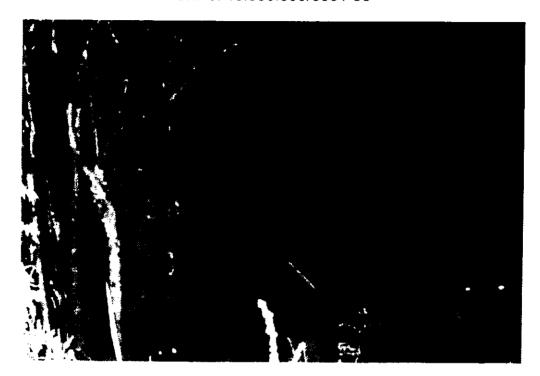
































Estrada de Pontreum III 600 Hele de la Campina Charde de Celle Prim Di Pontrada de modernas no infante in La Tigue de Bandze, il 36 m Helen Telle Di Modern Prim Tigue de Pontre de C El autre de 1020/366 Incompanya de Celle





Referências:

NERI, M. F. Ecología e conservação de catetos, *Tayassu tajacu* (Linnaeus, 1758) (ARTIODACTYLA, TAYASSUIDAE) em áreas de cerrado do estado de São Paulo. 2004





PROJETO

REINTRODUÇÃO DE QUEIXADA (Tayassu pecari) NO PARQUE ESTADUAL DAS LAURÁCEAS



ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE CRIADOURO OMÇA PINTADA

REINTRODUÇÃO DE QUEIXADA (Tayassu pecari) DO CRIADOURO ONÇA PINTADA / ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSEVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE NO PARQUE ESTADUAL DAS LAURÁCEAS

Onca Pintada

COORDENAÇÃO:

Luciano do Valle Sabola

Diretor Presidente da Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre Proprietário do Criadouro Onça Pintada

Guilherme de Camargo Vasconcellos - CRBio 34140-03D Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas Instituto Ampiental do Paraná



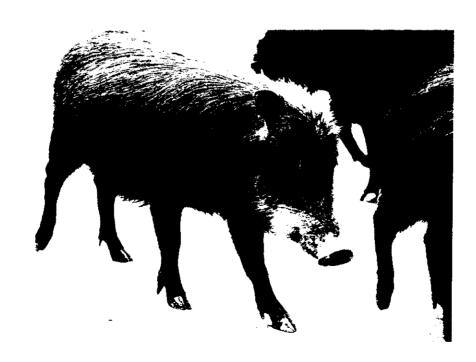


1. INTRODUÇÃO

Em 1741 em duas ilhas na península de Kamchatka na Sibéria foi descoberto a "vaca do mar", Steller's sea cow (*Hydrodamalis gigas*, Dugongidae), maior representante da ordem Sirenia, fácil de caçar e pesando mais de 10.000kg que foi perseguido até a extinção em 1768, somente 27 anos após.

Exemplos como aste, de interferência humana causando a eliminação total de espécies são frequentes, contudo, terrese de buscar o carninho oposto de preservar sempre que possível, revigorar as reservas de fauna e flora é o objetivo do Criadouro Onça Pintada (www.criadourooncapintada.org.br) e de sua maritenedora, a Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre (OSCIP).

Em 2008 o Criadouro recebeu 09 exemplares de Tayassu pecari – queixada- transferidos do Zoológico de Curitiba e que eram descendentes de individuos da região sudoeste do Paraná. Atualmente conta-se con. 300 individuos mantidos em uma área com tela de 05 alqueires, criando uma grande oportunidade para reintrodução desta espécie em areas de ocorrência e onde se acham extintas localmento.



A reintrodução de espécies é uma variosa ferramenta de conservação e é printe de que tem sido chamado de "conservação or ativa" (na den, 1985) Gney, Mace & Teistinez, 1994).



Classe – Mammalia

Ordem - Artiodactyla

Subordem - Suína

Família – Tayassuidae (Pecaries)

Espécie - Tayassu pecari

Atualmente C5 subespécies são reconhecidas.

No sul do Brasil, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina ocorre o Tayassu pecari albirostre.

Os queixadas formam grandes grupos de 30 a 150 indivíduos, com referências confiáveis de varas com 500 animais. A área ocupada pelo grupo é diretamente relacionada à qualidade da floresta, existindo referência de 139 indivíduos /km² no norte do Brasil em áreas com abundância de palmeiras.

2. JUSTIFICATIVA

Um componente integral de conservação de animais selvagens é a relocação de espécies definida como introdução, reintrodução, revigoramento e translocação populacional (IUCN, 2000). De acordo a Instrução Mormativa nº 179 de junho de 2008 (IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos (Naturais Renovaveis) em seu capitulo II que se refere às Jestinações de animais silvestres, estes poderão ser entregues a programas de soitura visando à reintrodução, revigoramento e experimentação (Item III) devendo acontecer através de um projeto para receber as autorizações prévias de soitura.







No Livro Vermelho de Fauna Ameaçada no Estado do Paraná (2004) lê-se "Tayassu pecari é uma espécie florestal que se encontra em situação de ameaça pela diminuição na extensão e na qualidade de seu habitat, com declínio de suas populações em toda sua área de ocorrência".

Em relação á política de fauna. Planos de Conservação para Aves o Mamíferos ameaçados do Paraná IAP / Projeto Paraná Biodiversidade 2009 Número de ISBN 978-85-86426-28-5. , determinou-se em relação ao queixada "5. Projetos de Reintrodução: 5.1 Elaborar um plano específico de manejo populaciona, que envolva translocação e reintrodução de grupos de animais para suprir a impossibilidade de dispersão devido à fragmentação ambiental".

No Estado do Paraná é reconhecido como criticamente em perigo pelo Decreto Estadual nº 3148/2004 que torna oticial a lista de espécies constantes do Livro Vermeino da Fauna Ameaçada no Paraná (Mikich e Berniis, 2004), reforçando a sua fragilidade e seu visível desaparecimento de certas regiões inclusas na sua área de distribuição natural.

Os maiores predadores não numanos dos queixadas são Puma (Felis concolor) e a Onça (Panthera onça), porcanto, o restabelecimento de suas populações contribui para preservação destas espécies.

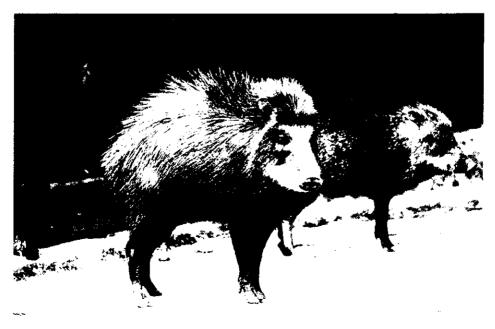
Os hábitos aumentares e de comportamento desta especie contribuem para a dinâmica florestal, na diversidade de flora e na proteção de outras especies de fauna. Os queixadas utilizam uma grande variedade de alimentos incluindo frutas, sementes, brotos, folhas, tubérculos, raízes, rizomas, invertebrados, tartarugas, ovos de aves, sapos, peixes, cobras, pequenos mamíferos e carcaças. A observação do comportamento, análisa do conteddo estomaça, e rezes, contudo, indica que frotos e sementes são os recursos alimentares primarios seguidos de folhas e raízes. Vermes são importante fonte de proteína. A torma de forrageamento revolvendo as folhas e o solo superficial favorece o crescimento de inunteras piantas, a existencia destes influencia a estrutura de horesta e o composição da horesta. É connectido o conservo de sementes de 144 diferentes espécias de plantas pertencemas a 88 tambias, ao mais frequentemento utilizadas são Arecacea (24%), fabacea (14%), Moracea (10%) e Sapotacea (8%), devendo-se tevar em conta na escolha da area da pertirodução o presença de palmeiras (precaceae) por ser uma importante fonte alimentar, com grande produção de frutos, alto valor notricionar e produção durante todo o ano. Com um potente apareino mastigador eles podem destruit 78% das sementes que consomem, as sentences podem aser manualas no investino por ate des dias permitindo a dispersão



por longas distancias. A relação entre os queixadas e as plantas influencia no recrutamento, distribuição espacial, e na dinâmica populacional de muitas espécies de plantas mantendo e promovendo a diversidade botânica nas florestas tropicais.

Algumas árvores da mata atlántica necessitam realizar a quebra de dormência de suas sementes no atito digestivo dos grandes marníferos como é o caso do Jatobá (Hymenaea courbatil var. stillocarpa) (Espécias Arbóreas Brasileiras — Paulo Ernani Ramalho Carvalho). Essa dormência é resultado das pressões do processo evolutivo no Origoceno entre uma fauna rica em espécies de grandes herbivoros, resultando na seleção de espécies com um regumento resistente à passagem no trato intestina: daqueies animais que eram seus dispersores. Atualmente o Jatobá acha-se ameaçado pela faita da antab e queixadas, em vários fragmentos florestais só encontram-se árvores adultas sem renovação natural, pela faita dos grandes mamíferos. Quando as árvores adultas morverem, o Jatobá estará localmente extinto. Segundo (Galetti-2000) esta é a segunda onda de extinção do Jatobá a primeira foi a 10 ou 15 mil anos nos locais onde o homem primitivo extinguiu os grandes mamíferos como a proguiça gigante (Megatherium americanum), gliptodontes ou tatu tartaruga (Giyptodon clavipes) a mamutes (Mammuthus primigenius) responsáveis pela dispersão de semences.

3. CARACTERÍSTICAS DA ESPÉCIE



O queixada (Tayassu paca.) está entre o maiores ungulados das Américas do Sul e Central perdendo em tamanho ace las para al lacras. Palo entre 25 e 40 kg, sem dimorfismo sexual



morfológico com exceção das gônadas nos machos, possuem dois pares de mamas, a coloração de pelagem varia com a localização geográfica indo do marrom avermelhado ao preto. A garganta e parte do ventre são brancas derivando dai sua denominação em língua inglesa (White –lipped Peccary). Na região da nuca e dorso possuem uma espécie de crina que fica eriçada quando o animal sente-se ameaçado ou assume uma postura agressiva.

São animais onívoros. A estação reprodutiva e muito variavel e dependendo do habitat e dos recursos alimentares, o período gestacional varia de 152 a 156 dias podendo nascer até 3 filhotes que após o nascimento acompanham a mãe, a maturidade sexual ocorre entre um e dois anos e o período de vida e cerca de 13 anos. São animais gregários vivendo em grupos de cinco a 400 indivíduos com referências históricas de grupos com 1000 animais. Uma das características dos pecaris é a presença de "giánquia de cheiro" na região dorsal proximo a cauda, com secreção de odor forte e coloração esbranquiçada.

4. HISTÓRICO DE OCORRÊNCIA EM VICA LIVRE



Aproximadamente 62% de sua a value do esta dentro de fil restas iropitais e subtropicais úmidas e somence o Brasiliables que 66% on distribuenão total. Quebadas também utilizam florestas tropicais e subtriblicais secas, como el 3mm Chaco de Bolévia e Anguntina i cerrado, campo sujo, matas sazonalmente infundadas, savanas e infingues costeiros, qui níve, do mar para mais de 1900m na encosta orienta, dos Andes, Queixadas parmanadam perto de água e podem até mesmo visitar as praias se vagana do literal por exemplo, em busca de ovos de tarranga.

Onça Pintada 📙 🕜



Originalmente esta espécie era distribuída por todo o Brasil. No Paraná, ocorria em todas as formações vegetacionais, principalmente na Floresta Ombrófila Mista e na Floresta Ombrófila Densa, mas também nos Campos Naturais e no Cerrado. Atualmente sua distribuição é descontínua e fragmentada, tendo desaparecido de maior parte de sua área de ocorrência original como o Parque Nacional de iguaçu. O Livro Vermelho de Fauna Ameaçada no Estado do Paraná 2004 apresenta algumas áreas de ocorrência remanescente do Paraná, mas, nenhuma próxima a Serra do Mar ou de pianície litorânea. Na publicação dos Planos de Conservação para Aves e Mamíferos Ameaçados no Paraná — Planos Completos IAP/Paraná Biodiversidade, 2009 refere-se a ocorrência mais próxima a área pretendida para soltura no Parque Estadual Pico do Marumbi, contudo , temos visitado regularmente esta área e em conversa com moradores, frequentadores assíduos e guardas de parque, não foi relatado nennuma visualização nos últimos anos.

5. QUANTIDADES DE ANIMAIS A SEREM SOLTOS



Queixadas poden former aras tipicamente de 30 a 150 il dividi os. Não existem estudos com queixadas para definir a análise de viabilidade populacionar du para estimar a mínima população viável. Foram definidos modelos matemáticos para determinar estes parâmetros em estudos para reintrodução de Javalis na Escócia onde se determinou que uma população de 30 a 50 indivíduos é suficiente para minter a variabilidade genatica.

A proposta inicial visa reintrodução de 30 indivíduos na proporção de 01 fêmea para 01 macho, marcados pelos microchips.



6. CARACTERIZAÇÃO GENÉTICA



Tayasse pacari albrostre (Illiger, 1815) é a única subespécie com ocorrência aceita no Brasil. A população a ser reintroduzida é toda descandente de indivíduos provenientes de natureza no Paraná.

7. MARCAÇÃO INDIVIDUAL E DETERMINAÇÃO DE SEXO

15 Machos e 15 Fêmeas com microchips (M ...)(F ...), com brincos em todos e com radiotransmissor em 04 animais.

8. OBJETIVOS

É objetivo primordial deste projeto, testar a habilidade de queixadas nascidos em cativeiro na adaptação à vida livre para a formação de uma nova população, espécie em declínio comprovado em todo Paraná seguindo as normas da Instrução Normativa nº 179 de junho de 2008 / IBAMA.

O programa devera seguir os critérios de reintrodução propostos por Beck et al. (1994) e a IUCN Guidelines for Reintroductions and Other Conservation Translocations (August 2012).

Endereco para correspondência: Rua Roperto Barrozo, 1381 – Bom Retiro – Curitiba – Pr. – Br Leietola: (41, 3029-8810 <u>www.criadourooncapintada.org.br</u>



ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE







São objetivos o aproveitamento de excedentes populacionais dessa espécie em cativeiro para fins conservacionistas e oferecer oportunidades de estudo e geração de conhecimento para experimentos similares para espécies da família Tayassuidae em uma área de ocorrência natural e onde não ocorre a presenca do mesmo ha muitos anos.

Condições da espacie:

- 1- O aumento da população e necessário? Sim.
- 2- O estoque está disponivei? Sim.
- 3- A populaçõe selvagem está correndo risco? Sim.

Condições do un piente:

- 4- As causas as declinio foram removidas? Sim.
- 5- O habitatic ecologicamente apropriado? Sim.
- 6- O habitan esta saturado com membros da mesma espécie ou similares? Não

Condições policidas:

- 7- A população numera actar é impactada negativamente? Não
- 8- Existe entenalmento de comunidade sobre o trabalho? Sim
- 9- As organit-ções governamentais e não governamentais aprovam a medida? Esperamos que sim
- 10-O programa de reintrodução esta de acordo com as leis e regulamentos? Sim

8

Recursos biológicos e outros:

- 11-A tecnologia de reintrodução é conhecida ou está em desenvolvimento? Sim, existent publicações de translocações de populações de resgate de fauna com sucesso conhecidas, não encontramos trabalhos relacionados à animais nascidos em cativeiro.
- 12-Existe informação biológica suficiente sobre a espécie? Sim
- 13- Existe recurso financeiro para o programa? Sim

As taxas de sucesso nos programas de reintrodução variam de 11% a 50%, sendo que o sucesso aumenta com o número de animais reintroduzidos, populações com número superior a vinte indivíduos demonstram crescimento positivo.

9. PROCEDIMENTOS

Uma série de passos para se executar uma reintrodução de um animal na natureza são exigidos, para que os riscos na natureza sejam minimizados e estes seguem normas estabelecidas pela IUCN e também pela IN nº 179 IBAMA.

No caso, seguem-se os seguintes passos:

- *preparação do projeto
- *envio do projeto para aprovação
- *aguardar resultado de avaliação e aprovação
- *escolha do plantel
- *avaliação sanitária
- *escolha do local onde se fará o procedimento em relação à segurança contra a caça, captura, suporte alimentar e sobrevivência das matrizes e descendência instaladas.
 - *relacionamento com o proprietário da área de soltura
 - *obtenção do compromisso de participação do proprietário da área de soltura
 - *contratação de biólogos e veterinários para acompanhamento do processo
 - *construção dos recintos de adaptação e pré soltura
 - *obtenção de guia de transporte do IBAMA
 - *transporte dos animais para o local de soltura
 - *permanência dos animais em recinto por prazo determinado
 - *marcação com microchips e radiocolares
 - *elaboração do protocolo de soltura

OncaPintada RIA LEG



- *soltura dos animais
- *acompanhamento em campo
- *avaliação dos resultados
- *publicação dos resultados



10. RISCOS DOS PROCEDIMENTOS:

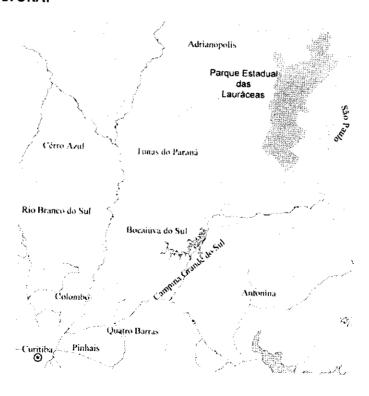
POSITIVOS

- Sobrevivência do plantel inicial.
- 2- Reprodução e adaptação da prole no ambiente natural.
- 3- Sobrevivência dos animais com predação natural abaixo da capacidade de reposição e artificial zero.
- 4- Condições excelentes de monitoramento em seu novo ambiente.

NEGATIVOS

- 1- Perda de animais por motivos não explicáveis.
- 2- Não crescimento de plantel ou envelhecimento.
- 3- Predação natural elevada ou artificial.
- 4- Perda das condições de monitoramento.

11. ÁREA DE SOLTURA:





A área escolhida para reintrodução foi:

Parque Estadual das Lauráceas

Data de Criação: 1979

Decreto Estadual nº 729 de 27/06/1979 criação do Parque com área de 9.700 ha

Decreto Estadual nº 5.894 de 27/06/1989 ampliação do Parque para 23.863,48 ha

Decreto Estadual nº 4.362 de 08/12/1994 ampliação do Parque para 27.524,33 ha

Endereço da sede: R. Engenheiros Rebouças, 1375. CEP 80.250-115 Curitiba – PR

Superfície do Parque: 27.524,33 ha

Perímetro: 159 km

Município: Adrianópolis (17,8%) e Tunas do Paraná (5,7%)

Estado: Paraná

Coordenadas geográficas:

Ecossistemas abrangidos: Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) em suas Formações

Aluvial, Submontana, Montana e Alto Montana; Região de contato entre esta e a Floresta

Ombrófila Mista (Floresta com Araucária); e Vegetação Rupícola.

Principais espécies da fauna e ameaçadas de extinção: 291 espécies de aves (25%

endêmicas), sendo 7,6% ameaçadas de extinção, como: jacutinga (Pipile jacutinga), gavião-

de-penacho (Spizaetus ornatus), curió (Orizoborus angolensis), papagaio-depeito- roxo

(Amazona vinacea) e gavião-pombo-grande (Leucopternis polionota).

76 espécies de mamíferos (grande número destas raras, endêmicas ou ameaçadas de

extinção): onça-parda (Pumaconcolor) e felinos em geral; paca (Agouti paca), anta

(Tapirusterrestris), veados (Mazama spp.), queixada (Tayassu pecari) elontra (Lutra

longicaudis).









Vários fatores favorecem a reintrodução dos queixadas no Parque Estadual das Lauráceas (PEL) onde cabe destacar:

- 1- A área é grande o suficiente para manter a população de queixadas que se pretende reintroduzir.
- 2- O parque tem grande área de florestas e é lindeira de grandes extensões florestais protegidas.
- 3- Não existe rodovia pavimentada próxima
- 4- Não existe atividade agropecuária no entorno da reserva e na região que conflite com os queixadas.
- 5- A reserva possui funcionários para monitorar, alimentar e proteger a população de queixadas.

12. FAUNA E FLORA DA ÁREA DE SOLTURA E MONITORAMENTO DE FAUNA (ASMF).

As investigações de campo demonstraram que o Parque Estadual das Lauráceas se encontra relativamente empobrecida com relação à fauna de mamífero.

As espécies registradas durante os levantamentos de campo foram as seguintes: Didelphis sp (Gambá), Lontra longicaudis (Lontra), Procyon cancrivorus (Mão-pelada), Cerdocyon thous (Cachorro-do-mato), Nasua nasua (Quati), Mazama sp (Veado), Sciurus aestuans (Serelepe),

Onça Pintava

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

CNPJ: 10.950.890/0001-56

Dasypus sp (Tatu), Felis tigrina (Gato-do-mato), Agouti paca (Paca), Alouatta fusca (Bugio), Puma

concolor (Onça parda), Tayassu tajacu (Cateto). <u>Não</u> foi observado a presença de *Tayassu pecari*.

Referenciais na literatura são extensas sobre a sobreposição das duas espécies que não concorrem

por alimentos devido à especificidades individuais com os catetos, preferindo as áreas secas e

elevadas, e os queixadas as úmidas e baixas.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE SOLTURA DE Tayassu pecari

A área de soltura denominada Reserva Ecológica do Sebuí está contida dentro da área de

proteção ambiental de Guaraqueçaba (APA de Guaraqueçaba). Para a caracterização da área de

soltura de uma família (grupo de indivíduos) da espécie Tayassu pecari, foram utilizados quase que

integralmente o Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba com algumas atualizações e

outras bibliografias pertinentes. Mais informações estão disponíveis no Plano de Manejo da

Reserva Ecológica do Sebuí.

A área de proteção ambiental de Guaraqueçaba está localizada na porção norte da

microrregião do litoral paranaense e engloba o município de Guaraqueçaba e parte dos municípios

de Antonina e Paranaguá, bem como uma pequena área do município de Campina Grande do Sul

no primeiro planalto paranaense (FIGURA 01)

Estrada do Pocinho n ° 500 – Araçatuba – Campina Grande do Sul – Pr – Br Endereço para correspondência: Rua Roberto Barrozo, 1381 – Bom Retiro – Curitiba – Pr – Br Telefone: (41) 3029-8810 www.criadourooncapintada.org.br





FIGURA 01: Localização Geográfica da área de proteção ambiental de Guaraqueçaba (APA de Guaraqueçaba). (Fonte: http://molinacuritiba.blogspot.com.br/2012).

A APA de Graraqueçaba compreende uma superfície de cerca de 303.000 hectares e seus limites estão descritos no decreto federal n° 90.883, de 1985. A figura 02 mostra a APA de Guaraqueçaba, destacando a Reserva Ecológica do Sebuí com uma seta vermelha.





FIGURA 02: Mapa da APA de Guaraqueçaba indicando a Reserva Ecológica do Sebuí e outras unidades de conservação. (Fonte: Wikipedia 2012).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OS DISPOSITIVOS LEGAIS



Criadouro OnçaPintadar 7

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE CNPJ: 10.950.890/0001-56

Á Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba é uma Unidade de Conservação instituída palo Decreto Federal n° 90883, de 31 de janeiro de 1985. Anteriormente, o Governo Federal havia criado, na região de Guaraqueçaba, uma Estação Ecológica de mesmo nome, em maio de 1982, abrangendo as 14 maiores porções de manguezais ocorrentes no complexo estuarino, totalizando aproximadamente 13.638.00 ha (Decreto n° 87.222, de 31 de maio de 1982). Em 1985, ainda por iniciativa do Governo Federal, o Decreto n° 91.883/85 declara como sendo Área de Relevante Interesse Ecológico as Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho, com área de 109 ha., localizada entre o continente e a Ilha do Superagüi. Esta última, no ano de 1989, foi transformada em Parque

Nacional (Decreto n°. 97.688, de 15 de abril de 1989) o qual abrange ainda a Ilha das Peças. Neste

particular, cabe destacar que os limites do Parque Nacional excluem do seu perímetro as vilas de

pescadores, a faixa de praia e a porção extremo Norte da Ilha do Superagüi.

Por iniciativa do Governo Estadual, a partir de 1980, a região passou a constituir-se em Área de Interesse e Proteção Especial com vistas à proteção de Áreas e Locais de Interesse Turístico ali existentes, através do dispositivo denominado Lei de Uso do Solo do Litoral, regulamentado pelo Executivo Estadual no ano de 1984. No mesmo ano de 1984, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, destinado a fazer frente ao processo de ocupação desordenada do litoral paranaense e buscar o cumprimento da legislação. O referido Conselho constitui-se em importante mecanismo de gestão da região, a medida em que propiciava a participação dos diversos segmentos da sociedade envolvida. Em 1986, por iniciativa da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, foi promovido o Tombamento da Serra do Mar (Decreto nº 6754/86) abrangendo porção significativa da APA de Guaraqueçaba. Ainda em 1986, o IPARDES elaborou o Macro-zoneamento do Litoral Paranaense, incluindo toda a APA de Guaraqueçaba, estabelecendo normas e diretrizes de uso e ocupação para toda a região. Este instrumento somente foi regulamentado por Decreto no ano de 1989. A Portaria nº 005/89 da SUREHMA (Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Paraná, Órgão já extinto, sucedido pelo IAP, subordinado à SEMA) enquadra os cursos d'água da Bacia Litorânea do Estado do Paraná.

Através do "Programa Homem e Biosfera - MAB", em 1991, a UNESCO declarou a região da Serra do Mar, em território paranaense e parte da planície litorânea, como Reserva da Biosfera. O ato protetivo estendeu-se aos demais Estados brasileiros onde há ocorrência da Mata Atlântica. Em

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

CNPJ: 10.950.890/0001-56

1992, o Governo do Estado instituiu a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, com 191.59

ha., localizada no Município de Guaraqueçaba que abrange, além de Guaraqueçaba, parte dos

Municípios de Antonina e Paranaguá, totalizando uma superfície de 313.484 ha. Estes são os

principais dispositivos legais que regulamentam ou estabelecem diretrizes gerais sobre o uso e

ocupação do solo na região, em caráter específico. Muitas vezes, conforme se observa, há

sobreposição de diplomas legais, o que dificulta, inclusive, a identificação de responsabilidades

institucionais.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

A APA de Guaraqueçaba, sob o aspecto fisiográfico, abrange três grandes unidades de paisagem

natural: planaltos, altas serras e região litorânea. Esta última, que abrange 82% da APA, pode ser

subdividida em três sub-regiões: serras, planícies e baías (IPARDES, 1990). Na figura 03 estão

representados os aspectos geomorfológicos da APA de Guaraqueçaba.

Sob o contexto macro regional, a APA de Guaraqueçaba visa proteger a porção setentrional da

Serra do Mar e Planície Litorânea em território paranaense. Considerando que esta se constitui em

paisagem e é indissociável, necessário se faz descrever as características deste ambiente como um

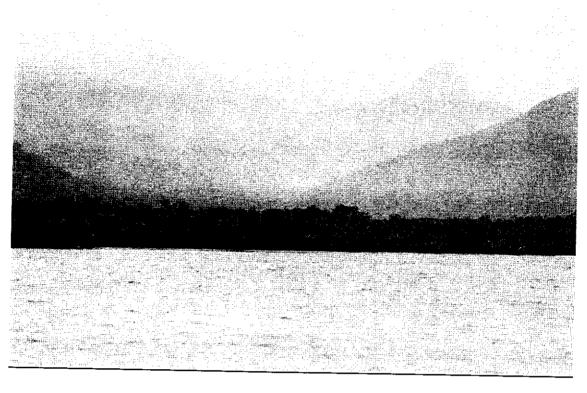
todo.

Estrada do Pocinho n ° 500 – Araçatuba – Campina Grande do Sul – Pr – Br Endereço para correspondência: Rua Roberto Barrozo, 1381 – Bom Retiro – Curitiba – Pr – Br Telefone: (41) 3029-8810 <u>www.criadourooncapintada.org.br</u>

17

OncaPintada





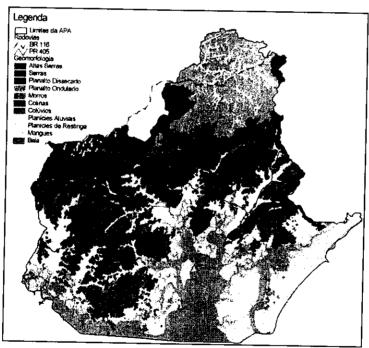


FIGURA 03: Aspectos Geomorfológicos da APA de Guaraqueçaba. (Fonte: Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba).

MORFOLOGIA



ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

CNPJ: 10.950.890/0001-56



A Serra do Mar constitui a zona limítrofe entre o planalto meridional e a planície costeira. Além de representar um degrau (escarpa), forma serras marginais descontínuas, que se elevam de 500 a 1000 m acima do nível de base do Primeiro Planalto. A serra marginal da borda do Planalto é mais escarpada do lado do Atlântico do que do lado continental. É dotada de taludes íngremes e vertentes vigorosas, tanto em relação ao Primeiro Planalto como em relação à zona de pré-Serra do Mar e planície costeira atlântica.

Vários degraus, níveis intermediários e patamares aparentemente escalonados situam-se entre a frente principal da escarpa e a zona costeira. A frente superior das escarpas da Serra do Mar, no Paraná, é de alta complexidade morfológica. Aí se encontram alinhados paredões semiesfoliados dos altos maciços residuais da borda do Planalto, ao lado de escarpas mais contínuas, mais baixas, festonadas e assimétricas. Os paredões têm crescido em altura pelas sucessivas retomadas de erosão, pelo levantamento epirogênico e pelo rebaixamento da base das escarpas. Em relação à Baía de Paranaguá, esta é marginada por planícies constituídas de sedimentos inconsolidados do Pleistoceno Superior e do Holoceno.

Tratam de formações de origem variada, compreendendo:

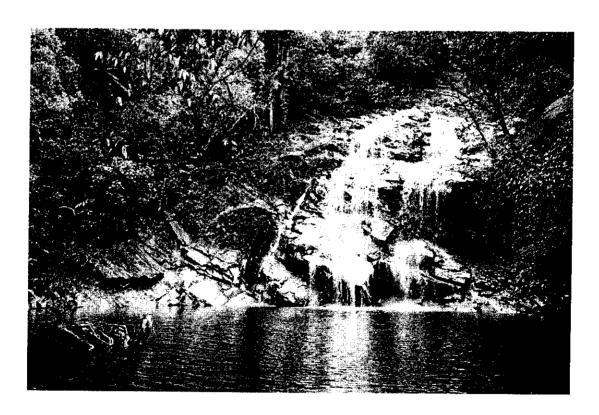
a) sedimentos arenosos das restingas.



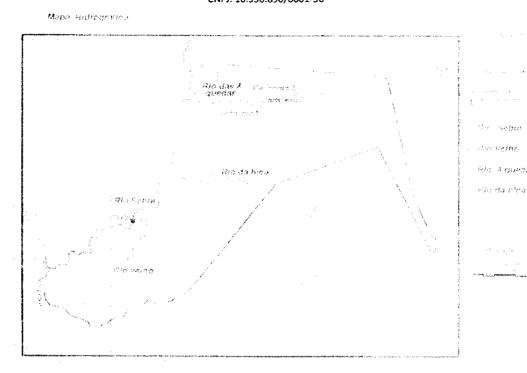
- b) depósitos fluviais em parte arenosos e principalmente síltico-argilosos.
- c) sedimentos detrítico-orgânicos, pantanosos de antigas lagoas ou planícies de marés (interditais).

Em extensão menor, a Baía de Paranaguá limita-se, aos fundos, com terrenos acidentados do complexo cristalino. A planície costeira do Paraná, em sua maior extensão possui altitudes médias inferiores a 10 m sobre o nível do mar. Os pontos mais interiores atingem em média mais de 20 m s.n.m. A leste é limitada pela orla atlântica e à oeste, pelos terrenos acidentados do complexo cristalino constituintes da Serra do Mar e suas ramificações. Elevações de rochas cristalinas formam ilhas na planície de sedimentos (shantung). Elas serviam de apoio para os processos de sedimentação. Na figura 04 estão representadas as classes de declividade da APA de Guaraqueçaba e na figura 05 temos a hipsometria da APA.

HIDROGRAFIA







O Estado do Paraná possui um sistema hidrográfico bem distribuído, encontrando-se compreendido em duas bacias principais: a bacia hidrográfica do rio Paraná e a Atlântica. À primeira pertencem todos os grandes rios que têm sua drenagem voltada para oeste, noroeste e norte. Estes rios formam bacias distintas, tais como as dos rios Iguaçu, Ivaí e Piquiri.

A bacia hidrográfica do Atlântico é constituída pelos rios que drenam o leste paranaense, na vertente oriental da Serra do Mar, formando pequenas bacias isoladas, e por aqueles que convergem para o Vale do Ribeira, cujas águas desembocam no Atlântico, no litoral sul-paulista.

A drenagem oriental do Estado do Paraná abrange uma região fisiográfica de dois tipos de compartimentos distintos: o da baixada litorânea e os da Serra do Mar. Trata-se de um sistema hidrográfico formado de pequenas bacias, limitadas a oeste pelas escarpas ou serras marginais, onde o relevo é montanhoso. Alguns rios como o Ipiranga têm suas nascentes no reverso da Escarpa, isto é, no próprio planalto.



ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

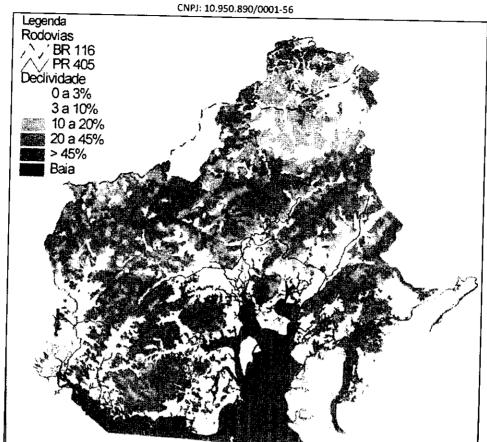




FIGURA 04: Classes de declividade da APA de Guaraqueçaba. (Fonte: Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba).

Em princípio, na drenagem do leste paranaense a maioria dos rios têm suas nascentes distribuídas na encosta da serra e próximo aos topos, sob a forma de riachos ou córregos. Nos períodos de relativa estiagem, poucos dos pequenos cursos d'água das encostas da serra secam ou diminuem consideravelmente seu volume. Trata-se de uma área de drenagem densa, sobretudo nas áreas das bacias de recepção. Os pequenos cursos convergem para um coletor principal, que define uma sub-bacia hidrográfica.

Nas escarpas, tanto como nos patamares situados em frente à Serra do Mar, a drenagem apresenta um padrão retangular predominante. Na faixa das encostas mais íngremes a drenagem encontra-se encaixada nas linhas estruturais, originando profundos vales em "V". Nas baixadas corre em calhas rasas e largas, de margens relativamente simétricas.



ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

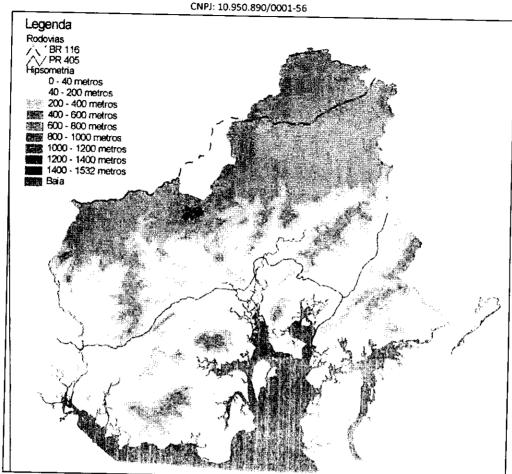


FIGURA 05: Hipsometria da APA de Guaraqueçaba. (Fonte: Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba).

Em princípio, na drenagem do leste paranaense a maioria dos rios têm suas nascentes distribuídas na encosta da serra e próximo aos topos, sob a forma de riachos ou córregos. Nos períodos de relativa estiagem, poucos dos pequenos cursos d'água das encostas da serra secam ou diminuem consideravelmente seu volume. Trata-se de uma área de drenagem densa, sobretudo nas áreas das bacias de recepção. Os pequenos cursos convergem para um coletor principal, que define uma sub-bacia hidrográfica.

Nas escarpas, tanto como nos patamares situados em frente à Serra do Mar, a drenagem apresenta um padrão retangular predominante. Na faixa das encostas mais íngremes, a drenagem encontra-se encaixada nas linhas estruturais, originando profundos vales em "V". Nas baixadas correm em calhas rasas e largas, de margens relativamente simétricas.



A umidade permanente do manto de intemperismo abastece o lençol freático, o qual, por sua vez, alimenta fontes d'água. O manto de detritos vegetais decompostos e semi-compostos que recobre o chão da floresta exerce um papel predominante no equilíbrio hídrico da região serrana. Em primeiro lugar, o "tapete" de detritos age como um verdadeiro "mata-borrão", absorvendo as águas das chuvas. Quando encharcado tem a função de telhado, por onde as águas escorrem sem promover erosão mecânica direta do solo.



Grande quantidade das águas das chuvas que cai sobre a floresta é devolvida diretamente à atmosfera pela evaporação e transpiração. Até 60% das chuvas são "transpiradas" pelos estômatos das folhas, regulando a quantidade das águas do escoamento superficial, provenientes das precipitações. A amplitude dos valores do escoamento entre os períodos de estiagem e chuva é diminuída pela presença da floresta. Esta constitui, pois, uma proteção contra as enchentes, bem como contra a escassez de água.

Segundo a classificação de Koeppen, o clima predominante na Estação Ecológica de Guaraqueçaba é o subtropical úmido mesotérmico, com verão quente e geadas menos freqüentes, com temperatura média de 21-22°C. As temperaturas médias, anuais são inferiores a 22°C, no mês mais quente, e inferiores a 18°C no mês mais frio. A precipitação media anual varia em torno de



2500 mm e o número de dias com chuva em Guaraqueçaba é de 287 dias por ano (IPARDES 1995).

As temperaturas médias anuais para a APA de Guaraqueçaba estão demonstradas na figura 06

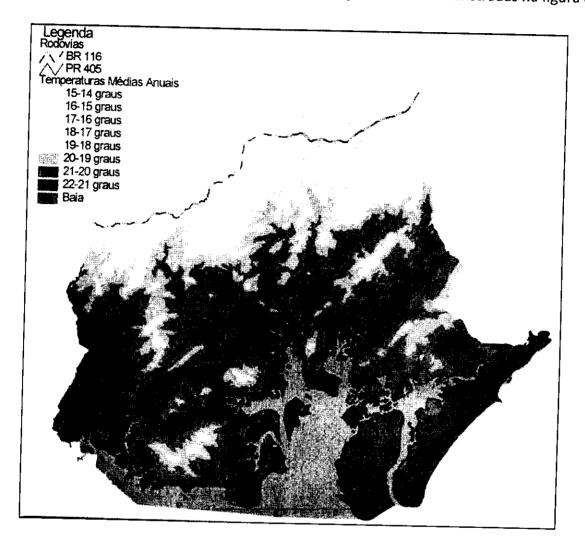


FIGURA 06: Temperaturas médias anuais para a APA de Guaraqueçaba. (Fonte: Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba).

A VEGETAÇÃO







Segundo os critérios de classificação da vegetação do Projeto RADAMBRASIL, são encontradas na APA de Guaraqueçaba dois ambientes fisionômica e ecologicamente distintos: As áreas de formações pioneiras e a região da Floresta Ombrófila Densa (Figura 09). As descrições que se seguem foram baseadas em dados do IPARDES (1990).

Formações pioneiras

São as formações que ocorrem em ambientes revestidos por vegetação de primeira

ocupação que se instala sobre áreas pedologicamente instáveis, devido às constantes deposições

sedimentares ao longo do litoral nas margens dos cursos d'água, lagunas, lagoas e pântanos. São

áreas influenciadas pelas águas do mar, dos rios ou pela ação combinada de ambos.

1- Formações Pioneiras sob Influência Marinha

a) A Vegetação de Litoral Rochoso se desenvolve nas rochas emersas, não diretamente

influenciadas pelas marés, iniciada pelos líquens. Dependendo da deposição do solo há o

povoamento por plantas rupestres xerófilas até a instalação de arbustos e arvoretas. Na APA de

Guaraqueçaba este tipo de vegetação é observado no interior das baías, geralmente na base dos

morros isolados que se inclinam para o mar, sem, portanto, estar sujeito à rebentação das

ondas. A vegetação adjacente às rochas é a de floresta ombrófila densa, em grande parte

alterada por antropismos.

b) A Vegetação de Litoral Arenoso compreende a vegetação das praias e das dunas. Nas praias

ocorre um reduzido número de plantas que se desenvolveram sobre sedimentos arenosos e em

"habitat" salino, contribuindo para a subsequente fixação das dunas. Após a zona da praia, fora da

área das marés, ocorrem as dunas. Nas dunas móveis e semi-fixas desenvolvem-se plantas com

numerosas e longas raízes, expostas à escassez de água, insolação, pobreza de solo, ação dos

ventos e mobilidade do solo. As dunas mais estáveis permitem a instalação de vegetação lenhoso-

arbustiva. Na APA de Guaraqueçaba, a vegetação de litoral arenoso ocorre essencialmente na

costa sudeste das ilhas do Superagüi e das Peças, sem a presença de dunas.

2 - As formações Pioneiras sob Influência Flúvio-Marinha

a) Os Mangues são uma vegetação especializada, ora dominada por gramíneas e Amarilidáceas,

configurando uma fisionomia herbácea, ora dominada por espécies arbóreas dos Gêneros

(Rhizophora, Laguncularia e Avicenia). Compreendendo uma área de 18.292 ha. (Áreas de

Transição) também ocorrem, estas são as várzeas brejosas existentes logo após os manguezais ou

justapostas às dunas, no sentido do continente. Nas várzeas mais recentes existem formações

herbáceas densas, onde predominam as espécies Typha angustifolia (taboa) e o Hedychium

coronarium (lírio-do-brejo). Nos solos mais desenvolvidos observa-se vegetação lenhosa, onde são

típicos o Calophyllum brasiliense (guanandi), o Syagrus romanzoffiana (jerivá), as figueiras e a

Tabebuia cassinoides (caxeta). No interior desta vegetação observam-se bromélias, caetês e

orquídeas.

3 - As Formações Pioneiras Sob Influência Fluvial

a) Caxetais são formações arbóreas puras da espécie Tabebuia cassinoides que ocorrem

interiorizadas na região de floresta ombrófila densa em depressões úmidas sem influência direta

do oceano, em solos cuja superfície é regularmente inundada pelo regime das águas fluviais.

b) Os Brejos são formações herbáceas caracterizadas pela associação das espécies Typha

angustifolia (taboa) e Hedychium coronarium (lírio-do-brejo) espécie exótica introduzida e

invasora. Ocorrem em áreas baixas sujeitas à inundações de águas fluviais e(ou) acumulo de águas

pluviais.

c) As Restingas são uma vegetação típica das formações litorâneas, que ocupa locais úmidos

constituindo uma associação arbórea densa, ocorrendo sobre antigas dunas estabilizadas sobre

um ambiente de transição entre os manguezais e as formações da floresta ombrófila densa. A

fisionomia da restinga é marcada por espécies como Clusia criuva (mangue-do-mato), llex sp

(caúnas), Erythroxylum deciduum (cocão) e aroeiras. O sub-bosque das áreas arborizadas é

revestido por bromélias terrestres e epífitas, com grande variedade de orquídeas.

Estrada do Pocinho n ° 500 – Araçatuba – Campina Grande do Sul – Pr – Br Endereço para correspondência: Rua Roberto Barrozo, 1381 – Bom Retiro – Curitiba – Pr – Br Telefone: (41) 3029-8810 <u>www.criadourooncapintada.org.br</u>

28





Floresta Ombrófila Densa

A região de floresta ombrófila densa pertinente à APA de Guaraqueçaba, especialmente a das terras baixas e a submontana sofreu, a partir de meados do século passado, intensa intervenção humana, apresentando-se quase que totalmente substituídas por estágios secundários.

A floresta ombrófila densa montana geralmente apresenta declividade imprópria à agricultura, devido a este fator estima-se que a maior parte de seus ambientes mantém-se praticamente inalterada dentro da área da APA, sendo que a ação humana referente a esta tipologia está restrita à prospecção e exploração mineralógica e à extração indiscriminada de palmito, podendo também ter ocorrido a extração seletiva de madeiras mais acessíveis. Cabe salientar a expressividade e importância da unidade desse tipo florestal que se verifica na APA, mostrando um ambiente extenso e contínuo que abriga, além de todo um contingente vegetal cientificamente pouco conhecido, condições ímpares para a perpetuação da vida animal silvestre. Estima-se que a maior parte das formações de floresta montana encontra-se ainda em seu estado primitivo, abrangendo extensões contínuas ao longo da encosta atlântica da Serra da Virgem Maria.



ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

CNPJ: 10.950.890/0001-56

a) A Floresta Ombrófila Densa das Planícies Aluviais: ocorre ao longo dos rios, entre vales e principalmente na planície litorânea, em solos férteis. Compreende uma área de 33.159 ha. Predominam as espécies, Alchornea triplinervea (tapiá), Sapium glandulosum (leiteiro), Ficus guaranitica (figueira- branca), Talauma Ovata (baguaçu), Schizolobium parahyba (guapuruvu), e espécies de mirtáceas. No estrato médio, predomina o Euterpe edulis (palmito- jussara) que, em virtude da grande fertilidade desses sítios, ostenta maior desenvolvimento.

b) A Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas ou das Planícies Quaternárias (até altitudes de 40 metros s.n.m.): Trata-se de um ambiente tipicamente tropical, marcado pela presença de numerosas epífitas, lianas e palmáceas. Compreende uma área de 36.910 ha. As espécies arbóreas mais características são as figueiras, Ficus sp e o Calophyllum brasiliense (guanandí), dominantes em solos mais úmidos e encharcados; em solos de melhor drenagem predomina a espécie Tapirira guianensis (cupiúva). Ainda no estrato superior, entre as mais expressivas e abundantes espécies estão a Manilkara huberi (maçaranduba), Tabebuia umbellata (ipê-da-várzea), Hieronyma alchorneoides (licurana), Pseudobombax grandiflorum (embiruçú), Ocotea pulchella (canela-lageana) e Cryptocarya aschersoniana (canela-nhutinga). Entre as palmáceas que caracterizam o interior da floresta, encontram-se o Syagrus romanzoffiana (jerivá), Attalea dubia (indaiá) e, principalmente, o Euterpes edulis (palmito-jussara).

c) A Floresta Ombrófila Densa Submontana ou do Início das Encostas (altitudes de 40-50 m até 500-700 metros s.n.m.): caracteriza-se por uma cobertura arbórea densa e uniforme, bem desenvolvida, atingindo de 25 a 30 metros de altura, rica em epífitas e com espesso manto de detritos vegetais. Compreende uma área de 107.518 ha. Diferentes palmeiras imprimem feição característica ao subosque, notadamente o palmito. No dossel da floresta encontram-se as espécies *Schizolobium parahyba* (guapuruvu) e *Virola bicuhyba* (bocuva) (que raramente ultrapassam o nível de 660 metros s. n. m .), Pterocarpus violaceus (pau-sangue), *Aspidosperma parviflorum* (guatambú), figueiras diversas (*Ficus* sp.), *Cariniana estrellensis* (jequitibá), *Hieronyma alchorneoides* (licurana), *Cryptocarya aschersoniana* (canela-nhutinga), *Tapirira guianensis* (cupiúva), *Cedrela fissilis* (cedro) e a *Cabralea canjerana* (canjerana). No estrato intermediário, nas clareiras mais iluminadas, encontram-se espécies características do meio ambiente tropical,



sp

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

CNPJ: 10.950.890/0001-56

como Euterpes edulis (palmito-jussara), Casearia sylvestris (erva-de-macuco) e Cecropia (embaúba).

d) A Floresta Ombrófila Densa Montana ou do Meio da Encosta (altitudes de 500-700 m a 1.200-1400 metros s. n. m.): a família das Lauráceas contribui significativamente para a composição e fisionomia desta vegetação, destacando-se a espécie *Ocotea catharinensis* (canela-preta) e a *Ocotea odorifera* (canela sassafrás). As leguminosas são representadas por árvores de grande porte, com copas amplas, emergentes, ultrapassando 30 m de altura, destacando-se a *Copaifera trapezifolia* (pau-óleo), *Aspidosperma parviflorum* (guatambú), *Handroanthus sp.* (ipê-amarelo), *Hieronyma alchorneoides* (licurana), dentre outras. Compreende uma área de 69.929 ha.

f) A Floresta Ombrófila Densa Alto Montana ou do Alto da Encosta (altitude de 1000-1200 m a 1400-1532 metros s. n. m.) apresenta-se menos desenvolvida, com árvores e arvoretas geralmente tortuosas e mal formadas, composta por espécies seletivas adaptadas às condições desfavoráveis e sujeitas à intensa insolação e ventos. Esta tipologia compreende uma área de 9.824 ha. Esta vegetação pode ser denominada também de matinha nebular ou mata de neblina.

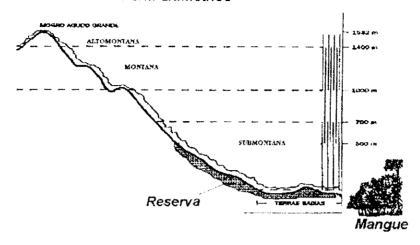


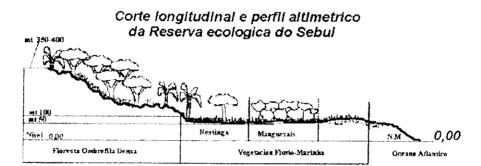


ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

CNPJ: 10.950.890/0001-56

Floresta Ombrofila Densa Perfil altimetrico





Vegetação secundária

Consiste na vegetação que surge após a devastação da floresta ou do abandono de terrenos cultivados. Caracteriza-se por estágios sucessionais demarcados e que tendem a reconstruir a vegetação original. Dependendo do estágio em que se encontra, a vegetação secundária recebe as seguintes denominações, a partir do estágio inicial: capoeirinha, capoeira, capoeirão ou capoeira alta e floresta secundária. Cada estágio apresenta uma composição de espécies e níveis de estratificação que, na sucessão, tornam-se mais complexos, até atingir a fase de floresta secundária.



A FAUNA



A APA de Guaraqueçaba abriga uma infinidade de endemismos (espécie própria de uma determinada região) em vários grupos. É também um dos últimos redutos para várias espécies raras e ameaçadas. Por essas características, a região constitui-se em um banco genético de importância mundial. Atualmente, entretanto, as atividades antrópicas ali executadas estão provocando uma queda progressiva da biodiversidade. Os principais fatores que levam as espécies ao risco de extinção são a caça, a retirada de indivíduos para o comércio e a destruição de habitats, com a destruição ou descaracterização de grandes porções de floresta primária (SPVS, 1992 a). Considerando-se apenas as espécies ameaçadas ocorrentes na APA, das 108 espécies de aves e das 38 de mamíferos incluídas na Portaria IBAMA 1522 /89. (Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção), tem-se notícia, para a APA, de 8 espécies de aves (8%) e 7 de mamíferos (18%). Levando-se em consideração que o território da APA representa 0,04% do território nacional, estes números revestem-se de elevada significância. Soma-se ainda a ocorrência de 13 espécies de aves e 11 de mamíferos da lista de ameaçados, registrados em áreas limítrofes à APA. Espécies como a jacutinga (Pipile jacutinga), o macuco (Tinamus solitarius), o jaó-do-litoral (Crypturellus noctivagus noctivagus), o curió e o papagaio-de-cara-roxa (Amazona brasiliensis) estão entre as principais espécies de aves ameaçadas na região. Dentre os mamíferos destacam-se as espécies,



Agouti paca (paca), Tapirus terrestris (anta), a Panthera onca (onça-pintada) e demais felinos, dentre os primatas destacam-se o Alouatta fusca (bugio), o Leontopithecus caissara (mico-de-carapreta), o Sotalia guianensi (boto) e a ocorrência, na região, do Caiman latirostris (jacaré-de-papo-amarelo), da Eretmochelys imbricata (tartaruga-de-pente) e da Dermochelys coriacea (tartaruga-de-couro), são as esécies de destaque entre os répteis. Algumas considerações sobre duas espécies existentes na APA, ilustram a importância da manutenção da sua biodiversidade e retratam a situação em que se encontram as demais espécies da fauna. Na figura 07 representamos a dispersão da Avifauna, de acordo com as espécies ameaçadas e o seu grau de diversidade para a APA de Guaraqueçaba.



O Papagaio-de-cara-roxa (Amazona brasiliensis).

Ave endêmica da Serra do Mar ocorrendo apenas na porção leste da mesma. A APA abriga as maiores concentrações da espécie. Pelo seu reconhecido valor econômico, é uma espécie muito cotada no ilegal mercado de aves nacional e internacional. Além do comércio ilegal, o extrativismo



vegetal pode lhe causar sérios danos, notadamente o intenso uso do guanandí (*Calophyllum brasiliense*), que lhe oferece importante fonte de alimento e local de nidificação (SPVS, 1992).

O Mico-leão-de-cara-preta (Leontopithecus caissara).

Espécie recentemente descoberta pela ciência, na Ilha do Superagüi (LORINI & PERSSON,1990). Este registro demonstra claramente a necessidade de pesquisas e o quanto há ainda a ser descoberto, pois se um Primata (grupo de mamíferos mais estudado no mundo) teve sua descoberta há poucos anos, cabe uma reflexão sobre quantas espécies de outros animais e plantas de valor inestimável ainda permanecem no desconhecimento da ciência. Para o mico poucas são as informações disponíveis, mas sabe-se que são objeto de coleta para se tornarem bichos de estimação (SPVS, 1992).





ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

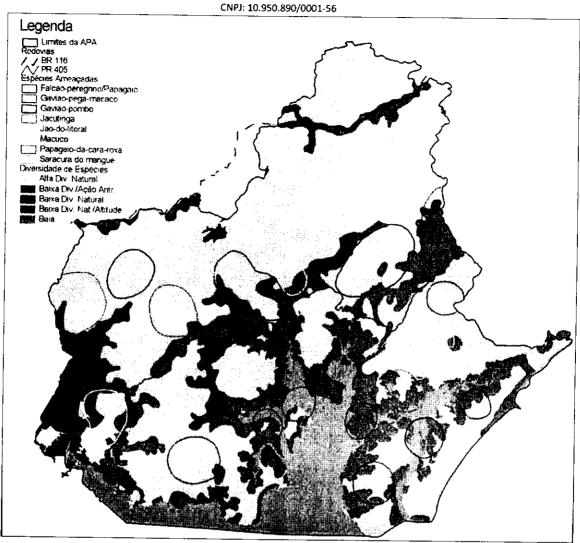


FIGURA 07: Disperção da Avifauna, de acordo com as espécies ameaçadas e o seu grau de diversidade para a APA de Guaraqueçaba. (Fonte: Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba).

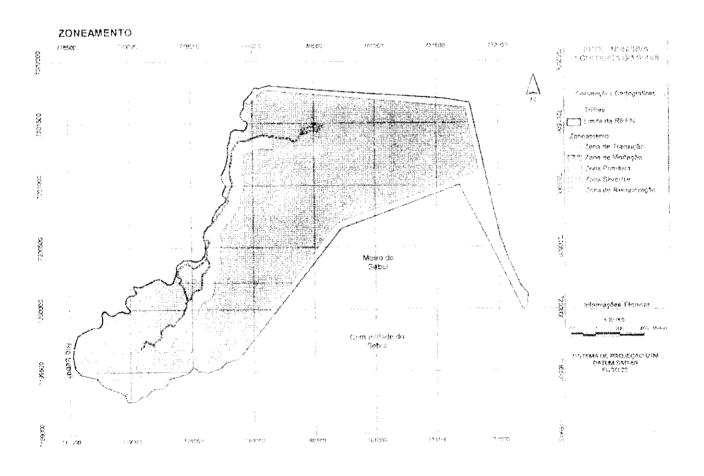
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

A ocorrência de sítios arqueológicos na APA de Guaraqueçaba é expressiva. O levantamento e cadastramento realizado por ocasião do diagnóstico para o Macro Zoneamento da APA, levado a efeito em julho/agosto de 1987, propiciou a localização de 78 sítios, dos quais 59 identificados como do tipo sambaqui e 19 do tipo histórico (ruínas de construção civil em alvenaria e pedra).



No mesmo levantamento, foi observado significativo número de sambaquis atingidos por ação antrópica e marinha. Muitos deles possuem, à sua superfície, construções civis modernas, inclusive uma religiosa, como ocorre no sambaqui da Ilha Rasa.

Os estudiosos ressaltaram que o cadastramento realizado não corresponde à totalidade dos sítios arqueológicos e históricos ocorrentes na APA de Guaraqueçaba, sendo, portanto, necessário trabalho complementar. É prudente lembrar que as iniciativas direcionadas à preservação e ao aprofundamento do conhecimento dos sítios já cadastrados é incipiente, senão inexistente, especialmente considerando-se as recomendações propostas para estas áreas no Macro Zoneamento elaborado pelo IPARDES.



Creadouro OnçaPintada

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE CNPJ: 10.950.890/0001-56

13. METODOLOGIA DE ANÁLISE E ADEQUABILIDADE DA ÁREA DE SOLTURA E

MONITORAMENTO DE FAUNA (ASMF).

Adequabilidade de uma área de soltura e monitoramento de fauna compreende a

capacidade que a área em questão tinha de suportar um grupo de queixadas Tayassu pecari

nascido em cativeiro de sobreviver em vida livre. A capacidade de suporte de um ambiente para

abrigar espécies animais é variável dependendo de oferta e disponibilidade de locais para

reprodução e alimentação, para que a espécie possa formar uma população adaptada não

dependente da interferência humana para alimentação e reprodução.

Após análise de diagnóstico biológico (flora e fauna de mamíferos ANEXO I) efetuado na

RPPN do Sebuí, no plano de manejo em 2005 e na análise atual de área onde se observou um

incremento de espécie Euterpes edulis plantadas neste período, se pode dizer que as formações

florestais primitivas mantidas nesta área podem oferecer uma variedade de alimento adequada

para a manutenção desta espécie. Os itens alimentares que entram na dieta do queixada como:

frutas, sementes, folhas tubérculos, raízes, rizomas, invertebredos, ovos, sapos, peixes, estão

presentes em abundância na área de soltura. Sabe-se que os queixadas consomem frutas e

sementes de 144 espécies de plantas de 38 famílias, muitas delas identificadas na reserva,

Arecaceae presente na reserva é a mais importante devido a abundância, valor nutritivo e

produção todo ano, Fabaceae, Moraceae, Sapotaceae, etc...

14. IMPACTOS DE SOLTURA SOBRE O AMBIENTE

Os impactos esperados são positivos, pois a espécie em questão é dispersora de semente,

fará um controle natural de espécies vegetais excessivamente representadas e devido ao hábito

de revolver o solo facilitará a incorporação de nutrientes melhorando a qualidade da floresta, fato

que foi observado por ocasião de reintrodução de javalis na Europa.

Não haverá conflito com agricultura e/ou criação de animais na região pela inexistência da

mesma. Os queixadas apesar de onívoros possuem 90% da dieta herbívora não devendo, portanto,



impactar na fauna local. Os queixadas estão entre as poucas espécies florestais com capacidade para quebrar nozes muito duras, como coquinhos de palmeiras, atuando como únicos predadores de sementes de certas espécies vegetais, não são ruminantes mas tem um estômago complexo com flora simbiótica que digere a celulose.

Alimentam-se de folhas e talos de helicônias e filodendros abundantes na área de soltura. Filodendros são intragáveis para a maioria dos outros animais e os queixadas usam como importante fonte de minerais, os queixadas exploram recursos alimentares adicionais, esta separação de nicho reduz a competição interespecífica entre espécies simpátricas de queixadas e catetos. Promovendo a redução de exclusão competitiva os queixadas promovem a diversidade botânica em florestas tropicais. Os queixadas são espécies indicadoras, estando entre os primeiros mamíferos a desaparecer quando os habitats selvagens são perturbados, tornando-a uma espécie ideal para ações de conservação da biodiversidade e planejamento em toda região neotropical.

15. INDICAÇÃO DE POSSÍVEIS RISCOS PARA OS ANIMAIS LIBERTADOS



Concapintada Onça Pintada

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE CNPJ: 10.950.890/0001-56

Os riscos inerentes à reintegração de animais a natureza são o poder de adaptação, a

predação natural e a ação antrópica.

A família Suidae é conhecida pela sua capacidade de adaptação e de obter recursos

alimentares estando em uma área grande e com recursos naturais suficientes. De qualquer forma,

o projeto, prevê uma soltura com fornecimento de alimentação em qualidade e quantidade

suficientes para cobrir o período de adaptação. Quanto à predação natural ela é desejável, já que,

um dos objetivos do projeto é favorecer a manutenção e o crescimento da população de grandes

felinos da Mata Atlântica que tem no queixada uma importante fonte de alimentos. A quantidade

de 30 indivíduos a serem soltos inicialmente levou em conta a capacidade do grupo de suportar

perdas e continuar evoluindo.

Quando analisamos a possibilidade de perdas para a caça ilegal consideramos o que segue:

1. A área não possui acesso fácil por terra. 2. Não existe rodovia próxima. 3. O acesso por mar é

facilmente controlável. 4. A área é monitorada todo o ano por funcionários residentes. 5. Possui

trilhas para deslocamento do pessoal encarregado do monitoramento. 6. A população lindeira é

parceira no projeto. 7. Os animais receberam alguns radiocolares que irão permitir a localização

do grupo. 8. Os animais serão condicionados a receber alimento em horários determinados

próximo às moradias.

16. PROTOCOLO SANITÁRIO

Os indivíduos selecionados para reintrodução serão submetidos a um programa de

quarentena, com duração mínima de trinta dias, que será realizado no Criadouro Onça Pintada.

Durante este período serão realizados os seguintes procedimentos: exame clínico, colheita

de material biológico e realização de exames laboratoriais. Caso algum animal venha a óbito neste

período será necropsiado e material biológico coletado para análise.

Cuidados Sanitários para Reintrodução

Estrada do Pocinho n ° 500 – Araçatuba – Campina Grande do Sul – Pr – Br Endereço para correspondência: Rua Roberto Barrozo, 1381 – 8om Retiro – Curitiba – Pr – Br Telefone: (41) 3029-8810 <u>www.criadouro</u>oncapintada.org.br

Criadouro

OnçaPintac

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

CNPJ: 10.950.890/0001-56

O manejo de uma população em seu ambiente natural, ainda é a maneira mais ecológica e

sensata para viabilizar e manter uma população garantido sua variabilidade genética (Conway

1989). Contudo, vários fatores ainda causam o declínio ou desaparecimento de populações na

natureza. Por isso, a recuperação de populações selvagens a partir de de populações de cativeiro é

a opção para restabelecer as populações na natureza e suas funções ecológicas (Kleiman et al.

1994; Stanley Price 1989).

Os esforços de programas de recuperação utilizando espécies de plantas e animais estão

mais frequentes (Wilson & Stanley Price 1994; Griffith et al. 1989). Mas nem todos estes

programas obtiveram sucesso (Beck et al. 1994; Stanley Price 1989; Griffith et al. 1989). Por isso,

faz-se necessário se moldar em protocolos testados, para que as reintroduções e translocações

sejam justificáveis e tenham maior probabilidade de sucesso.

Estudos anteriores mostraram que programas de translocação de ungulados possuem altas

taxas de sucesso (Shepherdson 1994). Aliado a isso, os queixadas vivem em ecossistemas nos

quais a biodiversidade é mantida, em parte, por sua função ecológica - predação e dispersão de

sementes (Fragoso & Huffman 2000; Brooks et al. 1997; Salas & Fuller 1996; Bodmer 1991). Estas

funções fazem destes animais, peças importantes para a recuperação e manutenção de

ecossistemas.

1. AVALIAÇÃO GENÉTICA

Como parte integrante do programa de reintrodução, é desejável minimizar os problemas

de hibridização (Rhymer & Simberloff 1996), e de perda de linhagens independentes (Moritz,

1999). Contudo, os dados referentes a caracterização genética da população DO LITORAL, não

estão disponíveis.

Para minimizar os possíveis problemas genéticos, utilizamos uma avaliação da distância

genética entre o grupo de indivíduos a serem translocados e as populações vizinhas ao local de

soltura selecionado. Animais semelhantes geneticamente - possuem uma história evolutiva

comum - são os melhores candidatos à reintrodução (Hedrick 1995). Sendo assim, os animais do

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

CNPJ: 10.950.890/0001-56

Criadouro Onça Pintada, são excelentes candidatos a translocação na área, visto que, possuem

semelhança genética com os animais de origem, pois sua procedência também é da mata atlântica

do Paraná.

Outro critério utilizado para a seleção genética dos animais foi a escolha dos animais com o

intuito de minimizar o grau médio de parentesco. Minimizando o parentesco, conseguimos

garantir que haja introdução de uma representatividade maior dos genomas fundadores e

redução de super-representação de genes favorecidos em ambientes de cativeiro ou populações-

fonte (Frankham et al. 2002). Como a população cativa do Criadouro Onça Pintada estão

marcados e constantemente monitorados, a escolha de animais com grau médio de parentesco

também será utilizado como critério. Também, através de reprodução planejada, conseguimos

controlar os níveis de endogamia da população cativa.

Serão feitas coletas de material genético (gota de sangue armazenada em álcool etílico

absoluto 100%) para futuras análises que permitam acompanhar a variabilidade genética nos

posteriores sucessos reprodutivos das populações. Estes procedimentos podem ser substituídos

por outros que eventualmente mostrem-se mais eficazes.

2. ESCOLHA DE ANIMAIS CANDIDATOS PARA TRANSLOCAÇÃO

Estrada do Pocinho n * 500 – Araçatuba – Campina Grande do Sul – Pr – Br Endereço para correspondência: Rua Roberto Barrozo, 1381 – Bom Retiro – Curitiba – Pr – Br Telefone: (41) 3029-8810 <u>www.criadourooncapintada.org.br</u> Onca Pintada

Cradouro OnçaPintada_{2g}

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE



Como critério geral, serão utilizados a avaliação genética, sexo, idade e fase reprodutiva para seleção dos animais. Para a exclusão, os serão utilizados os seguintes critérios:

- i) animais fisicamente debilitados ou deficientes;
- ii) animais com problemas dentários;
- iii) animais idosos;
- iv) fêmeas com filhotes;
- v) fêmeas prenhes (ocorrência determinada por palpação abdominal e o estado de prenhez usando ultra- som). Outros fatores a serem determinados empiricamente durante o processo de captura.

Indivíduos que não apresentam nenhuma das considerações acima serão considerados como potenciais candidatos para translocação.

Criadouro OnçaPintada Pag

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE CNPJ: 10.950.890/0001-56

3. AVALIAÇÃO SANITÁRIA

O Criadouro Onca Pintada, possui um programa de medicina preventiva para seus animais.

Como parte integrante desse programa, os animais passam por exame físico completo,

anualmente e exames de coproparasitológicos são realizados semestralmente. Quando há

necessidade, são realizados vermifugações, usando o princípio ativo de acordo com o resultado do

exame.

Seguindo o estabelecido pela N° 179/2008, os animais ficarão em quarentena por 30 dias.

Um pool de exames sanitários serão realizados nos indivíduos selecionados. Animais translocados

podem introduzir patógenos em populações sem contato prévio com estes agentes, podendo

como consequência ameaçar a saúde da população original ou vice-versa(BALLOU, 1993). Para

uma translocação bem sucedida, a população deve estar livre de patógenos considerados de

importância significativa para a espécie em questão e seu status sanitário deve ser conhecido

previamente à soltura (GRIFFITH et al., 1993; KARESH, 1995).

Caso haja resultado positivo para determinado agente infeccioso, este resultado será

analisado confrontando informações da literatura para cativeiro e estudos de vida-livre, para

tomada de decisão segura. Os animais, dependendo da situação, serão submetidos ao tratamento

específico e avaliados novamente, para comprovar a eliminação ou controle do agente infeccioso.

Comprovando-se o resultado negativo, o animal continuará como integrante do grupo de

translocação.

3.1 Relação de Exames realizados

i) Coproparasitológico (exames direto, flutuação e sedimentação): mínimo de 3 repetições

amostrais com intervalos de 15 dias entre elas - exame realizado no próprio ambulatório do

Criadouro Onça Pintada;

ii) Hemograma completo e bioquímica sérica - realizado pelo Laboratório Bionostic;

iii) Esfregaço de fezes corado pelo método de Gram realizado no próprio ambulatório do

Criadouro Onça Pintada;



- iv) Cultura bacteriológica para Salmonella sp. e Mycobacterium sp realizado pelo Laboratório Bionostic;
- v) Tuberculinização simples realizado no Criadouro Onça Pintada;
- vi) PCR: Mycobacterium sp., Mycobacterium paratuberculosis (Doença de Johne), Raiva, Peste Suína Clássica, e Estomatite Vesicular exames realizados no Laboratório Marcos Enrietti e Bionostic;
- vii) Exame sorológico: Brucelose, Diarréia Viral Bovina (BVD), Rinotraqueíte Bovina (IBR), Herpesvírus (Doença de Aujeszky), Lingua Azul, *Toxoplasma gondii*, *Leptospira* sp., Parvovírus Suíno, Febre aftosa exames realizados no Laboratório Marcos Enrietti e Bionostic;
- viii) Esfregaço sanguíneo: Babesiose, Erliquiose, Anaplasmose; Tripanossomíases;



3.2 Modelo de Ficha Clinica

Segue abaixo modelo de Ficha Clínica utilizado no Criadouro Onça Pintada.

CRIADOURO CONSERVACIONISTA O FICHA CLINICA	NÇA-PINTADA
Nome Clent/fico:	n*:
Nome Popular.	
Procedência:	
Identificação: () Anitha () Microchip () Brinco () Outro	
Sexo: () Macho () Fêmea () Indeterminado	
Data de Entrada:/	Data de Saida:/
Observações:	
Particularidades:	
RECINTO #	
DESVERMIFUGAÇÕES	
PROCEDIMENTOS	



3.3 Descrição da infra-estrutura de quarentena

Os animais serão quarentenados ao lado do próprio recinto. Mesmo sendo próximo, ficarão isolados e mantidos por 30 dias.

O recinto para quarentena terá uma área coberta, para manejo e avaliações dos animais e outra área aberta para alimentação e forrageamento.

4. ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA ÁREA DE SOLTURA

As implicações epidemiológicas da dispersão de doenças interferem drasticamente nas populações animais, tanto em cativeiro como em vida livre. A saúde ambiental, tema principal da disciplina chamada, medicina da conservação, é definida como saúde dos ecossistemas e seus componentes. E deve-ser considerada estática, mas sim com um estado de constantes alterações e auto-regulações. Deste modo, os padrões de surgimento de enfermidades também são dinâmicos e dependentes entre si.

Sendo assim, o intuito desta análise é a avaliação da similaridade epidemiológica. Com a avaliação geral da saúde dos animais selecionados para translocação, será comparado o *status* de saúde destes animais com o *status* epidemiológico do habitat. A similaridade epidemiológica significa que os perfis de doenças infecciosas dos animais candidatos são semelhantes ou compatíveis com o perfil de doenças infecciosas da fauna residente no local de translocação. Isto reduz o risco de introdução de novas doenças no habitat e o risco de expor os animais translocados a novas enfermidades.

Infelizmente, não há estudos na região com animais selvagens da região de Guaraqueçaba. Portanto, utilizamos para esta avaliação, o perfil sanitário dos animais domésticos. A avaliação do perfil sanitário dos animais domésticos na área de soltura e arredores é fundamental para determinar a presença e o trânsito de agentes patogênicos, principalmente entre os animais selvagens e domésticos. Esta avaliação pontual, ou até mesmo podendo ser seqüencial, nos permite obter dados de prevalência ou incidência de enfermidades, e por consequência comparações diretas entre as características sanitárias dos animais domésticos, dos animais selvagens e até mesmo da região.



Utilizando o princípio da Similaridad e epi demiológica, fez -se o levan tamento das principais enfermidades relatadas no município de Guaraqueçaba. A região não possui características e tradição em produção de suínos. Grande parte dos animais doméstico são para subsistência (suínos e aves) ou pequenos animais para pet (cão e gato). Existe uma singela produção de bovinos e bubalinos na região.

Dentre as principais doenças reportadas na região, estão relatos principalmente de enfermidades dos bovinos, bubalinos, cachorros e gatos: raiva, cinomose, parvovirose, leptospirose e doenças parasitárias (endo e ectoparasitas) (common person ADAPAR-Guaraqueçaba). Importante ressaltar que não há relatos de Pseudo-Raiva (Aujesky), Peste Suína Africana, Estomatite Vesicular, Brucelose ou Encefalite Eqüina.

Apesar dos relatos acima, sabe-se que suínos domésticos, apesarem de serem suscetíveis a cinomose, não manifestam sinais clínicos da doença. Apel, 1974 e Noon, 2003 relataram casos de catetos que entraram em contato com a enfermidade. Contudo, desenvolveram alto índice de anticorpos contra o vírus da cinomose em teste sorológico.

Os taiassu ídeos sã o a nimais "rús ticos". M esmo em am bientes na turais, devid o a característica de seu sistema digest ório, conseguem converter e sobreviver com menor quantidade de alimento rico em celulose e lignina, como capim. Deste modo, tanto em cativeiro como vida livre, são animais sempre bem nutridos, e conseguem manter o equilíbrio entre parasita-hospedeiro de maneira exemplar. Sendo assim, a presença de endoparasitoses na região não compromete a translocação dos animais. O mesmo pode ser extrapolado para as ectoparasitoses. LABRUNA, (2002) relatou que 100% dos queixadas e catetos em Porto Primavera estavam parasitados por *Amblyomma cajannense*; entretanto, ao exame físico, os animais estavam saudáveis.

A leptospirose é uma zoonose que encontra, nos animais domésticos e selvagens, seu hospedeiro primário. Acredita-se que a presença de anticoportos anti-*Leptospira* nos taiassuídeos e suídeos indique que esses animais podem funcionar como reservatórios para esta enfermidade (Corn, 1987). Desta forma, a presença do patógeno na região, não reflete perigo a translocação.



17. POTENCIAIS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS

Principais Doenças Virais e Bacterianas que Acometem Tayassuidae:

DOENÇA	ETIOLOGIA	EPIZOOTIOLOGIA	SINAIS CLÍNICOS	DIAGNÓSTICO	TRATAMENTO
Doença de Aujeszky ou pseudo-raiva	Herpesvírus suíno	* Contato direto, aerossóis. * Suínos são os principais portadores e transmissores	* Problemas reprodutivos * Incoordenação * Depressão, vômitos * Diarréia, convulsões	* Testes sorológicos: soroneutralização, ELISA, imunofluorescência direta * Isolamento viral	
Cinomose	Paramyxoviridae Morbilivírus	* Aerossóis * Contato direto via oral, respiratória e fluido ocular e exsudatos contaminados	* Sistema nervoso central * Encefalite	* Testes sorológicos: imunoistoquímica, histopatologia e inclusões	* Profilaxia * Tratamento de suporte
Encefalite eqüiina venezuelna	Alfa-vírus	* Picada do vetor (mosquito hematófago) * Contato direto	* Depressão, sonolência * Incoordenação motora * Paralisia dos lábios	* Testes sorológicos * Isolamento do vírus de cérebro, cerebelo ou bulbo, cultura celular	* Redução dos vetores, isolamento do animal doente, vacinação
Febre aftosa	Aphtovirus	* Aerossóis * Contato direto * Infecção rápida * Acomete o javali, poucos relatos em taiassuídeos.	* Sinais brandos nos taiassuídeos * Formação de vesículas	* Testes sorológicos: imunodifusão * Cultura celular	* Não há tratamento * Vacinação dos animais domésticos da região
Brucelose	Brucella spp	* Contato direto	* Metrite, cervicite * Aborto, esterilidade	* Testes sorológicos: Teste de Rosa Bengala, imunofluorescência, culturas seletivas, ELISA, radioimunoensaio	* Não há tratamento * Evitar contato com animais domésticos
eptospirose			* Aborto, hematúria * Perda de apetite * Perda de peso, prostração, * Febre, lesão intestinal * Infertilidade	* Testes sorológicos * Cultura da urina ou	* Antibioticoterapia: estreptomicina ou tetraciclina

Estrada do Pocinho n ° 500 – Araçatuba – Campina Grande do Sul – Pr – Br

Endereço para correspondência: Rua Roberto Barrozo, 1381 – Bom Retiro – Curitiba – Pr – Br

Telefone: (41) 3029-8810

www.criadourooncapintada.org.br



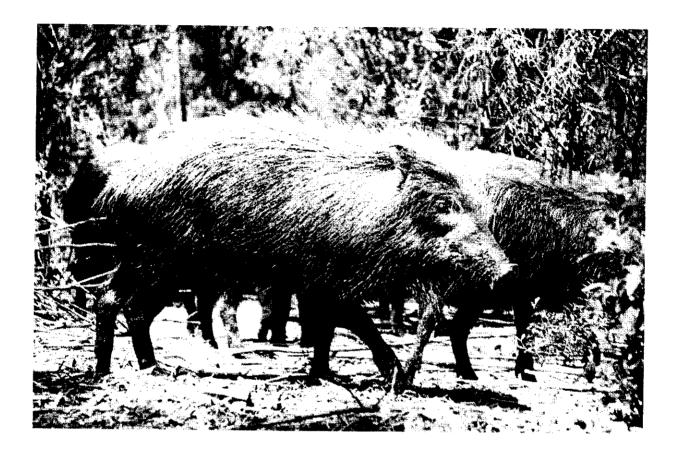
Salmonelose	Salmonella spp	* Alimentos contaminados	* Assintomáticos na maioria dos casos	* Isolamento da bactéria a partir de órgãos comprometidos do linfonodo no momento da necropsia	
-------------	----------------	--------------------------	---	--	--

Principais Doenças Parasitárias de Catetos, Queixadas e Javalis

DOENÇA	AGENTE CAUSADOR	LOCALIZAÇÃO NO HOSPEDEIRO			
		ADULTO	IMATURO	DIAGNÓSTICO	MANEJO
Capilaríase hepática	Capillaria hepatica	Fígado	Intestino	Exame coproparasitológico, necropsia	Evitar ingestão de alimentos e água contaminados
Ascaridíase	Ascaris suum	Intestino delgado	Fígado, coração, pulmão	Exame coproparasitológico	Anti-helmíntico Evitar ingestão de alimentos e água contaminados
Toxoplasmose	Toxoplasma gondii	Múltiplos tecidos	Intestino delgado	Testes sorológicos / exame coproparasitológico	Evitar ingestão de alimentos e água contaminados Evitar a presença de felinos
Balantidiose	Balantidium coli	Intestino grosso	Intestino grosso	Exame coproparasitológico, necropsia	Evitar ingestão de alimentos e água contaminados
Tripanossomíase	Trypanosoma evansi	Sangue e linfa	Sangue e linfa	Testes sorológicos, esfregaço sangüineo	Tratamento do doente Evitar áreas com tabanídeos



18. PROTOCOLO DE SOLTURA



De acordo com as normas da UICN — União Internacional para Conservação da Natureza e artigos sobre manejo de fauna para fins de reintrodução de indivíduos de uma mesma espécie oriundos de cativeiro para formação de uma população, a soltura dos animais pode ser feita por métodos diferenciados entre si e de acordo com os hábitos.

As formas mais utilizadas de soltura se concentram na liberação no ambiente escolhido de forma branda, recebendo o plantel alimentação tradicional de cativeiro e também o obtido no ambiente de soltura.

Será construído um recinto pré-soltura na RPPN do Sebuí de tamanho o suficiente para abrigar os 30 indivíduos de maneira confortável dentro da área destinada à usos diversos

Criadouro Onça Pintada

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE CNPJ: 10.950.890/0001-56

no plano de manejo para RPPN Reserva Ecológica do Sebuí. A reserva já possui uma área de

cultivo de banana, cana de açúcar e capim que poderão ser usadas na alimentação dos animais.

No Criadouro Onça Pintada todos os queixadas reconhecem a aproximação do trator

como chegada dos alimentos e encaminham-se para a área de cambiamento com muita

facilidade, a partir de agora irá se utilizar de um sino para mudar o chamado que será utilizado

na área de soltura. A ideia é fornecer no recinto pré-soltura e após a reintrodução quantidades

diárias de milho. Sabe-se que a referência de um valor de 150kcal de energia digestível/kg de

peso, como o requerimento de energia para a manutenção da espécie, considerando-se uma

média de peso de 32kg por indivíduo e sabendo-se que 1kg de milho fornece 3460kcal de

energia digestível, conclui-se que 01 saco por dia de 60kg é mais que o suficiente para o

sustento da população a ser reintroduzida.

Esta estratégia irá permitir a observação diária do grupo, mantendo a população em

uma área segura e tendo tempo para adaptar-se à alimentação de vida livre.

Devera ser avaliado:

1. Comportamento do plantel no recinto de pré soltura.

2. Análise do consumo de alimentos na reserva com diminuição gradativa da

suplementação.

3. Análise frequente dos itens de segurança, pessoal de apoio e monitoramento.

4. Monitoramento diário.

19. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO PÓS-SOLTURA





Para fins legais todos os animais estão marcados com microchips. 939000004041570,

93000004028491,	939000004029616,	939000004028826,	939000004040427,
939000004027985,	939000004040899,	939000004040799,	939000004041097,
939000004040818,	939000004041650,	939000004042314,	939000004028435,
929000004041419,	939000004040982,	939000004028280,	939000004028110,
939000004028105,	939000004028304,	939000004040225,	939000004041617,
939000004042431,	939000004040569,	939000004029798,	939000004028998,
939000004041240,	939000004029399,	939000004041504,	939000004028693,
963006008612728 P-	era observação nás soltu	ro oo opinasia naaslasuwas	Large and the state of the stat

963006008612728. Para observação pós-soltura os animais receberão brincos numerados e quatro i ndivíduos do grupo portarão brincos com radiotransmissor de forma a permitir seguimento.

Os funcionários da RPPN com supervisão de um biólogo serão treinados durante 60 (sessenta) dias os primeiros trinta no recinto pré-soltura e trinta após no trabalho de monitoramento que será mantido indefinidamente.

Criadouro OnçaPintada

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE CNPJ: 10.950.890/0001-56

Após a soltura e estabelecimento dos trajetos preferenciais dos animais na área de reintrodução serão colocadas câmaras fotográficas principalmente para monitorar a

presença de grandes felinos.

Serão avaliados:

1. Alterações no ambiente físico e biótico.

2. Sobrevivência e estabelecimento da espécie.

3. Desaparecimento ou morte.

4. Coesão social, estabelecimento do território, uso dos recursos naturais,

reprodução, formação de novas unidades reprodutivas.

5. Efeito na flora e fauna locais.

Relatórios periódicos serão encaminhados ao IBAMA.

20. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL

O método de avaliação comportamental será a observação no recinto de quarentena

no pré-soltura e na área de soltura.

Ao teste de humanização já é possível observar que os animais a serem soltos

apresentam um comportamento agressivo com humanos, batendo os dentes como forma de

intimidação, não permitindo a aproximação e fugindo ao menor sinal de pressão. Aceitam a

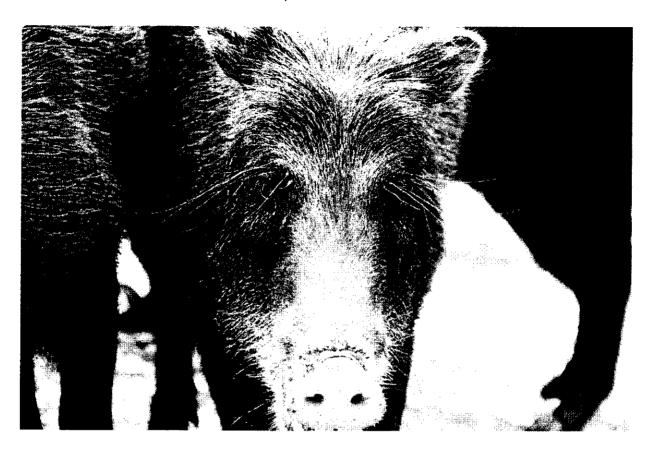
aproximação com bastante reserva quando são fornecidos alimentos e apenas após iniciado

a alimentação, empreendendo fuga diante da menor perturbação.

Será feito levantamento diário de percurso percorrido pelos animais libertos e a

qualidade e quantidade de recursos florestais utilizados.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Legislação: Instrução Normativa Ibama nº 179 de 25 de junho de 2008.
- 2) The feasibility of reintroducing Wild Boar (*Sus scrofa*) to Scotland, 1999. Mammal Society. Mamal Review 29, 239-259.
- 3) Planos de Conservação para Aves e Mamíferos Ameaçados no Paraná IAP / Projeto Paraná Biodiversidadde 2009.
- 4) Tratado de Animais Selvagens Zalmir Silvino Cubas.
- 5) Livro Vermelho de Fauna Ameaçada no Estado do Paraná 2004.
- 6) Mamíferos do Brasil Tomas Sigrist, 2014.
- 7) Reintrodução e manejo extensivo de queixadas Tayassu pecari (Link, 1814) em reserva da mata mesófila no Mato Grosso do Sul, Brasil - Maria de Lourdes de Oliveira Andrade Figueira, 2001.
- 8) Handbook of the Mammals of the World, Volume 2: Hoofed Mammals. Lynx, 2011.



- 9) Altrichter, M. 2005. The sustainability of subsistence hunting of peccaries in the Argentine Chaco. Biological Conservation 126: 351-362.
- 10) Altrichter, M. 2006. Wildlife in the life of local people of the semi-arid. Argentine Chaco. Biodiversity and Conservation 15: 2719-2736.
- 11) Altrichter, M. and Almeida, R. 2002. Exploitation of white-lipped peccaries (*Tayassu pecari*) on the Osa Peninsula, Costa Rica. *Oryx* 36: 126-131.
- 12) Altrichter, M. and Boaglio, G.I. 2004. Distribution and relative abundance of peccaries in the Argentine Chaco: associations with human factors. *Biological Conservation* 116: 217-225.
- 13) Altrichter, M., Carrillo, E., Sáenz, J. and Fuller, T. 2001. White-lipped peccary (*Tayassu pecari*, Artiodactyla: Tayassuidae) diet and fruit availability in a Costa Rican rain forest. *Biología Tropical* 49: 1183-1192.
- 14) Altrichter, M., Sáenz, J. and Carrillo, E. 1999. Chanchos cariblancos *Tayassu pecari* como depredadores y dispersores de semillas en el Parque Nacional Corcovado, Costa Rica. *Brenesia* 52: 53-59.
- 15) Altrichter M, Sáenz JC, Carrillo E, Fuller TK. 2000. Seasonal diet of Tayassu pecari (Artiodactyla: Tayassuidae) in Corcovado National Park, Costa Rica. Rev Biol Trop. 48: 689-701.
- 16) Beck, H. 2005. Seed predation and dispersal by peccaries throughout the Neotropics and its consequences: a review and synthesis. Pp. 77-115 in: P. M. Forget. J. E. Lambert, P. E. Hulme and S. B. Vander Wall (eds), Seed Fate: Predation, Dispersal and Seedling Establishment,. CABI Publishing, Wallingford, UK.
- 17) Beck, H. 2006. A review of peccary-palm interactions and their ecological ramifications across the Neotropics. *Journal of Mammalogy* 87: 519-530.
- 18) Beck, H., Thebpanya, P. and Filiaggi, M. 2010. Do Neotropical peccary species (Tayassuidae) function as ecosystem engineers for anurans? *Journal of Tropical Ecology* 26: 407-414.
- 19) Biondo, C., Keuroghlian, A., Miyaki, C. Y. 2008. Analysis of genetic variability and population genetics structure of White-lipped peccaries (Tayassu pecari) from the Pantanal (M.S., Brazil); preliminary results. Suiform Soundings 8: 28-31.

Estrada do Pocinho n ° 500 – Araçatuba – Campina Grande do Sul – Pr – Br Endereço para correspondência: Rua Roberto Barrozo, 1381 – Bom Retiro – Curitiba – Pr – Br Telefone: (41) 3029-8810 www.criadourooncapintada.org.br



- 20) Espécies Arbóreas Brasileiras Paulo Ernani Ramalho Carvalho
- 21) Bodmer, R.E. 1991. Strategies of Seed Dispersal and Seed Predation in Amazonian Ungulates. Biotropica 23: 255-261.
- 22) Carrillo, E., Saenz, J. C. and Fuller, T. K. 2002. Movements and activities of white-lipped peccaries in Corcovado National Park, Costa Rica. *Biological Conservation* 108: 317-324.
- 23) Eisenberg, J.F., 1989. Mammals of the Neotropics. The Northern Neotropics Vol 3. University of Chicago Press, Chicago, Illinois.
- 24) Fragoso, J.M.V. 1998. Home range and movement patterns of white-lipped peccary (*Tayassu pecari*) herds in the northern Brazilian Amazon. *Biotropica* 30: 458-469.
- 25) Giannoni, M.A., Ferrari, I. and Giannoni, M.L. 1981. Chromosome polymorphism among Brazilian populations of *Tayassu albirostris* (Peccary). *Revista Brasileira de Genetica* 4: 117-134.
- 26) Hufty, M.P.; Sedgwick, C.J.; Benirschke, K.B. 1973. The karyotypes of the white-lipped and collared peccaries, aspects of their chromosomal evolution. Genen Phaenen 16: 81-86.
- 27) Keuroghlian, A. and Eaton, D. P. 2008. Fruit availability and peccary frugivory in an isolated Atlantic forest fragment: effects on peccary ranging behavior and habitat use. *Biotropica* 40: 62-70.
- 28) Keuroghlian, A. and Eaton, D. P. 2008. Importance of rare habitats and riparian zones in a tropical forest fragment: preferential use by *Tayassu pecari*, a wide-ranging frugivore. *Journal of Zoology (London)* 275(3): 283-293.
- 29) Kiltie, R. A. 1981. Stomach contents of rain forest peccaries (*Tayassu tajacu* and *T. pecari*). *Biotropica* 13(3): 234-236.
- 30) Kiltie, R. A. 1981a. The function of interlocking canines in rain forest peccaries (Tayassuidae). Journal of Mammalogy; 62(3): 459-469.
- 31) Kiltie, R.A. 1982. Bite force as a basis for niche differentiation between rain forest peccaries (Tayassu tajacu and T. pecari). Biotropica 14, 188-195.



- 32) Peres, A. C. 1996. Population status of white-lipped *Tayassu pecari* and collared peccaries *T. tajacu* in hunted and unhunted Amazonian forests. *Biological Conservation* 77: 115-123.
- 33) BIGARELLA, J.J.. A Serra do Mar e a Porção Oriental do Estado do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado de Planejamento, 1978. 249 p.
- 34) DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA APA DE GUARAQUEÇABA Versão revista do trabalho MACROZONEAMENTO DA APA DE GUARAQUEÇABA (PDF) Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social IPARDES (1995).
- 35) INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Macrozoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Curitiba: IPARDES, 1990. 2 v.(11 mapas, escala 1:100000)
- 36) Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba. Disponivel em: http://www.icmbio.gov.br
- 37) SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Diagnóstico da Situação Físico-biológica e Sócio-econômica da região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório Técnico. Curitiba: SPVS, 1992a
- 38) APPEL, M.; SHEFFY, B. E.; PERCY, D. H. et al. Canine distemper virus in domesticated cats and pigs. *Am. J. Veter. Res.*, v.35, p. 803-806, 1974.
- 39) BECK, B. B., L. G. RAPAPORT, M. R. STANLEY PRICE, AND A. C. WILSON. 1994.

 Reintroduction of captive-born animals. Pp. 265-286, in "Creative conservation:
 Interactive management of wild and captive animals." Olney, P. J. S., G. M. Mace, and A. T. C. Feistner, eds. Chapman & Hall, London.
- 40) BODMER, R. E. 1991. Strategies of seed dispersal and seed predation in Amazonian ungulates. Biotropica 23: 255-261.
- 41) CONWAY, W. G. 1989. The prospects for sustaining species and their evolution. Pp. 199-209, in "Conservation for the Twenty-First Century." Western, D., and M. C. Pearl, eds. Oxford University Press, Oxford.
- 42) CORN, J.L; RAYMOND, M.L; GENE, A.E. et. al. Serologic survey for evidence of exposure to vesicular stomatitis virus, pseudorabies virus, brucellosis and



leptospirosis in colares peccaries from Arizona. *J. Wildl. Dis.,* v. 23, n. 4, p. 551-557, 1987.

- 43) FRAGOSO, J. M. V., AND J. M. HUFFMAN. 2000. Seed-dispersal and seedling recruitment patterns by the last Neotropical megafaunal element in Amazonia, the tapir. Journal of Tropical Ecology 16: 369-385.
- 44) FRANKHAM, R., J. D. BALLOU, AND D. A. BRISCOE. 2002. Introduction to conservation genetics. Cambridge University Press, Cambridge.
- 45) GRIFFITH, B., J. M. SCOTT, J. W. CARPERNER, AND C. REED 1989. Translocation as a species conservation tool: status and strategy. Science 245: 477-480.
- 46) KLEIMAN, D. G., M. R. STANLEY PRICE, AND B. B. BECK. 1994. Criteria for reintroductions. Pp. 287-303, in "Creative conservation: Interactive management of wild and captive animals." Olney, P. J. S., G. M. Mace, and A. T. C. Feistner, eds. Chapman & Hall, London.
- 47) LABRUNA, M.B.; DE PAULA, C.D.; LIMA, T. F.; SANA, D. A. Ticks (Acari:Ixodidae) on wild animals form the Porto-Primavera hydroelectric power station área, Brasil. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, v.97, n.8, p.1133-1136, 2002.
- 48) NOON, T. H.; HEFFELFINGER, J.R.; OLDING, R.J.; WESCHE, S.L. et al. Serolgic survey for antibodies to canine distemper virus in colares peccary (*Tayassu tajacu*) populations in Arizona. *J. Wildl. Dis.*, v.39, n.1, p.221-223, 2003.
- 49) STANLEY PRICE, M. R. 1989. RECONSTRUCTING ECOSYSTEMS. Pp. 210-218, in "Conservation for the Twenty-First Century." Western, D., and M. C. Pearl, eds. Oxford University Press, Oxford.
- 50) SHEPHERDSON, D. 1994. The role of environmental enrichment in the captive breeding and reintroduction of endangered species. Pp. 167-177, in "Creative conservation: interactive management of wild and captive animals." Olney, P. J. S., G. M. Mace, and A. T. C. Feistner, eds. Chapman & Hall, London.
- 51) WILSON, A. C., AND M. R. STANLEY PRICE. 1994. Reintroduction as a reason for captive breeding. Pp. 243-264, in "Creative conservation: interactive management of wild and captive animals." Olney, P. J. S., G. M. Mace, and A. T. C. Feistner, eds. Chapman & Hall, London.

Criadouro Onça-Pintada



REINTRODUÇÃO DE MUTUM-DE-PENACHO Crax fasciolata NO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE SOLTURA 2º ETAPA SETEMBRO / OUTUBRO 2019

INTRODUÇÃO

Dando continuidade ao processo de instalação de uma população de mutum-de-penacho *Crax fasciolata* na região noroeste do estado do Paraná, onde esteve quase extinto, através da soltura de exemplares nascidos em cativeiro do Criadouro Onça Pintada, realizamos o transporte e soltura de 10 exemplares desta espécie para três locais diferentes e adequados no município de Querência do Norte após cinco anos do início deste projeto.

Na RPPN Fazenda da Matta foram soitos em dezembro de 2014, dois casais da espécie sendo que um deles se reproduziu, mas a matriz foi naturalmente predada, infelizmente. Deste grupo restam hoje dois indivíduos machos sendo um nascido na natureza, uma fêmea adulta nunca mais foi localizada. Desta forma optou-se pela integração de mais um casal e duas fêmeas na tentativa teórica de se formar mais dois casais deste mutum.

No decorrer do tempo surgiu o interesse em se formar novos núcleos de reintrodução de mutuns pelo diretor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Querência do Norte. Lenon Canassa, na RPPN Santa Fé e também no Parque Estadual de Amaporã, em um experimento diferenciado dos demais locais de soltura pois contem maiores riscos de sucesso pelas características desta unidade de conservação.

Desta forma ampliam-se os norizontes de manejo para conservação do Criadouro Onça-Pintada e PSN A Foundation na experimentação de formação de novas populações e revigoramento através da soltura de animais nascidos em cativeiro em poas condições de saúde e geneticamente viáveis e em locais onde hais realmente necessidade de se realizar esta atitude

O projeto foi desenhado seguindo normas da IUCN — União internacional para a Conservação da Natureza e do iBAMA / ICMBio, mas adaptado às condições do ambiente, oportunidade de execução e disponibilidade de aves geneticamente viáveis asoldas em cativeiro. Trata-se de um projeto inédito no Estado do Paraná que neste momento passa a receber um reforço de nove aves com possibilidade de se ambiar o plantel para outros locais da mesma região com o objetivo e a esperança que sejam bem-sucedidos no processo de

adaptação e venham a se reproduzir naturalmente aumentando o número de indivíduos em uma razão sexual que garanta a sobrevivência da espécie e sejam motivo de orguiho para as instituições envolvidas e possa ser replicado o conhecimento adquirido.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

inesta etapa do projeto após cumprir as exigências do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e procedimentos veterinários, foi autorizado o transporte de 10 exemplares de mutum-de-penacho para as três áreas de soltura previamente espolíncias la devicación actual autorizadas na região noroeste do estado do Paraná sando um pasal no Parque Estadual de Amapora situado no município homônimo; dois pasais na RPPN Santa Fé e um pasal mais duas fêmeas na RPPN Fazenda da Matta no município de Querência do Norte todos devidamente ipentificados com anilha de metal referentes ao Criadouro Onça Pintada, uma anilha plástica colorida e microphio.

1.Transports

No cia 16 do setembro do corrente anol foi efetuado o transporte destas aves por via terrestre em caixas de madeira bem ventiladas, desde o Criadouro Onça Pintada até o Parque Estadual de Amaporã onde ficou um casal e em seguida continuamos a magem na companhia do gerente do parque, José Nelson Cambanha e outros funcionários do IAP até as demais áreas de soltura onde os locais lá estavam preparados para o período de aclimatação (30 dias) e onde femos recepcionados e acompanhados pelo diretor de Meio Ambiente da prefeitura do município em questão. Lenon Canassa.

As foram social de reclivos de pré-soltura em poas condições de saúde à exceção de toma fémba que veio a foito do grupo destinado à RPPN Santa Fé, inferizmente mestes coais as aves passaram a receper alimentação tradicional qualitud em parámento água e a possibilidade de apharem invertencedos para lo ase principle obão de ferra para se espoiarem.

Por um periodo exalicide 30 días os nove muturis foram mantidos nos recintos de adumatação em poservação duase diária por funcionarios destas localidades, que nos informavam das condições de adaptação ou comportamento na accuantativa de aprendizado / percepção do ambiente no entorno dos recimbos. Estes catíveiros foram construídos dentro e na borda da mata e distantes discribinha que moradías e demais construições das fazendas que posa lem as reservas partir pares do natrimônio natural RPPNs.

Nesse tentro lião oconeu nermum evento que pudesse estressar os muturis uativos, jo s lia immento antenor à soltura definitiva todos se mustra en tele de las maidrante des pessoas que participaram da liberação dos maistros la sinulente foresta, de fragmentos da Fioresta Estacional Semiorados.

2. Soltura

Conforme estabelecido no projeto, foi determinado um prazo mínimo de 30 dias para aclimatação dos mutuns antes da soltura definitiva nos três locais escolhidos para tal fim.

Desta forma no dia 14 de outubro do corrente ano viajamos de Curitiba para a cidade de Amaporã, já com rodo o processo planejado previamente com o gerente do Parque Estadual de Amaporã, José Nelson Campanha e com nosso parceiro Doraci Ramos de Oliveira do Escritório do IAP de Paranavaí e também com o diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de Querência do Norte, Lenon Canassa.

No mesmo dia soltamos o casal de muturis do Parque para um teste rápido de observação de comportamento, mas em seguida recolhidos de volta ao cativello.

No plano de soitura estabelecemos que seriam soitos em primeiro lugar os muturis que estavam na REPN Fazenda da Matta na mannã do dia 15 e na tarde deste mesmo dia os que estavam na RPPN Santa Fé. Desta forma nos dirigimos para a cidade de Querência do Norte graças ao apoio do Doraci para encontrar o diretor de Meio Ambiente. Lenon Canassa.

For volta das 10:00 horas da manhã chegamos na Fazenda da Matta, encontramos o novo proprietário e seus filhos que acompanharam todo o processo de soitura. Aprimos a porta do recinto onde estavam as duas fêmeas que demoraram quase sete minutos para sairem. Tranquilamente as aves entraram no caminho que separa os dois recintos e logo entraram na mata. Em seguida nos dirigimos para o outro recinto onde estava um casal e abrimos a porta e em quatro minutos as aves deixaram o cativeiro, entraram no caminho e em seguida na mara. Para nossa surpresa o macho deu um voo espetacular e pouseu em uma árvore com cerca de oito metros de altura enquanto a fêmea entrava no mato em cireção á arvore onde estava o macho. Depois de um curto espaço de tempo o macho desceu e encontrou a fêmea e entraram na mata não sendo mais visios.

Auda um percodi de aspera ha área de soltura da Fazenda da Matta nos dirigimos para a cidade de Querência do Norte para o almoço e em seguida para a fizzenda Santa Fé chue chegamos por volta das 18:30 horas. Lá fomos recebicos pelo gerema da propriedade que nos acompanhou na soltura dos mutura. As 14:00 noras abrimos a perta do recinto e em menos de cinco minutos de mutura saíram, um poudo nemosos, inspecionaram o ambiente, e entraram da mata hão sendo mais avistados.

Após as solturas que são denominadas a nível internacional para esse procedimento de la compansión de la contra branda ou fenta, onde o animal sai por contra propula ser i multa no ução.

Temos que ressaltar o apoio e a concordância dos proprietários das reservas com a introdução dos mutuns, fato positivo para o sucesso do empreendimento.

Finalizando o processo de soltura, aguardamos um tempo para observar o comportamento dos mutuns e em seguida retornamos à cidade de Querência do Norte, onde nos despedimos do Lenon Canassa e agradecendo o apoio e ao mesmo tempo pedindo que realizassem um monitoramento das aves de forma constante

Retorriarnos a Amapora por volta das 16:30 noras para um teste com os muturis durante uma softura controlada. Foram colocados poieiros horizontais de madeira rias proximidades do recinto para repouso os quais foram imediatamente utilizados. Estas aves tem um comportamento bastante dócil, não se incomodando com a presença humana, pois exploraram os arredores com multa tranquilidade.

No fim da tarde nos reunimos para uma avaliação do processo de soltura sendo unadimemente aprovado por todos os envolvidos neste procedimento.

Na manhã do dia 16 soltamos definitivamente o casal do PE de Amapora o qual foi acompanhado por algum tempo, sendo documentados por fotos e videos como reito has demais solturas.

CONCLUSÃO

A etapa de transporte e soltura dos mutuns-de-penacho *Crax fasciolata* foi realizada de forma tranquila e bem-sucedida. Infelizmente um exemplar veio a óbito curante o transporte, mas que poderá ser substituído no futuro por outro exempla, la trabana, assido em pativeiro.

Se too uni projeto inedito de manejo para conservação in situ no estado do Paraná, ha que se considerar todos os riscos positivos e negativos que poderão strigir abós um tempo de monitoramento das aves nos três locais de solitura. O teste principal deste projeto é verificar como aves nascidas em cativeiro copiem se acabitar a viver livres sem a presença humana, ou seja, sem as facilidades do nativeiro através da alimentação sempre disponível e cuidados veresinados que recebem quase diariamente.

Ha que se contar cont a memória genética para que possam se adaptar a um novol tielo, para a soprevivência definitiva. O sucesso definitivo se dará quando comagarem a teoroduzir e sua descendência de origem a uma nova população londe la especia coorreu no passado le londe está seu limite meridio la celo está o pagráfica no Brasil.

dras nova etaba do projeto esta surgindo que se consiste no montorantento das avec e na entrada de novos indivíduos como reforço populacional se notivel necessidade.



AGRADECIMENTOS

O sucesso deste projeto só foi possível graças ao apoio do Instituto Ambiental do Parará, através de amigos como o Doraci Ramos de Oliveira e José Nelson Campanha do Escritório Regional de Paranavaí e das biólogas Marcia Tussolino e Gisley Paula Vidolin, que viabilizaram a continuidade deste processo de manejo, a quem muito agradecemos.

O Criaccuro Onça-Pintada, agracece a outros profissionais que ajudaram nos procedimentos previos ao transporte, como o biólogo doutor Carlos Eduardo Conte, ao veterinário do criadouro George O. Velastin e ao amigo Adriano Travassos, motorista e auxiliar de pesquisas com rapinantes no Estado do Paraná pulcherador da PSN AFcundation.

Em especia, agradecemos ao diretor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Queréncia do Norte, Lenon Canassa, grande incentivador e apoiador deste projeto por viabilizar mais um local de solítura e a criação de mais um núcleo de instalação da espécie para melhorar as condições de alcando e sucesso de uma aciva população de mutuns.

Finalmente agradecemos aos proprietános das reservas particulares do património natural Fazenda da Matta e Santa Fé de quem dependemos para realizar esse projeto desde o início das conversas para que o mutum-dependor divolte a habitar os fragmentos de Fioresta Estacional Semidecidual que restarar no ceo ao no ceate do Estado do Paraná.

Granda ménto reva o cristólogo Pedro Scherer Neto, presidente e fundador da PSN Aficundation, a quem muito agradecemos. **Que continuará eternamente** no seu fucansavel trabalho para monitorar e revigorar as especies de actes, apesar ; de achar-se um pouco cansado por hora.



PROJETO

REINTRODUÇÃO DE MUTUM-PINIMA *Crax fasciolata* Spixi, 1825 NO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL.





ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE CRIADOURO ONÇA-PINTADA

Agosto de 2019



ÍNDICE

	L	11 a
1.	Introdução0	3
2.	Breve histórico das solturas anteriores e resultados	
3.	Justificativa()6
4.	Características da espécie	16
5.	Histórico de ocorrência em vida livre0	7
6.	Quantidade de aves a serem soltas em cada área com marcação0	8(
7.	Objetivos0	9
8.	Procedimentos0	19
9.	Riscos dos procedimentos1	1
10.	Área de soltura e monitoramento de fauna – ASMF (descrição)1	
11.	Fauna e flora da ASMF1	2
12.	Metodologia de análise de adequabilidade da ASMF	14
13.	Impactos da soltura sobre o ambiente1	15
14.	Indicação de possíveis riscos para os animais libertados	
15.	Protocolo sanitário	15
16.	Potenciais doenças infecciosas parasitárias	16
17.	Protocolo de soltura	8
18.	Metodologia de monitoramento pós-soltura	19
19.	Metodologia de avaliação comportamental	20
20.	Relatórios	20
21.	Carta de anuência	21
22.	Cronograma2	22
23.	Equipe preliminar e apoio	22
24.	Responsabilidade Técnica	23
25.	Literatura	24
26.	Imagens	25
27.	Leis e Portarias pertinentes	
28.	Anexos (atestado animal e mapas da área de soltura)	37



1. INTRODUÇÃO

A manutenção de aves silvestres em cativeiro é uma prática muito comum na humanidade para diversos fins, seja como fonte alimentar ou por puro prazer de admiração ou companhia. As aves exercem uma grande atração sobre o ser humano pela sua beleza ou pelo canto, fazendo com que haja uma pressão sobre populações com retiradas em excesso de indivíduos causando um desequilíbrio sem controle.

Muitas espécies de aves já se acostumaram ao cativeiro e se reproduzem com certa facilidade desde que haja condições para tal. Exemplos não domésticos são o canário belga ou do reino *Serinus canarius* e o periquito-australiano *Melopsittacus undulatus* entre os mais comuns, criados em quantidades suficientes para abastecer um mercado com demanda constante. Entretanto outras espécies de aves foram aos poucos sendo alvo de interesse comercial com alto valor ornamental como pavões, faisões, cisnes e marrecos e sua criação se expandiu por vários países do mundo sempre com comércio garantido. O mesmo não acontece com psitacídeos (papagaios, araras e afins) cuja retirada da natureza tem abastecido o comércio ilegal em vários países, à exceção daqueles onde a captura de indivíduos é permitida, como a Argentina, para exportação de papagaios de acordo com estudos prévios de suas populações nativas que indica o percentual a ser retirado.

Ao longo do tempo muitas espécies começaram a ser colecionadas por pessoas amantes de aves estimulando o comércio ilícito sem qualquer respeito a populações nativas, fazendo com que algumas fossem extintas em um passado recente como a ararinha-azul-de-Spixii *Cyanopsitta spixii* e o mutum-de-Alagoas *Mitu mitu*. Ambas as espécies só possuem indivíduos em cativeiro com números ainda insuficientes para o estabelecimento de novas populações geneticamente viáveis.

A família Cracidae com distribuição neotropical e representada por espécies conhecidas popularmente como jacus, jacutingas, aracuãs e mutuns sofrem na natureza com a caça que lhes é direcionada e pela busca para o comércio de aves vivas, com demanda no mundo inteiro.

Essas aves são galiformes e fonte alimentar de populações humanas que vivem em pequenas comunidades dentro de florestas na América do Sul, principalmente na Amazônia (Sick, 1997).

Ocorrem no Brasil 22 espécies de cracídeos distribuídas entre os gêneros *Penelope, Aburria, Pauxi, Ortalis, Crax e Nothocrax* (CBRO, 2011). No Estado do Paraná ocorrem cinco espécies, duas delas como a jacutinga *Aburria jacutinga e Crax fasciolata,* apresentam sérias ameaças às suas populações (Scherer-Neto, *et al.* 2011).

Ao longo da história da conservação ex situ em todo o mundo, poucos são os mantenedores de aves que realmente trazem uma grande contribuição para assegurar planteis geneticamente viáveis de diferentes espécies para restabelecer populações na natureza. Em muitos casos são os governos federais que interferem junto a criadores para realizar o manejo adequado de espécies principalmente as ameaçadas, através de comitês que reúnem profissionais em conservação da natureza para propor as medidas coerentes de uso desses planteis.

Muitos criadores de aves silvestres no Brasil se enquadram nas diferentes categorias propostas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sendo opostos aqueles que reproduzem suas aves para fins comerciais ou para formar planteis com fins científicos ou conservacionistas. Um importante exemplo de sucesso na reintrodução de mutuns é o caso do mutum-do-sudeste *Crax blumenbachii* que quase esteve extinto em vários locais de ocorrência. Graças ao esforço do Sr. Roberto Azeredo, proprietário do criadouro CRAX, muitos exemplares foram soltos em reserva da empresa Vale no estado de Minas Gerais. Atualmente existe uma população estabelecida com significativa reprodução e é este o exemplo e modelo que se pretende seguir com o presente projeto.

A formação de uma coleção de aves pressupõe a obtenção de exemplares de forma legal, através da cessão de espécimes já existentes em centros de triagem de animais silvestres (CETAS), zoológicos e criadores já estabelecidos por troca ou simples destinação após a obtenção do registro junto ao IBAMA.



O Criadouro Onça Pintada (<u>www.criadourooncapintada.org.br</u>) foi formado entre outros objetivos, para auxiliar o IBAMA na destinação de animais vertebrados apreendidos pelos agentes governamentais e que são muitas vezes recusados por outros criadores e zoológicos. Hoje é uma das maiores instituições brasileiras com essa finalidade e sem qualquer fim lucrativo e já apresenta excesso de indivíduos de algumas espécies, necessitando de uma destinação que em principio possa ser útil ao estabelecimento de uma nova população na natureza.

O mutum-de-penacho *Crax fasciolata* chegou ao criadouro Onça-Pintada proveniente do Zoológico de Curitiba e criadouros conservacionistas e seu plantel é atualmente composto por um grande número indivíduos nascidos nessa instituição com possibilidades de serem manejados para fins conservacionistas de forma experimental como recomenda a Instrução Normativa nº 179 do IBAMA (em anexo).

2. BREVE HISTÓRICO DAS SOLTURAS ANTERIORES E RESULTADOS

Com o objetivo principal de instalar uma nova população do mutum-depenacho *Crax fasciolata* no Estado do Paraná, especificamente em sua região de ocorrência histórica no trecho compreendido pela margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema foi submetido em 2013 um projeto ao IBAMA com esta finalidade.

Como objetivo primordial e experimental foi saber como aves nascidas em cativeiro se comportariam a viver em um ambiente natural e sob as mais diferentes ameaças e riscos de uma situação não experimentada por esta espécie.

Após 4 anos da soltura, o casal 01 continua ao redor da propriedade e o casal 02 é visto pelas estradas internas da floresta, na época de reprodução, os dois casais tiveram comportamento reprodutivo, mas até agora não houve aumento da população.



3. JUSTIFICATIVA

Trata-se de uma espécie com limite meridional de distribuição no Paraná, em áreas de Floresta Estacional Semidecidual ao longo do rio Paraná. Sempre foi rara no Estado, mas teve sua população muito reduzida ao longo das últimas décadas devido à pressão cinegética e à substituição das florestas por áreas de cultivo. Atualmente encontra-se no Estado do Paraná sob a categoria de ameaça CR (criticamente ameaçada) (Straube *et al.*, 2004).

O Livro Vermelho para espécies de aves ameaçadas do Estado do Paraná prevê ações para reestabelecer e melhorar populações dessa espécie em locais de ocorrência original.

4. CARACTERÍSTICAS DA ESPÉCIE

O mutum-de-penacho Crax fasciolata pertence à família Cracidae e à ordem Galliformes. Ocorre no Brasil desde a região amazônica, central ate os estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Possuem hábitos florestais, mas ocorrem em regiões de cerrado, matas de galeria e áreas modificadas, mas com presença de agrupamentos arbóreos como em pastos com árvores deixadas para sombreamento. Vivem aos casais ou em grupos familiares, se reproduzem antes da estação chuvosa no pantanal e na Amazônia de setembro a fevereiro. Constroem seus ninhos em árvores aproveitando bromélias e outras epífitas que ajeitam até formar uma superfície côncava onde a fêmea efetua a postura de dois a três ovos brancos incubando-os por cerca de 30 dias. Os filhotes permanecem junto aos pais por muito tempo ou até a outra estação reprodutiva. Aves adultas medem 83 cm e pesam em geral de 2,5 a 3 quilos de peso, apresentam dimorfismo sexual sendo os machos negros com abdômen branco e as fêmeas também negras com barrado de branco e abdome bege ou amarelado. Em ambos os sexos a cabeça é ornada com um penacho de penas transformadas.



São onívoros, ou seja, a alimentação é bastante variada e de origem vegetal e animal e se constituem em bons dispersores de sementes ajudando na recuperação e manutenção de florestas e outros ambientes similares.

Nesta etapa do projeto temos previsão de soltura de dez (10) animais mutum-de-penacho, *Crax fasciolata* (4.6.0), ou seja, quatro m achos e seis fêmeas nascidas em cativeiro

5. HISTÓRICO DE OCORRÊNCIA EM VIDA LIVRE

No Paraná, esta espécie esteve originalmente restrita à faixa de Floresta Estacional com clima quente e seco que acompanha os vales do rio Paraná e de seus principais afluentes, bem como, provavelmente, a alguns pontos localizados mais para o interior, existindo vários registros realizados por André Mayer, provavelmente na década de 50 (Straube & Bornschein, 1989; Bornschein & Straube, 1991).

Este mutum foi registrado, no passado, em locais hoje coincidentes com a APA Federal das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná e o Parque Nacional de Ilha Grande.

Registros recentes consistem no relato de um encontro de penas de mutum por Fernando C. Straube durante pesquisas na região noroeste do Paraná e de registros por Eduardo Carrano para as proximidades da foz do rio Paranapanema em 2003 (com. pess. 2003).

Na Estação Ecológica do Caiuá (município de Diamante do Norte) uma observação de um indivíduo (macho) foi efetuada pelo guarda-parque Antonio Carlos Terto (com. pess.) em 2004. Recentemente uma família de mutum-depenacho foi descoberta por fiscais do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em uma ilha do rio Paraná e se constitui no melhor registro para essa espécie para o estado do Paraná (registro em vias de publicação Pedro Scherer Neto *et al.* Inédito).

Com a construção da UHE Porto Primavera, no rio Paraná, houve a necessidade de se promover o resgate de fauna na área de impacto e que abrangia terras do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Neste processo, muitos exemplares da espécie em questão foram retirados de seu



habitat e transferidos para várias instituições conservacionistas e criadouros, estando um grande plantel alojado em um criadouro, na cidade de São Carlos.

Neste local a reprodução foi bem sucedida, havendo uma população em cativeiro que necessita manejo adequado como no criadouro Onça-Pintada. Desta forma sugere-se além do grupo existente nesse último criadouro, também o aproveitamento de parte deste plantel para a realização de um experimento de reintrodução na região noroeste do Estado do Paraná, pois está inserida no mesmo bioma conhecido para a espécie, e que mantém remanescentes florestais capazes de suportar uma nova população do mutum-pinima *Crax fasciolata*.

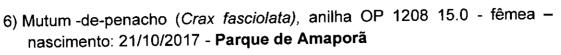
6. QUANTIDADE DE AVES A SEREM SOLTAS EM CADA AREA COM MARCACÃO

A previsão de soltura é de dez (10) exemplares adultos de mutum-depenacho *Crax fasciolata* (4.6.0), ou seja, quatro machos e seis fêmeas nascidas em cativeiro e identificadas corretamente de acordo com várias bibliografias tanto nacionais quanto internacionais.

Todas as aves tem uma marcação com microchips inseridos na musculatura estriada dorsal aptérica, por médicos veterinários e também serão colocadas anilhas plásticas coloridas com código alfa-numérico referentes ao Criadouro Onça-Pintada.

A numeração de microchips para as aves são:

- 1) Mutum -de-penacho (*Crax fasciolata*), anilha OP 1218 15.0 macho nascimento: 17/12/2016 **Santa Fé**
- 2) Mutum -de-penacho (*Crax fasciolata*), anilha OP 1207 15.0 macho nascimento: 19/10/2017 **Parque de Amaporã**
- 3) Mutum -de-penacho (*Crax fasciolata*), anilha OP 1133 20.0 macho nascimento: 02/07/2019 Santa Fé
- 4) Mutum -de-penacho (*Crax fasciolata*), anilha OP 1236 15.0 macho nascimento: 15/11/2017 **Parque de Amaporã**
- 5) Mutum -de-penacho (*Crax fasciolata*), anilha OP 1540 15.0 fêmea nascimento: 20/03/2019 Santa Fé





- 7) Mutum -de-penacho (*Crax fasciolata*), anilha OP 1245 15.0 fêmea nascimento: 11/12/2017 **Parque de Amaporã**
- 8) Mutum -de-penacho (*Crax fasciolata*), chip 900250000640372 fêmea nascimento: 06/10/2018 **Santa Fé**
- 9) Mutum -de-penacho (*Crax fasciolata*), anilha OP 1206 15.0 fêmea nascimento: 18/10/2017 **Fazenda da Mata**
- 10)Mutum-de-penacho (*Crax fasciolata*), anilha OP 1527 15.0 fêmea nascimento: 20/11/2018 **Fazenda da Mata**

7. OBJETIVOS

É objetivo primordial desse projeto, testar a habilidade de aves nascidas em cativeiro na adaptação à vida livre para a formação de uma nova população ou em incremento de alguma já existente, porém em declínio comprovado seguindo as normas da Instrução Normativa nº 179 de junho de 2008 / IBAMA.

São objetivos secundários: o aproveitamento de excedentes populacionais dessa espécie em cativeiro para fins conservacionistas e oferecer oportunidades de estudo e geração de tecnologia para experimentos similares para espécies da família Cracidae.

Não se pode separar uma ação de manejo dessa ordem sem um programa educativo na área de abrangência do projeto bem como oferecer chances às universidades locais de acompanharem o empreendimento.

8. PROCEDIMENTOS

Uma série de passos para se executar uma reintrodução de um animal na natureza é exigida para que os riscos negativos sejam minimizados, e estes seguem normas estabelecidas pela IUCN ou União Internacional para



Conservação da Natureza e também pela IN nº 179 IBAMA como acima mencionado.

No presente caso, sugerem-se ainda os seguintes passos:

- Preparação de projeto.
- ♦ Envio do projeto para aprovação.
- Aguardo de resultado de avaliação e aprovação.
- ◆ Escolha do plantel.
- Avaliação sanitária.
- Verificação de origem.
- ◆ Estabelecimento de relacionamento com o órgão ambiental do estado (IAP).
- ◆ Escolha do local onde se fará o procedimento em relação à segurança contra caça, captura, suporte alimentar e sobrevivência para as descendências das matrizes a serem instaladas.
- Relacionamento com os proprietários da pressuposta área de soltura.
- Obtenção de compromisso de participação pelos proprietários da área.
- ◆ Contratação de serviços de biólogos / médicos veterinários para acompanhamento do processo.
- Construção de recintos de adaptação e pré-soltura.
- Obtenção de guia de transporte das aves pelo IBAMA ou IAP.
- Transporte das aves ao local de soltura.
- Permanência das aves nos recintos por prazo a ser determinado.
- Marcação das aves com microchips e anilhas.
- Elaboração do protocolo de soltura.
- Soltura das aves (soft release).
- Acompanhamento por biólogos e auxiliares de campo das aves em seu novo meio.
- Avaliação parcial de resultados.
- Acompanhamento de outras atividades paralelas.



9. RISCOS DOS PROCEDIMENTOS

POSITIVOS

- 1. Cumprir 80% dos objetivos previstos.
- 2. Sobrevivência do plantel inicial.
- 3. Reprodução e adaptação da prole ao ambiente natural.
- 4. Sobrevivência das novas aves / predação natural e artificial zero.
- 5. Condições excelentes de monitoramento da espécie em seu novo ambiente.

NEGATIVOS

- 1. Cumprimento parcial dos objetivos.
- 2. Perda de exemplares por motivos não explicáveis.
- 3. Não crescimento do plantel / envelhecimento.
- Alto risco de predação natural ou por agentes conhecidos como caça ou outro tipo de pressão antrópica.
- 5. Perda de condições para monitoramento.

10. ÁREA DE SOLTURA E MONITORAMENTO DE FAUNA – ASMF (descrição)

A área de soltura escolhida para esse projeto é a RPPN Fazenda da Matta, localizada no município de Querência do Norte, região noroeste do Estado do Paraná (22º 57' 26"S; 53º29'58"W). Possui uma área de 137,05 há e foi decretada como reserva particular do patrimônio natural em 23 de abril de 2002 através da Portaria IAP nº 6130. Está inserida no bioma da Mata Atlântica e foi outrora integralmente recoberta pela Floresta Estacional Semidecidual.

Pag. Pag.

O entorno dessa RPPN é composto por pastagens para gado bovino e na divisa uma mata ciliar onde efetivamente se planeja realizar a soltura dos mutuns.

São proprietários Sra. Daisy Prochet Sandreschi e Sr. José Augusto Correia Sandreschi, pessoas de alto nível intelectual e que já concordaram com a instalação do presente projeto de reintrodução.

Para que fossem cumpridas as exigências para que a área se tornasse uma RPPN já foi efetuado um Plano de Manejo em base a um relatório com os resultados do diagnóstico do meio biológico, flora e fauna de mamíferos.

A RPPN Fazenda da Matta situada nas proximidades da margem esquerda do rio Paraná cerca de 5 km possui também dois córregos Ypoi e das Antas. Segundo a classificação de Köeppen, o clima é do tipo CFa — mesotérmico e úmido, sem estação seca e verões muito quentes, com temperatura média de 22º sendo a máxima de 29º e a mínima de 15º. A precipitação média anual é de 1200 a 1400 mm, sendo o trimestre mais chuvoso o que vai de dezembro a fevereiro.

Como todo o noroeste do Paraná, é uma região bastante descaracterizada em sua fisionomia e a paisagem atual é composta por vastas extensões de terras recobertas por plantios de pastagens, cana-de-açúcar, mandioca, grãos com fragmentos florestais pequenos e conjuntos arbóreos em sedes de fazendas. Ao longo da margem esquerda do rio Paraná restou algumas várzeas não drenadas e em fundos de vale se mantiveram remanescentes da fitofisionomia vegetal original.

As demais áreas encontram-se sob gestão do IAP.

11. FAUNA E FLORA DA ASMF

Esta unidade de conservação particular é um fragmento da Floresta Estacional Semidecidual que outrora recobria todo o norte e noroeste do Paraná, bastante integro e com árvores de grande porte e com predominância de perobas *Aspidosperma polyneuron*. No Plano de Manejo foram identificadas as seguintes tipologias vegetais: Floresta Estacional Semidecidual

Submontana; Vegetação secundária (capoeirão) e áreas antrópicas (bordas e sede da fazenda).

Uma descrição da vegetação encontra-se no Diagnóstico do Meio Biológico (documento completo anexado a esse projeto) onde estão listadas 85 espécies pertencentes a 35 famílias com uma densidade de 396 indivíduos por hectare. A família Myrtaceae é que se destaca pelo maior número de espécies (19) seguido por Leguminosae caesalpinoidea com nove. Este fragmento florestal é um dos mais importantes da região e se associado à mata ripária ao longo do rio Ypoi e das Antas, torna-se um local perfeito para o projeto de manejo faunístico que está sendo proposto alem de ser próximo dos locais onde o mutum-de-penacho foi avistado em passado recente.

A fauna da Fazenda da Matta só é conhecida até o momento através de um levantamento da ocorrência de mamíferos para o diagnóstico do meio biológico para subsidiar o Plano de Manejo. Uma equipe de profissionais vinculados a várias instituições paranaenses como o Laboratório de Biodiversidade, Conservação e Ecologia de Animais Silvestres — LABCEA / UFPR estabeleceram métodos de pesquisa em campo para vários grupos de mamíferos e os resultados indicaram a ocorrência de 22 espécies, muitas delas documentadas através de armadilhas fotográficas.

Das espécies de mamíferos registradas alguns carnívoros são considerados predadores de aves como o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*) e o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*) alem da possibilidade de ocorrência de onças tanto a parda (*Puma concolor*) e a pintada (*Panthera onca*).

As comunidades de aves, répteis, anfíbios, peixes e insetos são ainda desconhecidos para essa unidade de conservação, estando previsto um inventário da avifauna para 2013 a fim de completar as exigências da IN nº179 / 2008. Entretanto estudos efetuados na Estação Ecológica do Caiuá por Pedro Scherer Neto e equipe indicaram uma alta riqueza de espécies para a região com mais de 300 táxons e também a análise de vários fragmentos florestais no noroeste do Paraná por Fernando C. Straube indicaram uma riqueza de espécies compatível ao tempo e tamanho de cada área analizada.

A metodologia para o inventário da avifauna será baseado em pesquisa de campo em duas amostragens com quatro dias de duração, com identificação das espécies de aves por contato visual e auditivo, durante



caminhadas pelas estradas e trilhas já existentes nesta unidade particular de conservação ambiental. Será utilizado também instrumental de captura (mist nets) e a técnica de playback para complementar a pesquisa e a formação de uma lista preliminar da avifauna.

O resultado será em forma de lista de espécies conforme ordenamento taxonômico proposto por Scherer-Neto et al. 2011.

12. METODOLOGIA DE ANÁLISE DE ADEQUABILIDADE DA ASMF

Adequabilidade de uma área de soltura e monitoramento de fauna compreende a capacidade que a área em questão tenha em suportar um grupo de mutum-de-penacho *Crax fasciolata* nascido em cativeiro de sobreviver em vida livre. A capacidade suporte de um ambiente para abrigar certas espécies de animais é variável e dependente da oferta e disponibilidade de locais para reprodução e alimentação, para que em teoria a espécie possa formar uma população adaptada e não dependente da interferência humana tanto para se alimentarem quanto para se reproduzirem.

No presente caso, após análise do diagnóstico do meio biológico (flora e fauna de mamíferos em anexo) efetuado para a RPPN Fazenda da Matta em 2008, se pode dizer que as formações florestais primitivas mantidas nessa área podem oferecer tanto uma variedade de alimento quanto locais e situações adequados aos hábitos reprodutivos deste cracídeo. Os itens alimentares que entram na dieta de mutuns não compreendem somente os de origem vegetal, mas também de animal, principalmente invertebrados qualificando essas aves como generalistas e onívoras.

A fenologia de frutificação de vários vegetais se concentra na primavera e que antecede ao florescimento destas logo após o fim do inverno e se torna em alternativa alimentar, a maioria dos cracídeos se alimenta de flores consumidas tanto no chão quanto no próprio vegetal.



13. IMPACTOS DA SOLTURA SOBRE O AMBIENTE

No presente caso podem ocorrer impactos positivos, pois a espécie em questão é dispersora de sementes favorecendo a regeneração da vegetação e o transporte para as bordas da floresta melhorando a qualidade da zona de amortecimento desta unidade de conservação.

Impactos negativos não devem ocorrer, pois a espécie não vai competir com outras da comunidade de aves nem por alimento tampouco por locais de reprodução e não é grande predadora de pequenos animais que possa originar um desequilíbrio no ambiente.

14. INDICAÇÃO DE POSSÍVEIS RISCOS PARA OS ANIMAIS LIBERTADOS

Os riscos inerentes a qualquer processo que vise a reintegração de animais à natureza é o poder adaptativo, muitos indivíduos podem manter uma memória genética sobre seu habitat que rapidamente reconhecerão o ambiente cortando a relação com o cativeiro após a soltura.

Outros podem manter os hábitos adquiridos no cativeiro e continuar com a dependência em relação principalmente à busca de alimento e locais de refugio para fuga eventual e repouso noturno.

Os riscos mais importantes são a possibilidade de predação natural e também a perda de algumas aves por ação antrópica, ou seja, por caça ilegal e eventual.

Outros riscos já estão mencionados anteriormente tanto positivos quanto negativos.

15. PROTOCOLO SANITÁRIO

Os indivíduos selecionados para a reintrodução serão submetidos a um programa de quarentena, com duração de 30 dias, que será realizado em um

recinto afastado dos demais recintos existentes dentro da área do criadouro, possibilitando assim o isolamento dos animais.

Pag De la Constantina

Durante este período serão realizados os seguintes procedimentos: exame clínico, colheita de material biológico e realização de exames laboratoriais.

Caso algum animal venha a óbito durante o período de quarentena, este será necropsiado e material biológico será coletado para análise.

Serão realizados exames coproparasitológicos durante este período (exames direto, flutuação e sedimentação), no laboratório do Criadouro Onça Pintada.

Todas as aves serão submetidas à colheita de sangue (o anticoagulante utilizado será a heparina) para realização de hemograma completo, bioquímica sérica, avaliação de função hepática e renal, e pesquisa de hemoparasitos. Estes exames serão realizados no Laboratório de Análises Clínicas da Universidade Federal do Paraná (Curitiba/PR).

Além disso, amostras de fezes frescas serão coletadas para pesquisa pela técnica de PCR dos agentes etiológicos mais comuns da família dos cracídeos, como: *Mycoplasma* spp., *Salmonella* spp., *Pasteurela spp.* e *Staphylococcus aureus*, e encaminhadas para Grupo São Camilo - Divisão Biotecnologia (Maringá/PR).

16. POTENCIAIS DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS

Diversas doenças infecciosas e parasitárias podem acometer os animais a serem reintroduzidos, e podem apresentar depósito na fauna de outros animais silvestres de vida livre na área de reserva podendo acometer a população de Mutuns com maior ou menor gravidade. A população a ser destinada para reintrodução foi testada e nasceu em cativeiro encontrando-se em perfeitas condições sanitárias. Se a população após a reintrodução adaptar-se a vida livre, provavelmente nenhuma das patologias abaixo relacionadas representará problema para os animais.

AGENTES ETIOLÓGICOS



Viroses

- ✓ Poxviridae
- ✓ Bouba aviária
- √ Herpesviridae
- ✓ Laringotraqueife infecciosa
- ✓ Doença de Marek Reoviridae
- ✓ Artrite viral
- ✓ Rotaviroses
- ✓ Birnaviridae
- ✓ Doença de Gumboro Togaviridae
- ✓ Encefalite equina do oeste
- ✓ Encefalite equina do leste Coronaviridae
- ✓ Bronquite infecciosa Paramyxoviridae
- ✓ Doença de Newcastle Orthomyxoviridae
- ✓ Influenza aviária Retroviridae
- ✓ Leucose aviária
- ✓ Reticuloendoteliose
- ✓ Picornaviridae
- ✓ Encefalomielite aviária

Bacterioses

- ✓ Staphylococcus spp Esfafilococose
- ✓ Streptococcus spp Estreptococose
- ✓ Mycobacterium avium Tuberculose (micobacteriose)
- ✓ Erysipelothrix rusiopalhiae Erisipela animal
- ✓ Listeria monocytogenes Listeriose
- ✓ Clostridium spp
- ✓ Enterite ulcerativa e necrótica (C. colinum e C. perfringens)
- ✓ Botulismo C. botulinum
- ✓ Colibacilose Escherichia coli
- ✓ Coligranulomatose
- ✓ Salmonella spp Salmonelose

Bacterioses

- ✓ Infecção por Klebsiella
- ✓ Yersinia pseudotuberculosis Pseudotuberculose
- ✓ Infecção por Pseudomonas
- ✓ Aeromonas hydrophila
- ✓ Bordetella avium Bordeteliose
- ✓ Campylobacter spp
- ✓ Hepatite aviária
- ✓ Borrellia anserina
- ✓ Pasteurela spp
- ✓ Cólera aviária
- ✓ Actinobacillus salpingitis Actinobacilose
- √ Haemophilus spp
- √ Francisella tularensis
- ✓ Tularemia

Micoplasmoses

- ✓ Mycoplasma spp Micoplasmose
- ✓ Ureoplasma spp

Clamidioses

✓ Chlamydophyla psittaci Clamidiose aviária

Riquetsioses

✓ Aegyptianella pullorum Aegiptianelose



Micoses

- √ Aspergillus spp. Aspergilose
- ✓ Candida albicans Candidiase
- ✓ Dactylaria gallopavo Dactilariose
- √ Trichophyton spp. Dermatofitose

Micoses

- ✓ Micotoxinas do Aspergillus spp.
- ✓ Penicillium spp.
- ✓ Fusarium spp.
- ✓ Outras Micotoxicoses

Parasitoses

Helmintos Trematódeos

- √ Prosthogonimus spp Cestódeos
- ✓ Davainea proglotina
- ✓ Raillietina spp
- ✓ Amoebotaenia cuneata
- ✓ Choanotaenia infundibulum
- √ Hymenolepis spp
- ✓ Metroliasthes lucida
- ✓ Fimbriaria fasciolaris

Nematódeos (sistema digestório)

- ✓ Capillaria spp
- ✓ Trichostrongylus tenuis
- ✓ Heterakis spp
- ✓ Ascaridia spp
- ✓ Gangylonema ingluvicola
- ✓ Cheilospirura spp
- ✓ Dispharynx nasula
- ✓ Tetrameres spp.

Parasitoses

Protozoários

- ✓ Trypanosoma avium
- ✓ Spironucleus meleagridis
- ✓ Histomonas meleagridis (Histomonose)
- √ Trichomonas spp
- ✓ Chilomastix gallinarum
- ✓ Entamoeba spp
- ✓ Endolimax spp
- ✓ Eimeria spp
- ✓ Toxoplasma gondii
- ✓ Sarcocystis spp
- ✓ Cryptosporidium spp
- √ Haemoproteus spp
- ✓ Leucocytozoon spp
- ✓ Plasmodium spp

17. PROTOCOLO DE SOLTURA

Conforme as normas da IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza e artigos sobre manejo de fauna de vertebrados para fins de revigoramento populacional e reintrodução de indivíduos de uma mesma espécie oriundos de cativeiro para a formação de uma população, a soltura dos animais pode ser feita por métodos diferenciados entre si e de acordo com hábitos.

As formas mais utilizadas de soltura se concentram na liberação no ambiente escolhido de forma branda, quando os animais deixam o recinto de



forma branda (soft release) ou rapidamente, até induzidos a saírem (hard release). O plantel receberá alimentação tradicional para cativeiro e também obtido no ambiente da soltura.

O protocolo a ser utilizado é bastante simples e se consiste de:

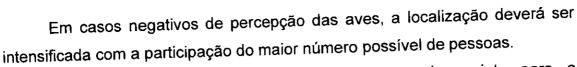
- Análise do comportamento do plantel de mutuns em relação ao comportamento dentro do recinto.
- 2. Análise das condições de vôo desses indivíduos.
- Análise do consumo de alimentos e diminuição gradativa de ração e grãos.
- 4. Análise dos demais itens de segurança, pessoal de apoio e monitoramento juntamente com uma reunião de toda a equipe envolvida com o projeto incluindo os proprietários da RPPN.
- Definição da data de soltura.
- Soltura e monitoramento com frequência diária e posteriormente após o resultado das observações preliminares.

18. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO PÓS-SOLTURA

Após a soltura as aves já marcadas com anilhas coloridas serão monitoradas por observação direta, já que são animais de médio porte e de fácil percepção, tanto visualmente quanto auditivamente. Também serão instaladas armadilhas fotográficas em locais estratégicos que serão verificadas em intervalos regulares de uma semana.

Uma ou mais pessoas experientes em trabalho de campo será responsável pelo monitoramento diário a partir do dia da soltura e deverá percorrer a pé a área onde está instalado o recinto para localizar o grupo de mutuns ou parte dele. Relatórios diários deverão ser elaborados e enviados à coordenação do projeto por meio rápido de comunicação (e-mail, telefonema, mensagem / torpedo em celular).

A partir de um período de monitoramento com sucesso a freqüência de visitas a área em questão, poderão ocorrer em intervalos maiores até um ano após a soltura.





Paralelamente será efetuada uma divulgação do projeto para a comunidade local em propriedades vizinhas alem dos órgãos municipais, estaduais e federais ligados ao meio ambiente (IAP, IBAMA, Prefeituras e Policia Florestal). Desta forma se tentará minimizar efeitos negativos e aumentar a chance de fatos positivos e benéficos a essa atitude de manejo. Em cada propriedade terá um funcionário responsável pelo monitoramento.

19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL

O método de avaliação comportamental será o focal ou observação direta das aves que compõem o plantel em horários não determinados por uma pessoa experiente na lida com animais em cativeiro.

Esta pessoa nos testes de humanização e de comportamento natural deverá observar no recinto de quarentena e posteriormente no de pré-soltura os tipos de reação à presença humana tais como: fuga do chão para poleiros e vocalização de medo; idem e sem vocalização; comportamento de abrir e fechar a cauda nos machos e fêmeas; aproximação de uma ave à pessoa para receber alimento ou atenção; comportamento agonístico entre as aves entre outras formas observadas durante o período de observação.

A partir dessas observações serão tomadas as medidas inerentes à escolha final ou seleção das aves a serem soltas na área de estudo.

Como exemplo de consulta à literatura sobre "imprinting" ou aprendizagem de animais em relação ao ser humano, está anexado no final deste projeto um resumo do trabalho realizado por Konrad Lorenz, considerado o pai da Etologia moderna.

20. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS

Protocolaremos relatórios trimestrais

Pag A P

21. CARTA DE ANUÊNCIA



FAZENDA DA MATTA

Querência do Norte - Estado do Parana

Londrina, 18 de fevereiro de 2014

Prezado Senhor Dr. LUCIANO DO VALE SABÓIA Proprietário do Criadouro Onça Pintada Campina Grande do Sul - Paraná.

Reintrodução do Mutuns

Informamos V. Senharia que concordamos com o projeto "REINTRODUÇÃO DO MUTUN-DE-PENACHO *Crax Faciolata*" na região noroeste do Estado do Paraná.

Como já conversamos pessoalmente todos os itens exigidos poderão ser desenvolvidos dentro do que pode oferecer a RPPN - Fazenda da Matta sediada no Município de Querência do Norte-PR.

Na esperança de que os procedimentos inovados tenham o sucesso esperado, com os Mutuns às soltas, nidificando no ambiente da mata, venha produzir umo nova população de uma espécie quase extinta.

Queremos deixar registrados nesta autorização de hospedagem permanente na RPPN que nenhuma responsabilidade dos proprietários cabe sobre a estabilidade das aves soltas.

Elas poderão estar expostas sobre diversos tipos de predadores. Entretanto, temos pessoas na Fazenda que acompanharão com zelo e desvelo o comportamento das aves informando qualquer anormalidade que possa surgir.

Antecipadamente grotos pela oportunidade que estão nos oferecendo de poder contribuir, de maneira modesta, para s reintrodução, neste planeta terra de produtos em fase de extinção

Respeitosamente

RPPN - Fazenda da Matta - Estado do Paraná

Daisy Prachet Sandreschi José Augusto Corrêa Sandreschi



22. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Em relação ao cronograma das atividades informamos que após a liberação pelo IAP e com as devidas guias de transporte os animais serão transferidos para os viveiros pré-soltura para um período de adaptação de trinta dias com avaliações diárias da alimentação e comportamento.

Após esse período os animais serão soltos na área de reserva tendo alimento disponível em comedouros adjacentes aos viveiros.

23. EQUIPE

EQUIPE PRELIMINAR

COORDENAÇÃO DO PROJETO - Dr. Luciano do Valle Sabóia Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre / Criadouro Onça Pintada

Pedro Scherer Neto, M. Sc. Museu de História Natural "Capão da Imbuia" - Colaborador Especial e Temporário

George Ortmeier Velastin - Médico Veterinário do Criadouro Onça Pintada

Carlos Eduardo Conte – Biólogo do Criadouro Onça Pintada

Funcionário da Fazenda da Matta - mateiro

<u>APOIO</u>

Dr. José Augusto Correia Sandreschi - Proprietário Fazenda da Matta, Querência do Norte, Paraná

Instituto Ambiental do Paraná / Escritório Regional de Paranavaí Funcionários Doraci Ramos de Oliveira Antonio Carlos Terto José Nelson Campanha

Prefeitura Municipal de Querência do Norte Secretaria de Meio Ambiente (secretário ou técnico)

24. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

31/03/2016

Properties APP





Nome: C

Endereço Cidade: Lincolities

CEP:

Registre profissional: Endereço Cidade

Serviço Público Federal CONSELHO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 7ª REGIÃO

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART CONTRATADO Registro CRBie Tel: UF. CONTRATANTE CPF/CGC/CNF/ UF.

Site:					
DADOS DA ATIV	IDADE PROFISSIONAL	A Company of the Comp			
Natureza, C. speyso le Carrier, des l'Estop d.	And the second of the second o				
Identificação: Osterou do 192 to a se	and the second of the second o				
Município do trabalho: " (при возначени се з 1	Moncipio da sede	UF, 60			
orma de participação Pechi da ecuipe					
A ea do conhecimento:	Campo de atuação				
Descrição sumário da atividade					
Valor: RS 2500.00	Total de horas	And the state of t			
Início: 9/901/2016	Término:				
ASSINATURA	S	Para verificar à			

Declaro serem verdadeli	autenticidade desta ART acesse o CRBio7-				
Data 1.1 / 2.1 / 2.16 Assinatura do profissional	Assumptions of contratante	24 horas em nosso sete e depois o serviço Conferência de ART			
Solicitação de baixa por distrato	Solicitação de baixa por conclusão Deciaramos a conclusão do trabalho anotado na presente ART, razão pola asal solicitamos o decida BAIXA junto aos arquivos desse CRBio				
Data. / /	Data: / / Assinatura d	do profissional			

Data

/ / Assinatura e carimbo do contratante

Assinatora e carmibo do contratante

Impumir ARI

Data:

http://www.incorpnet.com.pr/applinoorpnet63115 iiR-pr.noipal



Literatura sobre reintroduções e outros processos de manejo para conservação de aves em geral

- ◆ ABRAMSON, J.; SPEER B.L.; THOMSEN J.B. The large macaw reitroduction as a conservation strategy for parrots. In BEISSINGER, S.R.; SNYDER N. (eds.) New World Parrots in crisis. Washington D.C. Smithsonian Institution Press. 1995. P. 261 262.
- ◆ ARMSTRONG, D.P. Effects of familiarity in birds translocation. New Zealand Reintroduction News 10:9. 1995.
- ◆ ARMSTRONG D.P.; SEDDON P.J. Directions in reitroduction biology. Trends in Ecology and Evolution. 23: 20-25. 2007.
- ◆ ARMSTRONG, D.P.; EWEN, J.; PARKER, K. SEDDON,P. Avian Reintroduction Biolgy: Current Issues for Science and Management. Symposium at Zoological Society of London. 24 p. 8 -9 May 2008.
- ◆ BALMFORD, A. MACE G.M.; LEADER-WILLIANS, N. Designing the ark: setting priorities for captive breeding. Conservation Biology. 10:719-727, 1996.
- ◆ BECK, B.,B.; L.G. RAPAPORT, M.S. PRICE and A. WILSON Reintroduction of captive-born animals, p. 265-284. In: OLNEY, P.S.J.; MACE, G.M., FEISTENER, A.T. (eds.) Creative conservation: Interactive management of wild and captive animals. London: Chapmann and Hall. 1994.
- ♦ BLACK, J.M. Reintroduction and restoking: guidelines for bird recovery programmes. Bird Conservation International 1:329-334.1991.
- ◆ CADE, T.J. Reintroduction as a method for conservation. Raptor research report.5:72-84, 1986
- ◆ CAMPBELL, S. Is reintroduction a realistic goal? Pp. 263-269 In: SOULD, M.E. & WILCOCX, B.A. eds. Conservation Biology: an evolutionary-ecological perspective. Sunderland, Mass: Sinauer Associates, 1980.
- ♦ CHEYNE, S.M., Wildlife reintroductions: considerations of habitat quality at the release site. BMC Ecology 6:5 doi 101186/1472-6785-6-5. 2006.
- ♦ CLARK, T.W.; WESTRUM,R. High-performance teams in wildlife conservation. A species reintroductions and recovery example. Environmental Management 13:663-670.1989.
- ◆ CUNNINGHAM, A.A. Disease risks of wildlife translocations. Conservation Biology, 10:349-353.1996.
- ♦ GRIFFITH,B.; SCOTT, J.M.; CARPENTER, J.W.; REED, C. Translocation as a species conservation tool: status and strategy. Science 245: 477-480. 1989.
- ◆ IUCN Guidelines for Reintroduction. Prepared by the IUCN /SSC Reintroduction Specialist Group, IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge UK. 10 pp.1998.
- ♦ KLEIMAN, D.G. Decision making about a reintroduction: Do appropriate conditions exist? Endangered Species Update 8 (1), 18-19. 1990.





ANEXOS



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE

E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA No- 179, DE 25 DE JUNHO 2008

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁ-VEIS - IBAMA, nomeado pela Portaria no- 181 da Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de fevereiro de 2008, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 do Anexo I ao Decreto no- 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprova a Estrutura Regimental do IBAMA, publicada no D.O.U. de 27 de abril de 2007;

Considerando a Lei no- 5.197, de 03 de janeiro de 1967, a Lei no- 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, o Decreto no- 3.179, de 21 de setembro de 1999, a Lei no- 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o Decreto no- 4.339, de 22 de agosto de 2002, o Decreto Legislativo no-02, 8 de fevereiro de 1994; e demais legislações pertinentes;

Considerando a necessidade de normatizar a destinação dos animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente ao IBAMA;

Considerando a necessidade de evitar a introdução de espécies exóticas, proteger os animais dos atos de abuso, maus-tratos e crueldade sobre espécies silvestres nativas;

Considerando a possibilidade de animais soltos fora de sua área original de ocorrência acarretarem problemas ambientais e sanitários; e Considerando o que consta no Processo Ibama no-02001.006393/2004-12, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E ABRANGÊNCIA

- Art. 1º- Definir as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes. Art. 2º- Para fins desta Instrução Normativa IN, entende-se por:
- I Centro de triagem de animais silvestres (CETAS): todo empreendimento autorizado pelo Ibama, somente de pessoa jurídica, com finalidade de: receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar animais silvestres provenientes da ação da fiscalização, resgates ou entrega voluntária de particulares; e que poderá realizar e subsidiar pesquisas científicas, ensino e extensão:
- II Espécie: conjunto de indivíduos semelhantes, com potencial reprodutivo entre si, capazes de originar descendentes férteis, incluindo aqueles que se reproduzem por partenogênese;
- III Experimentação visando o desenvolvimento de procedimentos para soltura: demais ações planejadas, excetuando-se revigoramento populacional e

reintrodução, com coleta sistemática de dados para aperfeiçoamento de metodologias. IV - Híbrido: que provém do cruzamento de espécies. V - Quarentena: edificação dotada de equipamentos e barreiras artificiais ou naturais e de pessoal treinado em medidas de biossegurança, com finalidade de adotar medidas de profilaxia e terapêutica, que visam isolar e limitar a liberdade de movimento dos animais silvestres que foram expostos e podem ser possíveis portadores ou veiculadores de agentes patogênicos, ou são suspeitos de terem entrado em contato com doenças infectocontagiosas. VI - Reabilitação: Ação planejada que visa a preparação e treinamento de animais que serão reintegrados ao ambiente natural ou cativeiro.

- VII Reintrodução: Ação planejada que visa estabelecer uma espécie em área que foi, em algum momento, parte da sua distribuição geográfica natural, da qual foi extirpada ou se extinguiu. VIII Resgate: captura de animais silvestres em vida livre por autoridades competentes.
- IX Revigoramento populacional: Ação planejada visando a soltura de espécimes numa área onde já existem outros indivíduos da mesma espécie.
- X Programa de soltura: ações planejadas que compreendem a reintrodução, o revigoramento populacional e experimentação.

CAPÍTULO II

DAS DESTINAÇÕES

- Art 3°- Os espécimes da fauna silvestre deverão ser destinados de acordo com os critérios desta IN, para:
- I Retorno imediato à natureza;
- II Cativeiro;
- III Programas de soltura (reintrodução, revigoramento ou experimentação);
- IV Instituições de pesquisa ou didáticas.
- §1 **o** Espécime da fauna silvestre exótica não poderá, sob hipótese alguma, ser destinado para o retorno imediato à natureza ou soltura.
- §2 **o-** Esp écime da fauna silvestre híbrido não poderá ser destinado para retorno imediato à natureza ou soltura, salvo em programas específicos de conservação.

PARA RETORNO IMEDIATO À NATUREZA

- Art 4° O espécime da fauna silvestre nativa somente poderá retornar imediatamente à natureza quando:
- I for recém-capturado na natureza;
- II houver comprovação do local de captura na natureza;
- III a espécie ocorrer naturalmente no local de captura; e IV não apresentar problemas que impeçam sua sobrevivência ou adaptação em vida livre. Parágrafo único O espécime recém-encaminhado ao CETAS e que se

Parágrafo único. O espécime recém-encaminhado ao CETAS e que se enquadra nas determinações dos incisos I a IV deste artigo poderá retornar imediatamente à natureza, desde que esteja isolado de outros animais.

PARA CATIVEIRO

Art. 5º - O espécime da fauna silvestre poderá ser destinado para os empreendimentos devidamente autorizados pelo Ibama. Parágrafo único. No

caso da existência de mais de um empreendimento interessado, deverá ser observado o Manual de Procedimentos de Destinação de Animais Silvestres (MPD), anexo II.

PARA SOLTURA

- Art. 6°- O espécime da fauna silvestre nativa somente poderá ser destinado para o programa de soltura mediante aprovação de projeto, de acordo com as seguintes finalidades:
- I Reintrodução;
- II Reforço populacional; ou
- III Experimentação visando o desenvolvimento de procedimentos para soltura. Parágrafo único. O interessado em realizar o programa de soltura de animais silvestres deverá obter autorização prévia (AP) e autorização de soltura (AS).
- Art. 7º- Para a obtenção da AP, o interessado deverá apresentar um projeto à unidade do IBAMA na jurisdição da qual será realizado o programa de soltura, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Manual de Procedimentos para Destinação de Animais Silvestres (MPD), anexo I.

Parágrafo único. O projeto deverá conter:

- I Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao conselho de classe do responsável, exceto funcionário público do órgão ambiental, apresentação de curriculo, acompanhado da relação dos profissionais participantes, discriminando a formação profissional e a área de atuação no projeto;
- II Relação das espécies a serem soltas e a quantidade estimada de espécimes;
- III Metodologia para identificação taxonômica, caracterização genética, marcação individual e determinação do sexo;
- IV Área de Soltura e Monitoramento de Fauna (ASMF):

descrição geral da ASMF, lista das espécies da fauna descritas para a localidade ou região, metodologia do inventário de fauna e demais levantamentos de dados primários, metodologia para a análise da adequabilidade da ASMF, análise epidemiológica da ASMF, indicação de possíveis impactos da soltura sobre o ambiente, indicação de possíveis riscos para os animais libertados, protocolos de mitigação de riscos:

- V Relação dos exames que serão realizados com a indicação dos laboratórios;
- VI Modelos da ficha clínica e da ficha de avaliação comportamental;
- VII Metodologia para avaliação comportamental: testes de humanização e testes de comportamento natural;
- VIII Metodologia da soltura: freqüência e técnica preconizada;
- IX Metodologia do monitoramento pós-soltura para a espécie, população e comunidade, tipo de marcação individual para o monitoramento, esforço amostral e cronograma de execução;

- X Descrição da infraestrutura para as etapas de quarentena, de preparação para o programa de soltura e de aclimatação: croqui simplificado das instalações; localização com planta de situação; e memorial descritivo das instalações (piso, substrato, barreira física, abrigos, sistemas contra fugas, dimensões, densidade de ocupação e equipamentos), das medidas higiênicosanitárias e das medidas de segurança.
- Art. 8°- A AP será emitida pela Superintendência (SUPES) do IBAMA após análise técnica e aprovação da documentação no prazo de 90 (noventa) dias.
- §1 o- A contagem do prazo prevista no caput será suspensa quando for solicitada a adequação ou complementação de informações ou documentos.
- §2 **o-** O interessado deverá se adequar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento oficial da solicitação de adequação.
- §3 o A AP não autoriza a soltura, somente a realização dos exames e avaliações comportamentais dos espécimes da fauna silvestre nativa, de acordo com o projeto apresentado.
- Art. 9º- Para a obtenção da AS, o interessado deverá apresentar, na mesma unidade do IBAMA que emitiu a AP, a seguinte documentação:
- I Resultados do inventário de fauna e demais levantamentos de dados primários;
- II Resultados da análise da adequabilidade da ASMF;
- III Com relação aos espécimes: identificação taxonômica, procedência, caracterização genética, marcação individual e determinação do sexo;
- IV Resultados dos exames clínicos e laboratoriais;
- V Relatório de quarentena: número inicial de espécimes, saída de animais (óbito, roubo, furto e fuga) e atestado de óbito devidamente preenchido e assinado pelo médico veterinário conforme Resolução CFMV no- 844, de 20 de setembro de 2006; e VI Resultado da avaliação comportamental. Art. 10. A AS será emitida pela SUPES/IBAMA após análise técnica, aprovação da documentação e realização de vistoria no prazo de 90 (noventa) días.
- §1 **o** A contagem do prazo prevista no caput será suspensa quando for solicitada a adequação ou complementação de informações ou documentos.
- §2 **o** O interessado deverá se adequar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento oficial da solicitação de adequação. §3 **o** A AS especificará a ASMF, os espécimes que poderão ser soltos, o monitoramento pós-soltura e os prazos para entrega de relatórios.
- Art. 11. As emissões das AP e AS somente ocorrerão após análise e aprovação do projeto, realizadas por uma comissão de avaliação composta com maioria de técnicos do setor de fauna da Superintendência do IBAMA, designada pelo respectivo Superintendente, por meio de ordem de serviço, informando previamente a Diretoria Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas DBFLO. §1 o- Na inexistência da comissão citada no caput deste artigo, o projeto não poderá ser analisado e aprovado. §2 o- Cabe a DBFLO monitorar os projetos, podendo realizar acompanhamento da implantação ou vistorias em qualquer fase do projeto.



§3 o- O IBAMA, no prazo de 60(sessenta) dias, nomeará Comitê Consultivo, para auxiliar na avaliação dos projetos, sempre que solicitado pelas comissões de avaliação das SUPES. Art. 12. Os resultados do monitoramento pós-soltura deverão ser encaminhados ao Ibama na forma de relatórios, conforme metodologia aprovada no projeto.

Parágrafo único. A renovação da AS, bem como as emissões de novas autorizações ficarão condicionadas à apresentação dos relatórios citados no caput desse artigo.

PARA INSTITUIÇÕES DE PESQUISA OU DIDÁTICAS

Art. 13. O espécime da fauna silvestre poderá ser destinado às instituições de pesquisa ou didáticas, para fins de utilização em pesquisa, treinamento ou ensino, mediante aprovação pela comissão de avaliação da SUPES.

Parágrafo único. O pesquisador interessado em receber espécime da fauna silvestre deverá observar a legislação vigente específica sobre pesquisa.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os programas de soltura deverão seguir os critérios formalmente estabelecidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, quando realizados em Unidades de Conservação Federais, Art. 15. Os indivíduos das espécies que apresentam Planos de Manejo em Cativeiro ou Plano de Ação como parte de Programas de Conservação, deverão ser destinados conforme critérios estabelecidos formalmente pelos órgãos executores dos Programas tais como: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ou demais Órgãos de Pesquisa e de Meio Ambiente. Parágrafo único. Os mencionados Programas e Planos de Ação deverão ser encaminhados ao IBAMA para conhecimento e divulgação junto às unidades descentralizadas da instituição e Órgãos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, Art. 16. O espécime com comprovado potencial de causar danos à saúde pública, agricultura, pecuária, fauna, flora ou aos ecossistemas poderá ser submetido ao óbito, desde que previamente avaliados pela comissão de avaliação da SUPES.

§1 o- A comprovação de que trata o caput deverá ser realizada por meio de exames laboratoriais.

§2 o- Em caso de dúvidas quanto à possível importância genética do espécime poderão ser solicitados exames complementares. Art. 17. As carcaças ou partes do animal da fauna silvestre deverão ser aproveitadas para fins científicos ou didáticos. §1 o- As carcaças deverão ser destinadas às coleções biológicas, científicas ou didáticas, preferencialmente, registradas no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas ex situ ou órgãos vinculados à agricultura ou saúde.

§2 **o**- Caso não seja possível o aproveitamento para fins científicos ou didáticos, as carcaças deverão ser descartadas conforme normas sanitárias específicas.

§3 o- Para o transporte do animal taxidermizado ou carcaça caberá o mesmo procedimento definido para os animais vivos. Art. 18. Os projetos em andamento terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem às determinações desta IN, prorrogáveis por mais 180 (cento e oitenta) mediante justificativa. Art. 19. A presente Instrução Normativa será revista em até 02 (anos) após a sua publicação.

Parágrafo único. Para a revisão de que trata o caput desse artigo, representantes de organizações públicas e privadas, com notória especialidade na matéria, poderão ser consultados, em especial, representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Art. 20. As diretrizes estabelecidas por meio do Manual de Procedimentos para Destinação de Animais Silvestres (MPD) foram delineadas de modo a minimizar os riscos para as espécies e o ambiente.

- §1 o- A adoção das diretrizes do manual que trata o caput deste artigo não é obrigatória, desde devidamente justificado conforme §3º-.
- §2 o- O Ibama deverá, no prazo de até 5 (cinco) anos, criar condições efetivas para o atendimento completo das diretrizes estipuladas no MPD.
- §3 **o-** Os projetos de soltura que não atenderem aos protocolos especificados no MPD deverão ser devidamente justificados, para análise por parte da comissão de avaliação.
- §4 o- A comissão de avaliação pode solicitar complementação ao Projeto, em caso de necessidade justificada, de algum procedimento que o MPD não contemple.
- Art. 21.A infringência das disposições de que trata esta Instrução Normativa sujeitará o infrator às penas previstas na Legislação Ambiental.
- Art. 22. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Superintendência Estadual do IBAMA e comunicados a Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas DBFLO. Parágrafo único. A DBFLO indicará uma comissão técnica para auxiliar na análise de casos omissos, quando solicitado pela SUPES.
- Art. 23.0 IBAMA poderá estabelecer Acordos de Cooperação Técnica com Órgãos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, bem como instituições de pesquisa para o fiel cumprimento desta norma.
- Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MESSIAS FRANCO



ANEXO I

Manual de Procedimentos para Destinação de Animais Silvestres - MPD

- 1. DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS PARA A SOLTURA DE ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE NATIVA As finalidade dos programas de soltura de espécimes da fauna silvestre nativa são:
- I Reintrodução para o restabelecimento de espécies extintas em um determinado local;
- II Reforço populacional como ferramenta de conservação; ou III Experimentação visando o desenvolvimento de procedimentos para soltura.

O projeto de soltura deverá ser formulado de acordo com os seguintes protocolos:

- ✓ Avaliação de áreas de soltura;
- ✓ Levantamento clínico e diagnóstico;
- ✓ Levantamento genético;
- ✓ Estudo do comportamento animal;
- ✓ Monitoramento pós-soltura.

PROTOCOLO I - AVALIAÇÃO DE ÁREAS DE SOLTURA

Este protocolo apresentará apenas os quesitos gerais e imprescindíveis para a implementação das Áreas de Soltura e Monitoramento de Fauna (ASMF).

As peculiaridades locais e regionais, aspectos sociais e econômicos também deverão ser considerados no projeto. O projeto para a implementação das ASMF deverá atender às seguintes condições: a)Ser na área de distribuição original histórica da espécie e subespécie a ser solta, evitando-se as bordas de ocorrência; b)Ter conhecimento da história natural das espécies sugeridas para soltura na região.

Os seguintes aspectos deverão estar detalhados no projeto:

- ✓ Descrição geral da área: localização, tamanho e delimitação da área; fitofisionomia; ocupação do solo no entorno; características hídricas, climáticas e antrópicas. Os habitats deverão ser mapeados, com indicação de seus tamanhos em termos percentuais e absolutos, incluindo áreas antropizadas;
- ✓ Lista de espécies da fauna descritas para a localidade ou região: baseada em dados secundários, inclusive com indicação de espécies constantes em listas oficiais de fauna ameaçada com distribuição potencial na área. Na ausência desses dados para a região, deverão ser consideradas as espécies descritas para o ecossistema ou macro região:
- ✓ Metodologia detalhada a ser utilizada no inventário de fauna e demais levantamentos de dados primários, referentes à área à disponibilidade de recursos necessários à manutenção das espécies a serem soltas, tais como alimentos, sítios reprodutivos e abrigos;
- ✓ Indicação de possíveis impactos da soltura sobre o ambiente, incluindo áreas adjacentes, espécies e população local da espécie;
- ✓ Indicação de possíveis riscos para os animais libertados;



Elaboração de protocolos de mitigação de riscos.

Objetivo 1

- Em casos de reintrodução, quando a espécie não estiver mais presente na área de soltura, o projeto deverá: identificar e prever os meios de controle das causas da extinção local;
- ✓ Demonstrar os benefícios da reintrodução para a espécie e área préselecionada:
- ✓ Justificar a escolha da área selecionada no contexto da paisagem.

Objetivo 2

- ✓ Em casos de reforço populacional, o projeto deverá:
- ✓ Apresentar indícios de declínio populacional ou genético na área;
- ✓ Demonstrar que o reforço populacional é necessário para a recuperação genética ou demográfica da espécie no local;
- ✓ Identificar, mitigar e controlar a causa desse declínio.

Objetivo 3

- ✓ Em casos de experimentação visando o desenvolvimento de procedimentos para soltura, o projeto de soltura deverá:
- ✓ Excluir a soltura em Unidades de Conservação de Proteção Integral.
- Excluir as áreas de zona de amortecimentos ou entorno. No caso de não existir definição no Plano de Manejo, deverá ser considerado uma área de amortecimento de 10 km, salvo anuência expressa pela chefia da Unidade, considerando o Plano de Manejo da UC.
- Excluir as solturas em áreas relevantes para a conservação, tais como: passíveis de manejo voltado à conservação de espécies ameaçadas; com parcelas significativas de vegetação primária; corredores ecológicos.

PROTOCOLO II - LEVANTAMENTO CLÍNICO E DIAGNÓSTICO

Os animais silvestres pré-selecionados para a soltura deverão ser submetidos a um programa de quarentena e, durante esse período, o interessado deverá realizar os procedimentos abaixo: identificação (numeração individual); anamnese; marcação; preenchimento de ficha clínica; realização de exames clínicos; colheita de material biológico; realização de exames laboratoriais.

Todos os animais silvestres que vierem a óbito no período de quarentena deverão ser necropsiados e o material biológico devidamente colhido para a análise.

Os animais que receberem tratamento só poderão ser soltos na ausência de efeitos residuais do fármaco, respeitando-se a sua farmacocinética.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA ÁREA DE SOLTURA

Para a soltura, o interessado deverá apresentar uma análise epidemiológica da região da ASMF pré-selecionada, por meio de levantamentos de dados de campo locais ou referências (Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, IBAMA, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA,

Centros de Controle de Zoonoses - CCZ), como parte do diagnóstico ambiental.

Essa análise compreenderá o levantamento da ocorrência das doenças transmissíveis que acometem animais silvestres e domésticos relacionadas à espécie que será solta.

EXAME CLÍNICO

Os animais que apresentarem alterações clínicas no decorrer do programa deverão ser submetidos a novos exames com a finalidade de diagnosticar a causa das alterações e tratamentos, quando couber. Os animais com alterações clínicas irreversíveis serão eliminados do programa.

EXAME LABORATORIAL

Os seguintes exames deverão ser realizados para todos os táxons:

- ✓ Coproparasitológico (exames direto, flutuação e sedimentação);
- ✓ mínimo de 3 repetições amostrais com intervalos de 15 dias entre elas;
- ✓ Hemograma completo e bioquímica sérica;
- ✓ Pesquisa de hemoparasitas;
- ✓ Esfregaço de fezes corado pelo método de Gram;
- ✓ Colheita de ectoparasitos.
- ✓ Para a investigação de patógenos, causadores das doenças listadas a seguir, será necessária a realização de exame laboratorial confirmatório. Poderão ser dispensados da realização de exame confirmatório, os casos em que for possível o diagnóstico por meio de exame clínico acompanhado de exame laboratorial de triagem.

AVES

- ✓ Tempo Mínimo de Quarentena: 30 dias.
- ✓ Tempo Mínimo de Quarentena para doença New Castle, em áreas de alto risco: 60 dias.
- ✓ Em lote de passeriformes com 21 a 100 espécimes: os exames deverão ser realizados em, no mínimo, 20% dos indivíduos. Em lote com mais de 101 animais: os exames deverão ser realizados em, no mínimo, 10% dos indivíduos. Em aves com peso inferior a 120 g: Esfregaço sangüíneo;
- ✓ Em aves com peso superior a 120 g: Hemograma completo, bioquímica sérica, avaliação de função hepática e renal e pesquisa de hemoparasitos;
- ✓ Suabes, priorizando o isolamento de Salmonella sp, Cândida, Cryptococcus neoformans, Aspergillus sp. e pesquisa de Trichomonas sp (rapinantes e columbídeos);
- ✓ Isolamento: Clamidia sp., Salmonella sp., Mycoplasma sp., Cryptococcus neoformans, Cândida, vírus da Doença de NewCastle e Influenza;
- ✓ Exame sorológico: Doença de NewCastle, Doença de Pacheco (psitacídeos), Clamídia e Mycoplasma sp.;
- ✓ PCR: Clamídia, Mycoplasma sp. e Influenza aviária;
- ✓ Cropoparasitológico: Eimeria, isospora, Cryptospridium sp. e Hisomonas meleagridis.

Se o animal retornar ao cativeiro, deverá ser submetido a novo procedimento de quarentena.

Em casos de recapturas de animais, para qualquer tipo de monitoramento (por exemplo: troca de rádio-colar, biometria, levantamento populacional), deverá ser coletado material biológico - suabes (oral, cloacal ou anal), sangue e fezes - para a realização de novos exames.

PROTOCOLO III - AVALIAÇÃO GENÉTICA E TAXONÔMICA DA ESPÉCIE

Caso não haja informações a respeito da procedência do local de natureza do espécime, deverá ser considerado o genótipo do indivíduo a ser solto em relação à população local. Mesmo com informações sobre a procedência, deverá ser considerado o genótipo do indivíduo a ser solto em relação à população local como ferramenta nos projetos de revigoramento genético, projetos de reintrodução ou para dirimir duvidas taxonômicas. Em caso de reintrodução deverá ser feita a caracterização genética dos indivíduos a serem soltos. Após a soltura, recomenda-se a coleta de material genético em, pelo menos, 30% da população da área (descendentes, migrantes), com periodicidade que poderá variar de acordo com a espécie.

Em caso de revigoramento deverá ser feita a caracterização genética dos indivíduos a serem soltos e da população autóctone antes da soltura. O projeto deverá contemplar, ainda, análises genéticas periódicas durante o monitoramento pós-soltura. A sexagem de cada espécime deverá ser realizada por meio de exames cirúrgicos (laparoscopia) ou provas laboratoriais (análises hormonais, de cromossomos, de DNA), exceto para o espécime de espécies que possuam dimorfismo sexual aparente, cientificamente reconhecido, como: diferenças anatômicas: órgãos sexuais externos visíveis ou palpáveis (pênis, prepúcio, bolsa escrotal, vulva ou vagina), cauda, plastrão, traquéia; diferenças de coloração de pêlo, pena, pele, íris ou escama; diferenças de vocalização; eversão de cloaca: identificação do falo ou clitóris, presença ou ausência de hemipênis.

PROTOCOLO IV - ESTUDO DE COMPORTAMENTO ANIMAL

- √ Todas as informações sobre os animais deverão estar registradas em fichas de avaliação comportamental.
- ✓ Se os animais mostrarem limitações na expressão de comportamentos críticos para sobrevivência ou reprodução, deverão passar por uma etapa de reabilitação, com metodologia detalhada no projeto.
- ✓ Deverão existir recintos distintos para animais procedentes de vida livre, cativeiro e de procedência desconhecida, durante o período de quarentena.

Deverão constar no projeto os métodos de avaliação a serem utilizados para:

- ✓ Avaliação comportamental, identificando animais com comportamentos estereotipados, inaptos para soltura;
- ✓ Testes de humanização, incluindo indicadores de animais humanizados e grau de habituação;

Testes de comportamento natural, onde deverão ser observados:

✓ Alimentação: incluindo forrageio. seleção de itens da dieta: sociabilidade: reconhecimento de outro da sua espécie, capacidade de socialização, expressão de comportamento social experiência de reprodução: acasalamento e criação de filhotes; experiência com predador: comportamentos antipredatórios: reconhecimento de sinais da presença de predador; fuga apropriada.

Deverão constar no projeto os procedimentos e infraestrutura utilizada para as seguintes etapas:

- ✓ Preparação para soltura, com formação de unidade social, quando for o caso, e treinando o animal para: forrageio, seleção de itens da dieta; reconhecimento de outro da sua espécie, capacidade de socialização, expressão de comportamento social adequado comportamentos antipredatórios: reconhecimento de sinais da presença de predador; fuga apropriada;
- ✓ Aclimatação para soltura, que deverá ser realizada na ASMF.
- ✓ Método de soltura, indicando e justificando se será abrupta ou branda.

PROTOCOLO V - MONITORAMENTO PÓS-SOLTURA

O monitoramento deverá durar o suficiente para determinar o sucesso da soltura nos níveis de indivíduo e população, assim como ter uma freqüência mínima que possibilite identificar problemas com os animais, que possam levar a uma decisão de intervenção ou mesmo resgate.

Uma vez autorizada e efetuada a soltura, o monitoramento dos animais e a avaliação de possíveis alterações no ambiente físico e biótico deverão ser efetuados, tanto na área proposta quanto nas áreas adjacentes.

Todo o animal solto deverá ser marcado e monitorado a partir de metodologia específica.

O monitoramento deverá iniciar imediatamente após a soltura, com periodicidade e duração constante do projeto e dependente da metodologia e da espécie.

Na eventualidade do encontro de algum animal morto, na dependência do seu estado de conservação, este deverá ser encaminhado para a realização de exame necroscópico, coleta de material biológico e aproveitamento científico da carcaça.

Relatórios de monitoria de cada soltura deverão ser encaminhados ao IBAMA semestralmente no primeiro ano e anualmente nos anos subseqüentes, constando informações referentes a:

- ✓ Sobrevivência e estabelecimento do espécime solto na ASMF ou morte e desaparecimento dos animais;
- ✓ Coesão da unidade social, estabelecimento de áreas de vida ou territórios, uso de recursos naturais, reprodução bem sucedida, formação de novas unidades reprodutivas;
- ✓ Ocorrência de eventos reprodutivos envolvendo o espécime solto;
- ✓ Efeito direto da soltura sobre a população da mesma espécie presente na ASMF, exceto para casos de reintrodução.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Certifico que o presente expediente, protocolado sob n° 6106/2019 – DAP, em 11/11/2019, foi autuado nesta data como Projeto de Lei n° 836/2019.

Curitiba, 11 de novembro de 2019.

Danielle Requião Matrícula n 16.490

			que o prese			egistros, em	bus	ca pro	emmmar,
())	guarda similitude com							
())	guarda	similitude	com	a(s)	proposição(ões)	em	trâmite
()	į	guarda arquivac	similitu la(s)	ide	com	a(s)	proposição(ões		ção(ões)
×	ı	não poss	sui similar n	esta C	asa.				
)		dispõe s Legislati	obre matér va.	ia que	sofre	ı rejeição na	pre	sente	Sessão

Curitiba, 12 de novembro de 2019.

Cristiane Melluso Matrícula nº 17.070

SerproMail

cristianemelluso@assembleia.pr.leg.br

ter, 12 de nov de 2019 14

1 anexo

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

De: Cristiane Regina Cleto Melluso

<cristianemelluso@assembleia.pr.leg.br>

Assunto: ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA

VIDA SILVESTRE

Para: Luiz Fernando Guerra

<deputadoguerra@assembleia.pr.leg.br>

Prezado Deputado.

Em atendimento ao processamento do PL 836/19, o qual pretende conceder Título de Utilidade Pública a entidade ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE, do município de Campina Grande do Sul/PR informamos que aguardamos as providências solicitadas em anexo para dar regular andamento.

Cordialmente,

CRISTIANE MELLUSO Mart. 17.070

DIRETORIA LEGISLATIVA

- ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE.docx 31 KB





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei n. 836/2019

Interessado: ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE VIDA SILVESTRE

Assunto: Concessão do Título de Utilidade Pública

Prezado Deputado:

Em confronto com a Lei n. 17.826/2013 que regulamenta a Concessão do Título de Utilidade Pública no Estado do Paraná, há necessidade de anexar ao processo legislativo os seguintes documentos:

- 1) Certidão do Tribunal de Contas Estadual do Paraná.
- 2) Título de Utilidade Pública Municipal.

Desse modo, aguarda-se as providências solicitadas para prosseguir com regular andamento do pedido de concessão do Título de Utilidade Pública.

Curitiba, 12 de novembro de 2019.

Cordialmente.

Matrícula 17.070 Diretoria Legislativa





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete Deputado Estadual Luiz Fernando Guerra

Oficio n. 02/2020 - I

Curitiba/Pr, 12 de maio de 2020.

Ao,

Diretor Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Ilustríssimo **Sr. Dylliardi Alessi**

Senhor Diretor:

LUIZ FERNANDO GUERRA, Deputado Estadual que o presente subscreve, vem, por meio deste, em atenção à orientação encaminhada pela assessoria desta Diretoria sobre o Projeto de Lei nº 836/2019 que concede utilidade pública estadual à Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre de Campina Grande do Sul, REQUERER a juntada dos inclusos documentos abaixo relacionados:

- 1. Diário Oficial com a publicação da Lei Municipal que concede Título de Utilidade Pública Municipal à entidade Lei nº 707 de 25 de março de 2020.
- 2. Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Cordialmente, aproveito o ensejo para reafirmar os votos de elevada estima e distinta consideração.

LUIZ FERNÁNDO GUERRA Deputado Estadual

CONTROLE INTERNO RESOLUÇÃO Nº 02/2020 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

RESOLUÇÃO Nº 02/2020 - CMS

Campina do Simão, 26 de março de 2020.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Campina do Simão-Paraná CMS/PR, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 344/2010 reunido ordinariamente em 26 de março de 2020, deliberou e aprovou a seguinte proposta que resultou em Resolução:

Resolve:

Aprova a Pactuação Interfederativa Municipal das Diretrizes, Objetivos, Metas e 23 Indicadores de Saúde para o ano de 2020, a serem inseridos no sistema – DIGISUS.

ANDRÉ OLIVEIRA DE SQUZA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada em: 26/03/2019

MARILDA STADIKONSKI PILISSARI

Secretária Municipal de Saúde Campina do Simão/PR

Publicado por:

Antonio Marcio Mayer Código Identificador:238D3CFC

CONTROLE INTERNO RESOLUÇÃO Nº 03/2020 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 03/2020, de 26 de março de 2020, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campina do Simão/PR.

Dispõe sobre a Aprovação da Aplicação do Recurso Estadual referente ao Incentivo Financeiro de Investimento em Reforma, Ampliação e Construção de Unidades Básicas de Saúde – UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primaria, para o Município de Campina do Simão e da outras providencias.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de CAMPINA DO SIMAO, em reunião ordinária realizada em 26 de março de 2020, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 344/2010:

Considerando a Resolução Estadual nº 784/2019 da SESA, que aprova a habilitação e autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para os fundos Municipais de Saúde do Estado do Paraná, referente ao Incentivo Financeiro de Investimento em reforma, ampliação e construção de Unidades Básica de Saúde — UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primaria, para o exercício de 2019;

Resolve:

Art. 1º Aprovar a Aplicação do Recurso Estadual destinados via Programa Estadual para Investimento em reforma, ampliação e construção de Unidade Básica de Saúde — UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primaria de Saúde, correspondente ao valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a serem gastos conforme descrito na Resolução Estadual da SESA nº 784/2019 e 765/2019, e demais legislação vigente.

Campina do Simão, 26 de março de 2020.

ANDRÉ OLIVEIRA DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS nº 03/2020, nos termos do Parágrafo 2º. Da lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, do 1990, do

MARILDA STADIKONSKI PILISSARI

Secretária Municipal de Saúde

Antonio Marcio Mayer

Código Identificador: D840071C

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE LEI Nº 707, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Declara de Utilidade Pública a entidade que especifica e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a "Associação de Pesquisa e Conservação da Vida Silvestre", entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 10.950.890/0001-56, com sede neste Município.

Art. 2º À referida Associação, ficam assegurados todos os direitos e vantagens, como também as obrigações previstas na legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº. 48 de 29 de dezembro de 2008.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 25 de março de 2020.

BIHL ELERIAN ZANETTI

Prefeito Municipal

Publicado por: Geisa Aparecida da Rocha Código Identificador:01A4C0AB

GABINETE LEI Nº 708, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a instalação de sistema de energia solar em prédios públicos municipais, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Poder Público poderá instalar sistema de energia solar em todos os prédios públicos municipais, especialmente quando da sua construção, ampliação ou reforma.

Parágrafo único. A instalação de sistema de energia solar de que trata o caput fica condicionada à verificação de viabilidade técnica e econômica.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente lei, no que couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 25 de março de 2020.

BIHL ELERIAN ZANETTI

Prefeito Municipal



Tribunal de Contas do Estado do Paraná



Certidão Liberatória

ASSOCIACAO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

CNPJ Nº: 10.950.890/0001-56

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É **CERTIFICADO**, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL № 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 É SEGUINTES DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O **ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE** ESTÁ EM SITUAÇÃO **REGULAR** PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 03/08/2020, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná ná

Código de controle 0938,ZIHD.7669 Emitida em 05/05/2020 às 17:17:30

Dados transmitídos de forma segura.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Autor: DEPUTADO LUIZ FERNADO GUERRA

Interessado: ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

Informação nº 22/20 -DL - **PL 836/2019**

Senhor Diretor,

Atesto que a entidade instruiu o presente projeto com documentos a serem encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça para análise de admissibilidade no tocante ao preenchimento dos requisitos dispostos na Lei Estadual nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013.

Curitiba, 18 de maio de 2020.

Matr. 17.147

1) Ciente.

2) Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

Diretor Legislativo

Dylliardi Alessi